



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Junho de 2016

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2016 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, PRIMEIRA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO E PEDIDO DE DISPENSA DO CUMPRIMENTO DE CRITÉRIO DE DESEMPENHO E MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO — COMUNICADO DE IMPRENSA, RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR PARA A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

No contexto do Relatório do Corpo Técnico sobre as Consultas de 2016 ao Abrigo do Artigo IV, Primeira Avaliação no Âmbito da Facilidade de Crédito Alargado e Pedido de Dispensa do Cumprimento de Critério de Desempenho e Modificação de Critérios de Desempenho, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa**, que inclui uma declaração do Presidente do Conselho e resume as opiniões do Conselho de Administração conforme expressas durante as deliberações de 10 de junho de 2016 sobre o relatório do corpo técnico que concluiu as consultas de 2016 referentes ao Artigo IV e ao acordo do FMI com a República Democrática de São Tomé e Príncipe.
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 10 de junho de 2016, após as discussões concluídas em 24 de março de 2016 com as autoridades da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi concluído em 20 de maio de 2016, com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Anexo Informativo** elaborado pelo corpo técnico do FMI.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial.
- **Declaração do Administrador do FMI** para a República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Os documentos relacionados a seguir foram ou serão publicados separadamente.

Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades da República Democrática de São Tomé e Príncipe*

Memorando de Políticas Económicas e Financeiras das autoridades da República Democrática de São Tomé e Príncipe*

Memorando Técnico de Entendimento*

Temas Seleccionados.

* Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico.

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções de política das autoridades nos relatórios do corpo técnico e outros documentos publicados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contato com:

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telephone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201
E-mail: publications@imf.org Web: <http://www.imf.org>
Preço unitário: USD 18,00

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.



Comunicado de Imprensa n.º 16/175 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
10 de junho de 2016

Fundo Monetário Internacional
700 19th Street, NW
Washington, D. C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI conclui a consulta a São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV referente a 2016

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu, em 10 de junho de 2016, a consulta a São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV.¹

A economia de São Tomé e Príncipe tem se mostrado resiliente, mesmo após as perspetivas para a produção comercial de petróleo, que dominaram a narrativa política e económica até ao final de 2013, terem se tornado incertas devido à retirada de uma grande companhia de petróleo da exploração na Zona de Desenvolvimento Conjunto partilhada com a Nigéria. O desempenho económico de São Tomé e Príncipe foi positivo, apesar de um abrandamento do crescimento em 2015. Estima-se que crescimento do PIB real em 2015 tenha ficado abaixo da meta projetada de 5% por uma margem de quase um ponto percentual, em razão da baixa pluviosidade, que afetou as colheitas – sobretudo a produção de cacau – e do atraso na implementação dos projetos de investimento público. A inflação caiu abaixo da previsão de 5%, devido a fraca procura e a queda dos preços internacionais do petróleo e outras matérias-primas.

As perspetivas a médio prazo são favoráveis, mas os desafios prevalecem. Projeta-se que o PIB cresça 5% em 2016 – abaixo da meta sustentada de médio prazo de 6% fixada pelas autoridades e considerada necessária para produzir um impacto significativo na pobreza – apoiado pela ampliação do investimento público, recuperação na produção de cacau e aumento do investimento direto estrangeiro no setor do turismo. Contudo, as autoridades enfrentam desafios macrofinanceiros. Os elevados riscos de crédito da banca e os possíveis obrigações contingentes sobre o orçamento, num ambiente marcado pelo aumento dos empréstimos malparados e por famílias e empresas altamente endividadas, continuarão a conter a expansão do crédito ao setor privado e as perspetivas de maior crescimento. A inflação deverá manter-se em torno dos 4% em 2016 e estabilizar em cerca de 3% no médio prazo, beneficiada pela queda dos preços internacionais dos alimentos e dos produtos petrolíferos. O défice da conta corrente deverá continuar a cair, em linha com a procura e preços dos produtos de base abaixo das expectativas.

¹ Ao abrigo do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os seus países membros, normalmente com uma periodicidade anual. Uma equipa de especialistas visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução da economia e as políticas económicas do país. De regresso à sede do FMI, os especialistas elaboram um relatório que constitui a base para as discussões do Conselho de Administração.

Avaliação do Conselho de Administração²

Os Administradores concordaram com a tónica da avaliação do corpo técnico. Louvaram os avanços de São Tomé e Príncipe rumo à maior estabilidade macroeconómica, marcada pelo crescimento sustentado, inflação em queda e reservas internacionais estáveis, mesmo após as perspetivas da produção comercial de petróleo se terem tornado incertas. Observaram, porém, que apesar do progresso alcançado, persistem alguns desafios, e a pobreza ainda é alta. Nesse contexto, apelaram ao prosseguimento dos esforços para aumentar a resiliência da economia através do fortalecimento do setor financeiro, manutenção da disciplina orçamental e execução de reformas para apoiar o crescimento sustentável e inclusivo.

Os Administradores apoiaram o compromisso das autoridades em assegurar a consolidação orçamental para baixar a dívida e alcançar um risco moderado de sobre-endividamento. Nesse contexto, sublinharam a importância de impulsionar a cobrança de receitas fiscais, eliminar os atrasados de pagamentos, fortalecer a monitorização e o controlo de despesas e intensificar gradualmente o programa de infraestruturas, que deve ser suportado por melhorias na capacidade de gestão de investimentos. Os Administradores vincaram também a necessidade de reforçar a capacidade de gestão da dívida e de continuar a fazer uso dos donativos e do financiamento em condições concessionais para atenuar o alto risco de sobre-endividamento.

Os Administradores referiram que manter a estabilidade financeira é crucial. A esse respeito, saudaram a decisão das autoridades de formular uma estratégia para lidar com o grande stock de empréstimos malparados e, se necessário, rever as práticas de provisionamento e de requisitos mínimos de fundos próprios para garantir que os bancos estão bem capitalizados. Ademais, incentivaram a adoção de um plano de contingência para fazer face aos possíveis riscos orçamentais e instaram as autoridades a realizar uma avaliação pormenorizada da qualidade dos ativos para reduzir a incerteza que rodeia a qualidade dos ativos mantidos pelos bancos, e a trabalhar com os bancos comerciais para aumentar a eficiência, rentabilidade e resiliência do sistema bancário.

Os Administradores assinalaram o compromisso das autoridades em manter o regime de câmbio fixo e o atual nível da paridade cambial, que tem sido útil a São Tomé e Príncipe como âncora efetiva da inflação num contexto de orientação orçamental prudente e nível adequado de reservas internacionais. Ao mesmo tempo, reconheceram a necessidade de se assegurar a competitividade externa através da gestão rigorosa da procura e de reformas estruturais destinadas a aprimorar as infraestruturas físicas do país, melhorar o clima de negócios, promover a diversificação, aumentar a produtividade e impulsionar o investimento privado.

Espera-se que a próxima consulta com a República Democrática de São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV seja realizada em conformidade com a decisão do Conselho de Administração sobre o ciclo de consulta para países membros com acordos com o FMI.

² Concluídas as discussões, a Diretora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e este resumo é transmitido às autoridades do país. A ligação a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos:
<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/misc/qualifiersp.pdf>.



Comunicado de Imprensa n.º 16/289 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
17 de junho de 2016

Fundo Monetário Internacional
700 19th Street, NW
Washington, D. C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI conclui a consulta a São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV referente a 2016

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu, em 10 de junho de 2016, a consulta a São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV.¹

A economia de São Tomé e Príncipe tem se mostrado resiliente, mesmo após as perspetivas para a produção comercial de petróleo, que dominaram a narrativa política e económica até ao final de 2013, terem se tornado incertas devido à retirada de uma grande companhia de petróleo da exploração na Zona de Desenvolvimento Conjunto partilhada com a Nigéria. O desempenho económico de São Tomé e Príncipe foi positivo, apesar de um abrandamento do crescimento em 2015. Estima-se que crescimento do PIB real em 2015 tenha ficado abaixo da meta projetada de 5% por uma margem de quase um ponto percentual, em razão da baixa pluviosidade, que afetou as colheitas – sobretudo a produção de cacau – e do atraso na implementação dos projetos de investimento público. A inflação caiu abaixo da previsão de 5%, devido a fraca procura e a queda dos preços internacionais do petróleo e outras matérias-primas.

As perspetivas a médio prazo são favoráveis, mas os desafios prevalecem. Projeta-se que o PIB cresça 5% em 2016 – abaixo da meta sustentada de médio prazo de 6% fixada pelas autoridades e considerada necessária para produzir um impacto significativo na pobreza – apoiado pela ampliação do investimento público, recuperação na produção de cacau e aumento do investimento direto estrangeiro no setor do turismo. Contudo, as autoridades enfrentam desafios macrofinanceiros. Os elevados riscos de crédito da banca e os possíveis obrigações contingentes sobre o orçamento, num ambiente marcado pelo aumento dos empréstimos malparados e por famílias e empresas altamente endividadas, continuarão a conter a expansão do crédito ao setor privado e as perspetivas de maior crescimento. A inflação deverá manter-se em torno dos 4% em 2016 e estabilizar em cerca de 3% no médio prazo, beneficiada pela queda dos preços internacionais dos alimentos e dos produtos petrolíferos. O défice da conta corrente deverá continuar a cair, em linha com a procura e preços dos produtos de base abaixo das expectativas.

¹ Ao abrigo do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os seus países membros, normalmente com uma periodicidade anual. Uma equipa de especialistas visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução da economia e as políticas económicas do país. De regresso à sede do FMI, os especialistas elaboram um relatório que constitui a base para as discussões do Conselho de Administração.

Avaliação do Conselho de Administração²

Os Administradores concordaram com a tónica da avaliação do corpo técnico. Louvaram os avanços de São Tomé e Príncipe rumo à maior estabilidade macroeconómica, marcada pelo crescimento sustentado, inflação em queda e reservas internacionais estáveis, mesmo após as perspetivas da produção comercial de petróleo se terem tornado incertas. Observaram, porém, que apesar do progresso alcançado, persistem alguns desafios, e a pobreza ainda é alta. Nesse contexto, apelaram ao prosseguimento dos esforços para aumentar a resiliência da economia através do fortalecimento do setor financeiro, manutenção da disciplina orçamental e execução de reformas para apoiar o crescimento sustentável e inclusivo.

Os Administradores apoiaram o compromisso das autoridades em assegurar a consolidação orçamental para baixar a dívida e alcançar um risco moderado de sobre-endividamento. Nesse contexto, sublinharam a importância de impulsionar a cobrança de receitas fiscais, eliminar os atrasados de pagamentos, fortalecer a monitorização e o controlo de despesas e intensificar gradualmente o programa de infraestruturas, que deve ser suportado por melhorias na capacidade de gestão de investimentos. Os Administradores vincaram também a necessidade de reforçar a capacidade de gestão da dívida e de continuar a fazer uso dos donativos e do financiamento em condições concessionais para atenuar o alto risco de sobre-endividamento.

Os Administradores referiram que manter a estabilidade financeira é crucial. A esse respeito, saudaram a decisão das autoridades de formular uma estratégia para lidar com o grande stock de empréstimos malparados e, se necessário, rever as práticas de provisionamento e de requisitos mínimos de fundos próprios para garantir que os bancos estão bem capitalizados. Ademais, incentivaram a adoção de um plano de contingência para fazer face aos possíveis riscos orçamentais e instaram as autoridades a realizar uma avaliação pormenorizada da qualidade dos ativos para reduzir a incerteza que rodeia a qualidade dos ativos mantidos pelos bancos, e a trabalhar com os bancos comerciais para aumentar a eficiência, rentabilidade e resiliência do sistema bancário.

Os Administradores assinalaram o compromisso das autoridades em manter o regime de câmbio fixo e o atual nível da paridade cambial, que tem sido útil a São Tomé e Príncipe como âncora efetiva da inflação num contexto de orientação orçamental prudente e nível adequado de reservas internacionais. Ao mesmo tempo, reconheceram a necessidade de se assegurar a competitividade externa através da gestão rigorosa da procura e de reformas estruturais destinadas a aprimorar as infraestruturas físicas do país, melhorar o clima de negócios, promover a diversificação, aumentar a produtividade e impulsionar o investimento privado.

Espera-se que a próxima consulta com a República Democrática de São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV seja realizada em conformidade com a decisão do Conselho de Administração sobre o ciclo de consulta para países membros com acordos com o FMI.

² Concluídas as discussões, a Diretora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e este resumo é transmitido às autoridades do país. A ligação a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos:
<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/misc/qualifiersp.pdf>.

São Tomé e Príncipe: Principais Indicadores Económicos, 2014–19
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)

	2014	2015		2016		2017		2018		2019
	Efetivo	EBS/15/71 Progr.	Est.	EBS/15/71 Progr.	Proj.	EBS/15/71 Progr.	Proj.	EBS/15/71 Progr.	Proj.	Proj.
Rendimento nacional e preços										
PIB a preços constantes	4,5	5,0	4,0	5,2	5,0	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5
Preços no consumidor										
Fim do período	6,4	5,2	4,0	4,0	4,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Média do período	7,0	5,8	5,3	4,6	3,9	3,5	3,5	3,0	3,0	3,0
Comércio externo										
Exportações de bens e serviços não fatoriais	64,3	5,8	-9,2	8,5	9,2	6,9	7,2	6,9	6,5	8,2
Importações de bens e serviços não fatoriais	28,6	-8,3	-17,4	15,5	11,8	9,1	7,0	8,5	5,8	2,9
Taxa de câmbio (Dobras por USD; fim do período) ¹	20.148	...	22.424
Taxa de câmbio efetiva real (desvalorização = -)	7,0	...	0,8
Moeda e crédito										
Base monetária	23,2	14,6	37,5	11,1	10,4	7,1	6,3	8,0	7,2	9,7
Massa monetária (M3)	16,8	15,1	13,1	11,4	11,6	6,6	6,3	7,5	7,2	7,9
Crédito à economia	-1,0	-0,7	3,8	1,6	7,0	3,4	4,8	5,3	5,2	7,5
Velocidade (PIB/M3; fim do período)	2,6	2,6	2,6	2,4	2,5	2,4	2,5	2,4	2,5	2,5
Taxa de juro de referência do banco central (%)	12,0	...	10,0
Taxa média dos empréstimos bancários (em %)	23,2	...	23,3
Taxa média dos depósitos bancários (percentagem)	8,9	...	6,9
Finanças públicas (em percentagem do PIB)										
Total de receita, donativos e bônus de assin. do petr.	25,9	31,8	28,0	33,9	35,1	34,9	33,4	35,6	33,7	33,5
<i>D/q</i> : receitas fiscais	14,1	15,0	14,3	15,5	14,9	16,0	15,4	16,5	15,9	16,5
Receitas não fiscais	1,5	1,7	1,5	1,7	2,2	1,7	1,3	1,7	1,3	1,3
Donativos	10,3	15,1	11,4	16,6	17,3	17,1	16,6	17,3	16,4	15,6
Bônus de assinatura do petróleo	0,0	0,0	0,8	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total da despesa e concessão líq. de empréstimos	31,4	40,6	34,2	36,2	44,1	36,9	37,3	35,9	36,2	33,9
Despesas com pessoal	9,1	8,8	8,9	8,7	8,6	8,6	8,5	8,5	8,4	8,4
Juros devidos	0,7	0,4	0,8	0,4	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Despesa corrente excl. juros e salários	8,7	8,7	8,5	8,7	8,1	8,4	7,9	8,2	7,6	7,6
Despesas de investimento custeadas pelo Tesouro	0,9	0,9	0,7	1,0	0,7	1,9	1,6	2,5	2,2	2,5
Despesas de investimento custeadas por doadores	11,8	20,8	14,7	16,6	20,2	16,6	17,9	15,5	16,7	14,0
Despesas sociais relacionadas à Iniciativa HIPC	0,2	1,0	0,6	0,9	0,9	0,6	0,6	0,6	0,5	0,7
Saldo primário interno ²	-3,3	-2,7	-3,0	-2,0	-2,0	-1,8	-1,8	-1,5	-1,5	-1,4
Saldo global (base de compromissos)	-5,5	-8,8	-6,3	-2,3	-9,0	-2,0	-3,8	-0,4	-2,5	-0,4
Setor externo										
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)										
Incl. transferências oficiais	-21,9	-12,4	-16,7	-15,2	-12,2	-16,4	-12,7	-17,0	-12,6	-10,5
Excl. transferências oficiais	-32,6	-28,5	-28,2	-32,7	-29,5	-34,3	-29,7	-35,1	-29,3	-26,4
VA da dívida externa (percentagem do PIB)	30,1	32,5	39,7	32,5	36,2	32,0	38,3	31,7	39,4	37,9
Serviço da dívida externa (% das exportações) ³	3,7	4,8	4,3	4,2	4,8	3,9	4,3	3,7	4,0	3,8
Exp. de bens e serv. não fatoriais (milhões de USD)	88,5	93,5	80,4	101,5	87,7	108,4	94,1	115,9	100,2	108,5
Reservas internacionais brutas ⁴										
Milhões de USD	56,5	66,9	61,0	80,5	72,8	97,7	75,9	102,7	82,4	87,6
Meses de import. de bens e serviços não factoriais ⁵	4,2	4,0	4,4	4,5	5,0	5,1	5,0	5,1	5,1	5,0
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	9,9	8,0	10,3	6,5	11,5	5,3	9,3	4,3	7,6	6,2
Por memória										
PIB										
Mil milhões de dobras	6.242	7.171	7.028	7.790	7.847	8.251	8.287	8.820	8.839	9.533
Milhões de USD	338,0	325,6	318,2	356,3	349,2	381,8	371,2	412,9	396,0	428,8

Fontes: Autoridades santomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O ponto médio da taxa do BCSTP.

² Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

³ Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

⁴ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

⁵ Importações de bens e serviços não fatoriais excluindo as importações de bens de investimento e a assistência técnica.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

20 de maio de 2016

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2016 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, PRIMEIRA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO E PEDIDO DE DISPENSA DO CUMPRIMENTO DE CRITÉRIO DE DESEMPENHO E MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO

PRINCIPAIS TEMAS

Contexto: O desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe é condicionado pela sua insularidade e fragilidade, pelos recursos limitados e pela sua baixa capacidade como pequeno Estado insular. A média do crescimento anual do PIB é de 4%, acima de muitos outros pequenos Estados insulares. A inflação também caiu drasticamente, de 28% para cerca de 4%, a mais baixa das últimas duas décadas. Apesar desta evolução, o crescimento não foi suficientemente forte e diversificado para melhorar as perspetivas económicas e reduzir a pobreza de modo significativo. A taxa de pobreza é alta e chega a 66%.

Foco: As discussões concentraram-se no alinhamento da política orçamental para colocar a dívida numa trajetória descendente, no sentido dum risco moderado de sobre-endividamento, abordar o excesso de liquidez visando o aperfeiçoamento da gestão monetária, aumentar a competitividade e preservar a estabilidade do setor financeiro para apoiar o crescimento. São Tomé e Príncipe está a participar da segunda ronda do programa-piloto de países para adotar de forma generalizada os vínculos macrofinanceiros.

Avaliação: No geral, o programa progride conforme planeado. As autoridades cumpriram todos os critérios de desempenho quantitativos para o final de dezembro de 2015, com a exceção do critério de desempenho (CD) do défice primário interno, que deixou de ser atingido por uma diferença marginal. Algumas metas indicativas também deixaram de ser cumpridas. Contudo, o governo avançou na aplicação de reformas estruturais conforme planeado. O corpo técnico recomenda a conclusão da primeira avaliação ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado e a modificação das metas indicativas para o final de setembro e os critérios de desempenho para o final de dezembro de 2016, além de apoiar o pedido das autoridades de dispensa pelo descumprimento do CD do défice primário interno para o final de dezembro de 2015.

Perspetivas e riscos: As perspetivas macroeconómicas são favoráveis no curto prazo, mas os desafios persistem. As principais fontes de riscos de curto prazo para as perspetivas são a próxima eleição presidencial de 2016, prevista para julho de 2016, com o risco de gastos extraorçamentais, e as fraquezas continuadas no setor bancário. Para além disso, a economia permanecerá vulnerável aos acontecimentos mundiais, inclusive a fraca procura nos principais mercados europeus e emergentes.

Aprovado por:
David Owen (AFR) e
Andra Richter Hume (SPR)

Foram mantidas discussões em São Tomé no período de 9 a 24 de março. A equipa do corpo técnico foi composta por Maxwell Opoku-Afari (chefe), Dalmacio F. Benicio, Jehann Jack, Luiz Felipe Almeida (todos do AFR) e Burcu Hacibedel (FIN). A missão foi assistida na sede por Bakar Ould Abdallah e Estanislao Rengifo. A equipa do FMI reuniu-se com o Ministro das Finanças e da Administração Pública, Américo Ramos, a Governadora do Banco Central, Maria do Carmo Silveira, o Ministro da Presidência, o Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais, Carlos Vila Nova, o Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Teodorico de Campos, o Ministro do Trabalho e Proteção Social, Carlos Gomes, o Presidente Interino da Região Autónoma do Príncipe, Francisco Gula, outros quadros superiores do governo, representantes do setor privado e representantes da comunidade de doadores.

ÍNDICE

CONTEXTO: UMA ESTRATÉGIA PARA A REDUÇÃO DA DÍVIDA E O CRESCIMENTO INCLUSIVO NUM PEQUENO ESTADO INSULAR FRÁGIL	4
EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE, PERSPETIVAS E RISCOS	8
DESEMPENHO DO PROGRAMA	11
DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS	12
A. Manter o curso da redução da dívida e melhorar a qualidade da despesa	12
B. Abordar o excesso de liquidez para melhorar a gestão monetária	17
C. Vínculos macrofinanceiros e estabilidade do setor financeiro	18
D. Melhorar a competitividade e preparar o terreno para um maior crescimento sustentável e inclusivo	24
QUESTÕES RELATIVAS AO PROGRAMA, SALVAGUARDAS E RISCOS	25
OUTRAS QUESTÕES RELACIONADAS À SUPERVISÃO	26
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	27
CAIXAS	
1. Principais Recomendações das Consultas de 2013 ao Abrigo do Artigo IV e seu Estado Atual	7
2. Matriz de Avaliação de Riscos 2016	11
3. Condições para o Êxito do Imposto sobre o Valor Acrescentado em São Tomé e Príncipe	15

FIGURAS

1. Evolução da Fragilidade por Dois Pontos de Vista	6
2. Evolução Macroeconómica Recente	10
3. Vínculos macrofinanceiros em São Tomé e Príncipe	21
4. Evolução do Setor Financeiro	22
5. Qualidade dos Ativos	23

TABELAS

1. Principais Indicadores Económicos, 2014–19 (Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)	30
2. Operações Financeiras do Governo Central, 2014–19 (Mil milhões de dobras)	31
3. Operações Financeiras do Governo Central, 2014–19 (Percentagem do PIB)	32
4. Síntese das Contas do Banco Central, 2014–19 (Mil milhões de dobras)	33
5. Síntese Monetária, 2014–19 (Mil milhões de dobras)	34
6. Indicadores de Solidez Financeira, 2010–15 (Percentagem)	35
7. Balança de Pagamentos, 2014–19 (Milhões de USD)	36
8. Balança de Pagamentos, 2014–19 (Percentagem do PIB)	37
9. Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2014–19 (Millhões de USD)	38
10. Calendário de Desembolsos Proposto ao Abrigo do Acordo ECF, 2015–18	39
11. Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI, 2016–28	40
12. Objetivos de Desenvolvimento do Milénio	41

ANEXO

I. Avaliação do Saldo das Contas Externas	42
---	----

APÊNDICE

I. Carta de Intenções	50
Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2016–18	52
Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento	67

CONTEXTO: UMA ESTRATÉGIA PARA A REDUÇÃO DA DÍVIDA E O CRESCIMENTO INCLUSIVO NUM PEQUENO ESTADO INSULAR FRÁGIL

1. O desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe é condicionado pela sua insularidade e fragilidade, pelos recursos limitados e pela sua fraca capacidade como pequeno estado insular (Figura 1). A sua base de exportação não é diversificada e consiste basicamente do cacau e uma indústria do turismo incipiente que ainda precisa realizar todo o seu potencial. As perspetivas para a produção comercial de petróleo dominaram a narrativa política e económica do governo até ao final de 2013. Todavia, posteriormente, a Total Oil Company retirou-se da exploração da Zona de Desenvolvimento Conjunto partilhada com a Nigéria.¹ A banca cresceu rapidamente a partir da expansão em passivos estrangeiros, em antecipação à intermediação de fluxos financeiros futuros do setor petrolífero. No entanto, a rendibilidade continua a ser fraca e a qualidade dos empréstimos deteriorou-se consideravelmente. Como as perspetivas de produção comercial de petróleo passaram a ser incertas, a implementação do programa de infraestrutura do governo, que inicialmente planeava-se financiar com as receitas deste setor, estagnou; a elevada dívida pública e as baixas receitas limitam o espaço para gastos em infraestruturas para superar os entraves ao desenvolvimento.

2. Contudo, o país registou progressos notáveis no sentido duma maior estabilidade macroeconómica. Desde 2012, a média de crescimento anual do PIB é de 4%, acima de muitos outros pequenos estados insulares, mas não foi suficientemente forte e diversificado para melhorar as perspetivas económicas e reduzir a pobreza de modo significativo. O índice de pobreza é alto e chega a 66%. A inflação caiu drasticamente, de 28% para 4%, a mais baixa das últimas duas décadas.

3. A implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza de 2012 (ENRP II) tem sido priorizada, mas o progresso rumo à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) não foi uniforme. São Tomé e Príncipe alcançou menos da metade dos ODM (ensino primário universal, redução da mortalidade infantil e melhoria da saúde materna) e chegou perto de atingir dois outros (combate ao VIH/SIDA, malária e outras doenças e garantia da sustentabilidade ambiental). Contudo, o país não atingiu o objetivo de erradicar a extrema pobreza e a fome. No recém-editado relatório de avaliação da execução da ENRP II de 2012–13, o governo reconhece que a redução dos índices de pobreza desde 2000 foi marginal e o crescimento económico ficou aquém da taxa anual de 6%, considerada mínima para uma melhoria significativa das condições sociais. A deficiente implementação da ENRP II foi atribuída, sobretudo, à falta de recursos

¹ Ainda existem atividades de exploração petrolífera fora da Zona de Desenvolvimento Conjunto, mas não há confirmação de quantidades comerciais.

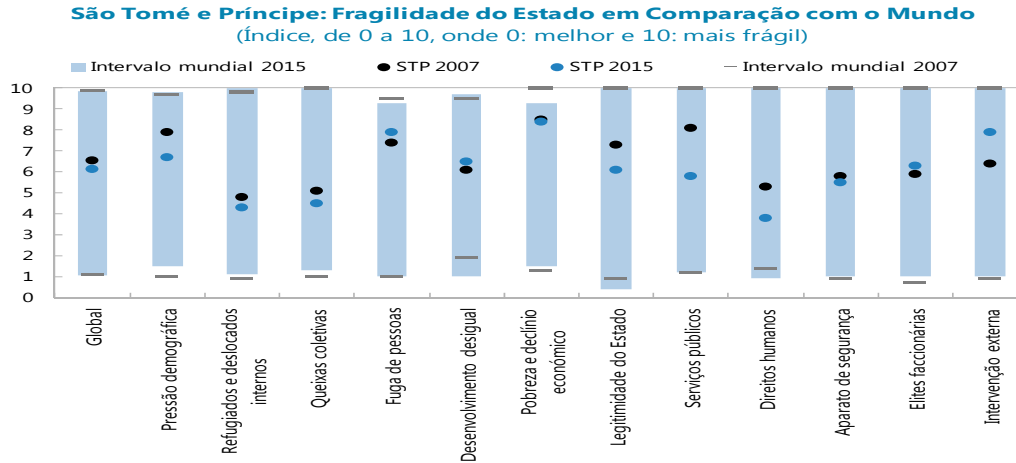
financeiros e à instabilidade do governo. Atualmente, o governo está a trabalhar na integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) numa estratégia de desenvolvimento nacional atualizada que substituirá a ENRP II após o seu termo, em 2016.

4. As consultas ao abrigo do Artigo IV com São Tomé e Príncipe foram adiadas a pedido do novo governo.² O governo via um novo programa como prioridade e uma oportunidade para recalibrar seus objetivos de política gerais após o acordo ECF anterior — que deveria expirar em 19 de julho de 2015 — ter desviado do rumo com quatro avaliações pendentes. As últimas consultas ao abrigo do Artigo IV foram concluídas pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2013. Houve algum progresso na implementação da recomendação das políticas do Fundo (Caixa 1), como o atual fortalecimento da supervisão bancária, a aprovação da nova lei de resolução bancária e o arranque dum mercado interbancário e de operações de mercado aberto sustentados pela emissão de bilhetes do Tesouro pela primeira vez em 2015.

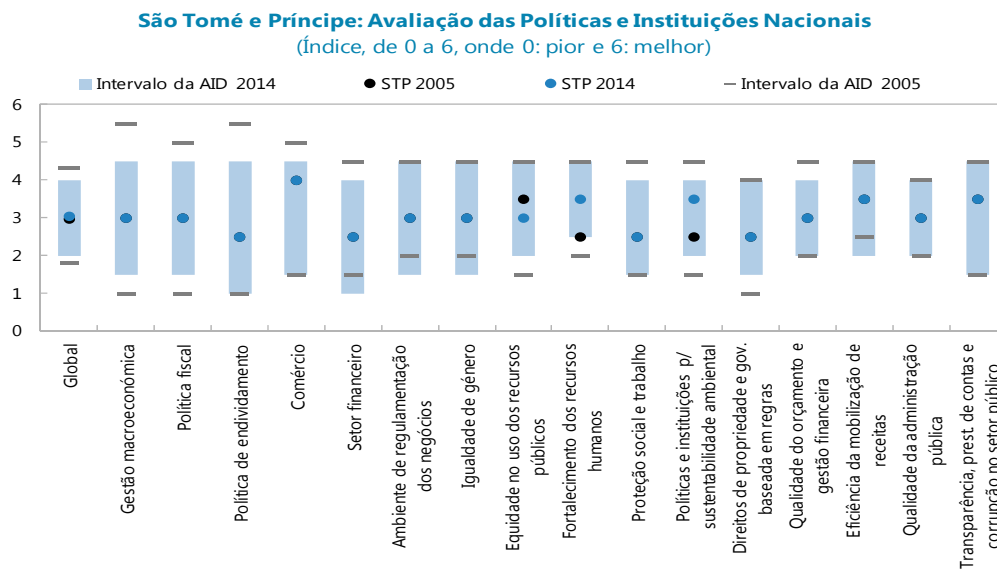
² O novo governo foi eleito em outubro de 2014, mas só veio tomar posse em janeiro de 2015.

Figura 1. São Tomé e Príncipe: Evolução da Fragilidade por Dois Pontos de Vista

Apesar da estagnação ou agravar dos indicadores económicos da fragilidade, o índice global da fragilidade do Estado, computado pelo Fundo para a Paz, mostra uma melhoria modesta nos últimos nove anos, com ganhos, sobretudo, nos indicadores sociais e políticos, como direitos humanos, pressão demográfica, reivindicação coletiva, legitimidade do Estado e prestação dos serviços públicos



... e a classificação global da Avaliação das Políticas e Instituições Nacionais do Banco Mundial mostra uma melhoria marginal nos últimos dez anos, com ganhos apenas em dois indicadores das políticas de inclusão social e igualdade: fortalecimento dos recursos humanos e política e instituições para a sustentabilidade ambiental.



Fontes: Fundo para a Paz e Banco Mundial.

Caixa 1. Principais Recomendações das Consultas de 2013 ao Abrigo do Artigo IV e seu Estado Atual

Supervisão bancária

Recomendação	Ponto da situação
Reforçar a supervisão e fiscalizar o cumprimento dos requisitos prudenciais em todo o sistema bancário, com a aplicação rigorosa do rácio de 12% de fundos próprios/ativos ponderados pelo risco.	Cumprida. Atualmente, todos os bancos têm um rácio de fundos próprios/ativos ponderados pelo risco superior a 12%. Três bancos que apresentavam insuficiência de capital elevaram seus fundos próprios acima dos requisitos mínimos no último trimestre de 2015, após ações de supervisão.
Fiscalizar o cumprimento do requisito legal de que todos os bancos comerciais publiquem as suas contas financeiras, para aumentar a transparência e facilitar a avaliação dos riscos de contraparte.	Cumprida <i>de jure</i> , mas não <i>de facto</i> . De acordo com o BCSTP, todos os bancos publicam as suas contas financeiras regularmente, apesar de ocorrerem alguns atrasos. Contudo, um banco comercial reclamou que nem todas as contas públicas são auditadas ou estão em português, o que limita a sua utilidade.

Reestruturação do setor financeiro

Recomendação	Ponto da situação
Incentivar os bancos a reverem os seus planos de negócios e estratégias de investimento à luz das perspetivas mais incertas do petróleo e efetuem os ajustamentos necessários nos seus balanços.	Em curso. Todos os bancos comerciais, inclusive os que tiveram que elevar seus fundos próprios recentemente foram fortemente incentivados a formular um novo plano de negócios compatível com a realidade económica atual.
Estimular a fusão de alguns bancos pequenos para aumentar a eficiência e rentabilidade do sistema bancário, continuando a promover a estabilidade financeira.	Parcialmente cumprida. O número de bancos comerciais em operação caiu de oito para sete após um dos bancos menores e em dificuldades ter sido adquirido por um banco maior em 2014 como parte de um processo de resolução devido ao banco não haver conseguido cumprir as exigências de supervisão.
Desenvolver uma estratégia de mercado abrangente para lidar com os empréstimos mal parados ao: i) efetuar uma avaliação realista dos ativos de alto risco e uma aplicação rigorosa da classificação baseada nas normas internacionais; ii) continuar a reforçar a supervisão das práticas de gestão de risco nos bancos comerciais e as leis de execução de dívidas e iii) explorar opções para a reestruturação de alguns empréstimos.	Em curso. Esta recomendação foi elevada ao nível de indicador de referência estrutural no âmbito do programa apoiado pela ECF, com o final de junho de 2016 como prazo.

Gestão da política monetária e competitividade

Recomendação	Ponto da situação
Envidar esforços para uma gestão mais proativa da liquidez de modo a incluir o desenvolvimento de um mercado interbancário para abordar as reservas excedentárias.	Parcialmente cumprida. O mercado monetário interbancário foi formalizado em 2015; contudo, ainda não houve uma única transação devido à perceção do estigma atribuído à participação. O BCSTP está a trabalhar com os bancos para superar este desafios e reforçar ainda mais a previsão e gestão da liquidez.
Manter uma posição confortável de reservas internacionais e prosseguir os atuais esforços para diversificar e alargar a base de exportação, com a realização de reformas focadas na melhoria do clima de negócios e da competitividade do país.	Em curso. A manutenção de uma posição confortável de reservas é um objetivo central do programa (critério de desempenho) e o desenvolvimento de uma estratégia nacional de diversificação das exportações foi elevado ao nível de indicador de referência estrutural no âmbito do programa, com o final de dezembro de 2016 como prazo. Embora a cobertura das reservas internacionais tenha estado exatamente no nível recomendado do indicador de referência, talvez seja desejável construir uma margem adicional.

Avaliação das salvaguardas

Recomendação	Ponto da situação
Fortalecer a função de auditoria interna e a articulação das auditorias por parte da direção do BCSTP, para que sejam tomadas medidas corretivas atempadas com base nas conclusões das auditorias.	Parcialmente cumprida. O comité de auditoria interna foi reestruturado e foi nomeado um novo diretor com reconhecida competência. Mais ações estão programadas para serem concluídas em 2016, como a atualização do Regulamento de Auditoria Interna e a criação de um banco de dados para monitorizar e priorizar as recomendações das auditorias, o estabelecimento de uma política para o Conselho de Auditoria e a realização de auditorias baseadas no risco das áreas de alto risco.
Implementar políticas formais de investimento para o BCSTP.	Cumprida. Uma política de investimento foi adotada juntamente com um conjunto de diretrizes em 2014–15.

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE, PERSPETIVAS E RISCOS

5. O atraso na aprovação do orçamento de 2015 prejudicou o desempenho dos principais indicadores macroeconómicos.³ A atividade económica diminuiu à medida que projetos de investimento público foram suspensos devido ao atraso na aprovação do orçamento de 2015. Ademais, a baixa pluviosidade afetou as colheitas, em particular, a produção de cacau. Como resultado, o crescimento do PIB em 2015 deverá ficar quase um ponto percentual abaixo dos 5% previstos. No final de dezembro de 2015, a inflação caiu abaixo da previsão de 5%, em virtude da fraca procura e da queda dos preços internacionais do petróleo e doutras matérias-primas.

6. Os esforços de consolidação orçamental foram prejudicados pelo baixo desempenho da receita fiscal e um desfasamento entre o momento de concessão de donativos de apoio ao orçamento e a realização da respetiva despesa. Estima-se que as receitas fiscais tenham sido inferiores à meta do final do ano em cerca de 0,7% do PIB, em parte devido a um menor esforço de cobrança de impostos atrasados e ao atraso na inclusão dos 15.000 novos contribuintes registados durante o projeto Operação Inclusão Fiscal. Ademais, a ENCO (a importadora de petróleo) continuou a acumular novos atrasados em 2015 (estimados em 0,3% do PIB). Houve também uma insuficiência em torno de 2,2% do PIB na concessão de donativos de apoio ao orçamento.⁴ Apesar dos cortes modestos nos gastos por parte das autoridades para compensar o baixo desempenho das receitas internas, estes foram insuficientes, o que resultou num défice primário interno de cerca de 3,0% do PIB, acima da meta do programa, de 2,7% do PIB.

7. As autoridades começaram a aplicar o plano de regularização dos atrasados acordado no âmbito do programa apoiado pela ECF. Este plano propõe a eliminação do stock de atrasados do governo à EMAE, a fornecedores gerais e à ENCO, bem como a prevenção do acúmulo de novos atrasados. Em especial, o plano delinea que o governo amortizaria todos os atrasados: i) à EMAE em 2015; ii) a fornecedores gerais em cinco anos a partir de 2015 e iii) à ENCO ao longo de 40 anos, sem encargos com juros a partir de 2016. Estas amortizações, que somam cerca de 1% do PIB em média anualmente até 2020 e 0,2% do PIB daí em diante, foram incorporadas ao programa. Um mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis deve ser adotado até ao final de junho de 2016 a fim de prevenir o acúmulo de novos atrasados. O plano também propõe a eliminação dos atrasados da EMAE à ENCO ao longo de 10 anos, a partir de 2015. O governo já eliminou

³ A mudança de governo e a tomada de posse tardia do novo governo atrasaram a aprovação do orçamento de 2015. Contudo, o orçamento de 2016 foi aprovado a tempo.

⁴ A concessão de donativos do Banco Mundial em apoio ao orçamento para 2015 não se concretizou devido a atrasos por parte das autoridades para apresentar a documentação referente ao memorando de entendimento firmado com a China Harbor Engineering sobre o projeto do porto de águas profundas, para avaliar se as condições estabelecidas no memorando eram compatíveis com o programa apoiado pela ECF.

todos os atrasados à EMAE em 2015, 1,2% do PIB (0,5% do PIB acima do orçamentado). Por sua vez, a EMAE pagou o equivalente a 2,6% do PIB dos seus atrasados à ENCO. Apesar deste pagamento, os atrasados da EMAE à ENCO em 2015 aumentaram, em base líquida, em 2,2% do PIB, embora isto seja menor do que o inicialmente projetado no plano. No futuro, a EMAE pode enfrentar dificuldades para efetuar a totalidade dos pagamentos à ENCO, em linha com o plano, devido a atrasos para chegar a um acordo com os investidores em fontes de energia alternativas quanto ao preço de compra da energia. A regularização dos atrasados do governo à ENCO começará neste ano e está incluída no orçamento de 2016.

8. O défice da balança corrente externa caiu para 17% do PIB, refletindo uma atividade económica fraca e uma contração das importações de petróleo que mais do que compensou a diminuição das exportações de cacau. As reservas internacionais brutas no final de 2015, estimadas em USD 61 milhões (4,4 meses de cobertura das importações), permaneceram em níveis confortáveis.

9. Há sinais de que a pressão no sistema financeiro se intensificou. O rácio de adequação de fundos próprios do sistema bancário no seu conjunto caiu de 20,3% em dezembro de 2014 para 15,5% no final de 2015, enquanto o rácio de fundos próprios/ativos ponderados pelo risco subiu de 22,6% para 24,1%, após as recentes injeções de capital por parte de vários bancos. Ademais, os empréstimos mal parados alcançaram uma alta histórica em torno de 30% após a reclassificação de descobertos vencidos nos livros do Banco Equador como empréstimos malparados e a baixa duma parcela importante dos empréstimos do maior banco como perdas.

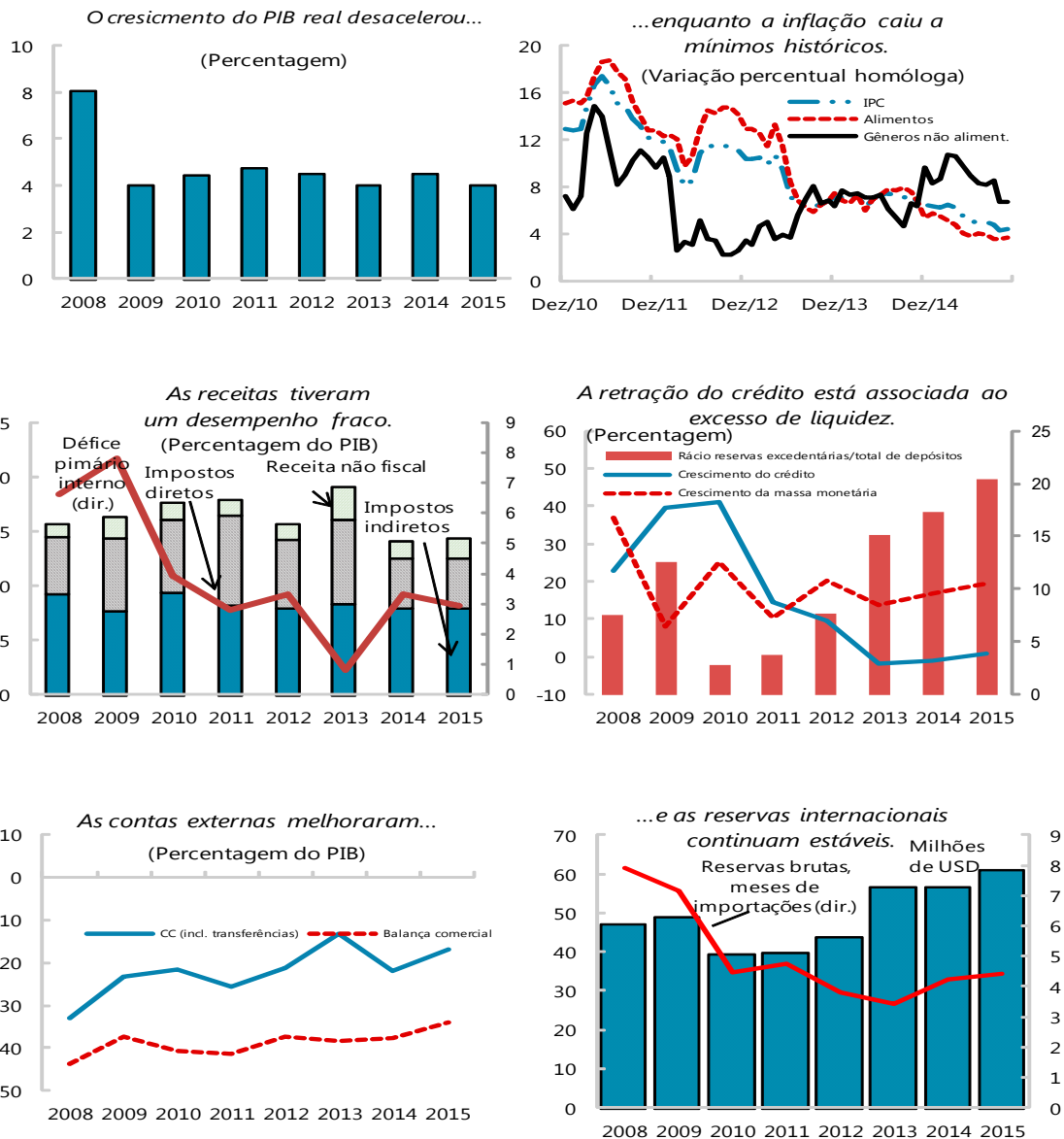
10. As perspetivas macroeconómicas são favoráveis no curto prazo, mas os desafios persistem. A previsão de crescimento do PIB para 2016 é de 5%, beneficiado pela execução acrescida e mais atempada de investimentos públicos, a recuperação na produção de cacau e o aumento do investimento direto estrangeiro (IDE) no setor do turismo. Contudo, a atual desaceleração na expansão do crédito em consequência dos grandes e crescentes empréstimos malparados, em especial a pequenas empresas, está a afetar negativamente as atividades económicas e as perspetivas de aceleração do crescimento económico. A inflação deverá manter-se em cerca de 4% graças à descida dos preços internacionais dos alimentos e produtos petrolíferos, mas ainda acima da inflação na área do euro. A projeção de médio prazo do corpo técnico mostra que o crescimento do PIB real ficará aquém da meta de 6% das autoridades; a inflação estabilizará em 3% e o défice da conta corrente continuará a diminuir.

11. Os riscos apontam no sentido negativo (ver a Caixa 2). As principais fontes de riscos de curto prazo para as perspetivas são a próxima eleição presidencial, prevista para julho de 2016, com o risco de gastos extraorçamentais,⁵ as fraquezas continuadas na banca e

⁵ No passado, os esforços de consolidação orçamental foram postos em causa durante eleições.

a possibilidade de obrigações contingentes sobre o orçamento. Contudo, as autoridades manifestaram o firme compromisso de evitar gastos eleitorais além dos que estão orçamentados e estão a trabalhar de maneira célere para atacar as fraquezas na banca, inclusive por meio duma avaliação abrangente da qualidade dos ativos e uma estratégia para fazer face aos elevados e crescentes empréstimos malparados (a ser implementada em junho de 2016). A fraca procura nas principais economias desenvolvidas e emergentes, que reduz as entradas de IDE e de turistas, bem como as exportações para essas economias, cria riscos adicionais de deterioração. A adoção de políticas que aumentem o espaço orçamental serviria de margem de proteção.

Figura 2. São Tomé e Príncipe: Evolução Macroeconómica Recente



Fontes: Dados das autoridades santomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Caixa 2. São Tomé e Príncipe: Matriz de Avaliação de Riscos 2016

Fonte de riscos	Probabilidade relativa	Possível impacto	Reação de política
Riscos internos			
Início antecipado do ciclo político para a eleição presidencial de 2016 poderia resultar em gastos extraorçamentais.	Média	Alto. Gastos significativos relacionados à eleição levariam a um aumento das necessidades de financiamento e provocariam a derrapagem da austeridade orçamental.	Manter a prudência orçamental ao assegurar que os planos de despesas para 2016 sejam cumpridos como previsto no orçamento.
Persistência das debilidades na intermediação bancária.	Alta	Alto. Os níveis persistentemente elevados de empréstimos mal parados e a baixa rentabilidade dos bancos impediriam a recuperação do ciclo de crédito e teriam um efeito adverso sobre o crescimento económico. No cenário mais pessimista, existe a possibilidade de custos significativos decorrentes da reestruturação bancária.	Requer uma estratégia abrangente, inclusive uma avaliação detalhada da qualidade dos ativos, a fim de fazer face ao elevado stock de empréstimos mal parados. Além disso, é necessário aumentar a fiscalização dos requisitos prudenciais, como o aumento do provisionamento e a recapitalização dos bancos afetados.
Riscos externos			
Um forte aumento da volatilidade financeira mundial e a descompressão dos spreads de crédito após um período de lento crescimento, bem como a incerteza prolongada quanto às políticas na área do euro.	Alta	Baixo. O aumento da volatilidade financeira poderia elevar a aversão dos investidores estrangeiros ao risco e reduzir os fluxos financeiros, pressionar ainda mais a inflação e solapar as perspectivas de crescimento.	Manter a disciplina fiscal e reforçar a gestão da liquidez para apoiar a consecução dos objetivos ligados ao crescimento e à inflação; manter reservas externas suficientes.
Fraca procura em economias avançadas e emergentes importantes.	Alta	Médio. A fraca procura externa poderia reduzir as exportações de São Tomé e Príncipe e contribuir para a redução do crescimento do PIB real.	Adotar políticas para alargar o espaço orçamental a fim de responder à desaceleração do financiamento externo.
Aumento da volatilidade dos preços da energia devido à incerteza sobre o choque na oferta de petróleo.	Média	Médio. As consequentes flutuações dos preços poderiam agravar as incertezas macroeconómicas já existentes.	Tirar partido do ambiente atual de baixos preços do petróleo bruto para lançar reformas do regime de preços internos dos combustíveis a fim de assegurar a plena recuperação dos custos.
Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.			

DESEMPENHO DO PROGRAMA

12. No geral, o programa progride conforme planeado (MPEF, Anexo I, Tabela 1). Apesar de a execução orçamental ter sido prejudicada pela insuficiência de receita fiscal e apoio ao orçamento por doadores, apenas um dos critérios de desempenho do final de dezembro de 2015 não foi cumprido. O critério de desempenho relativo ao défice primário interno deixou de ser cumprido por uma margem de cerca de 0,3% do PIB devido, principalmente, à receita fiscal insuficiente e à ausência de cortes correspondentes nos gastos. As metas indicativas relativas às receitas fiscais (piso) e à massa monetária em dobras (teto) deixaram de ser cumpridas por, respetivamente, 0,7% do PIB e 16% acima da meta, devido, sobretudo, à desaceleração das atividades económicas e ao acúmulo mais rápido do que o programado de ativos externos líquidos e depósitos do governo líquidos, respetivamente. Por outro lado, a meta indicativa relativa aos gastos em favor dos pobres (piso) não foi alcançada por uma pequena margem (2% abaixo da meta) devido a dificuldades de supervisão, que será melhorada com a expansão do sistema eletrónico de administração financeira do Estado (SAFE-e) para todos os ministérios e órgãos do governo.

Foram tomadas medidas corretivas para atacar o fraco desempenho das receitas fiscais (ver o parágrafo 20 e os parágrafos 12 e 13 do MPEF).

13. O governo avançou na aplicação de reformas estruturais conforme planeado (MPEF, Anexo I, Tabela 2). Em particular, a nova lei de resolução bancária foi apresentada à Assembleia Nacional⁶ e os dois indicadores de referência estruturais relacionados às melhorias nas estatísticas das contas nacionais e preços no consumidor também foram cumpridos. A determinação política e o empenho demonstrado até à data ainda são necessários, especialmente num ano de eleição, para manter a dinâmica e, sobretudo, para levar os benefícios da reforma e dos sacrifícios feitos até agora a um segmento mais alargado da população.

DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS

14. As discussões sobre políticas concentraram-se nos principais desafios a médio prazo. Realçaram-se o alinhamento da política orçamental para garantir o declínio da trajetória da dívida no médio prazo e, ao mesmo tempo, a criação de espaço para gastos sociais e promotores do crescimento; a abordagem do excesso de liquidez visando o aperfeiçoamento da gestão monetária; o aumento da competitividade e o lançamento das bases para o crescimento mais sustentável e inclusivo; e o reforço do papel das interligações macrofinanceiras para aumentar a estabilidade financeira e apoiar o crescimento económico.

A. Manter o curso da redução da dívida e melhorar a qualidade da despesa

15. As vulnerabilidades da dívida ainda são elevadas. A análise de sustentabilidade da dívida (ASD) atualizada, que reflete a queda dos empréstimos tomados e desembolsos em 2015, ainda mostra que São Tomé e Príncipe continua a enfrentar um alto risco de sobre-endividamento após receber o alívio da dívida no âmbito da Iniciativa HIPC em 2007. Devido aos desafios da execução orçamental em 2015, faz-se necessário um forte esforço de ajustamento e vigilância a fim de manter a meta do défice dentro do programa, que é compatível com o disponível financiamento não gerador de dívida, para colocar a dívida numa trajetória dum risco moderado de sobre-endividamento.

16. São Tomé e Príncipe tem atrasados de pagamento com credores fora do Clube de Paris: Angola e a República Popular da China. Os atrasados precedem o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC e ascendiam a USD 53 milhões no final de 2015. São as únicas obrigações na forma de dívida com esses credores e não há nenhum outro serviço de dívida vencendo relativamente a eles.

⁶ Posteriormente, a lei foi aprovada pela Assembleia Nacional e publicada no Diário da República.

17. Em programas anteriores com o FMI, estes atrasados foram desconsiderados, refletindo o acordo no âmbito da Iniciativa HIPC e todos os esforços das autoridades santomenses para resolver os atrasados com os credores fora do Clube de Paris. As autoridades contactaram tais credores a fim de negociar alívio da dívida em condições comparáveis, mas nenhum acordo bilateral foi alcançado até ao momento.

18. O corpo técnico avalia que os atrasados podem continuar a ser desconsiderados no âmbito da política revista sobre a concessão de crédito no caso de atrasados a credores oficiais, aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2015.

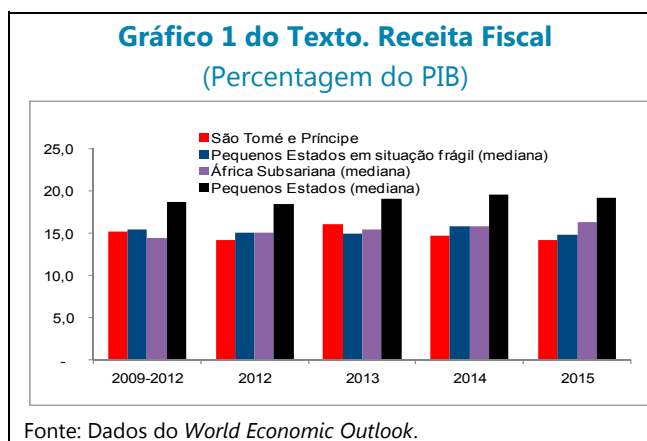
Segundo a nova política, os atrasados podem ser desconsiderados se uma avaliação do acordo subjacente com o Clube de Paris determinar que ele é suficientemente representativo, ou seja, se os credores do Clube de Paris fornecerem a maior parte das contribuições em matéria de financiamento exigidas de credores bilaterais oficiais. No caso de São Tomé e Príncipe, os credores do Clube de Paris respondem por uma quota das contribuições exigidas de credores bilaterais oficiais que ascende a cerca de 52% e, assim, pode ser considerada representativa para os fins da nova política. Embora o prazo estabelecido nas minutas acordadas pelo Clube de Paris para concluir acordos bilaterais com credores não pertencentes ao Clube tenha expirado, o corpo técnico avalia que, desde então, as autoridades santomenses envidaram todos os esforços para celebrar os acordos com Angola e a República Popular da China. Assim como no caso da política antiga, o corpo técnico continuará a rever esta conclusão a cada avaliação do programa, a fim de decidir se as autoridades continuam a envidar todos os esforços para resolver os atrasados.

19. As autoridades concordam com a recomendação de ancorar a política orçamental de médio prazo em colocar a dívida numa trajetória descendente, no sentido dum risco moderado de sobre-endividamento. No cerne da consecução deste objetivo está o ajustamento sustentado do défice primário interno (MPEF, Anexo I, parágrafo 11). A experiência em países pequenos respalda a política de redução da dívida mediante a diminuição do défice primário interno com o aumento das receitas fiscais e a contenção das despesas discricionárias. Tal esforço exigirá um compromisso social e político significativo no decorrer de vários anos. As autoridades confirmaram sua determinação de alcançar um défice primário interno de 1 a 1,5% do PIB a médio prazo. De forma compatível com o citado acima, a meta de défice primário interno, projetada em 2% do PIB no orçamento de 2016, está em linha com o programa. O forte aumento do défice orçamental global em 2016 deve-se ao aumento das despesas de capital custeado, principalmente, pelas receitas planeadas de privatização das participações do governo no maior banco e na empresa de telecomunicações, bem como dos desembolsos de empréstimos para projetos já contratados e de novos empréstimos concessionais do Kuwait e da Turquia anteriormente programados. O aumento do défice orçamental global, em consequência do aumento da despesa de capital, não afeta a trajetória da dívida do programa. Contudo, ajuda a compensar os impactos negativos da desaceleração do turismo e do setor financeiro, já pressionado, sobre o crescimento, mantendo, assim, a trajetória de crescimento a médio prazo originalmente prevista no âmbito do programa. As autoridades concordaram com a recomendação do corpo técnico de estarem prontas para fazer cortes compensatórios atempados nas despesas

primárias internas e, ao mesmo tempo, salvaguardar os gastos em favor dos pobres caso o montante total do apoio ao orçamento previsto não venha a materializar-se. Todavia, notaram que, em vista do perfil de despesas muito rígido, qualquer insuficiência no apoio ao orçamento poderia resultar em alguns cortes nos gastos sociais.

20. A aceleração das melhorias na arrecadação de receitas deve ser parte integrante da estratégia de política orçamental de médio prazo (MPEF, Anexo I, parágrafo 12).

O objetivo é aumentar o nível das receitas fiscais aos níveis registados por países congéneres até 2018. O esforço de arrecadação de impostos foi baixo em relação ao passado recente e aos países congéneres. Isto deve-se, em parte, à fraca cobrança de impostos atrasados, inclusive da ENCO, e ao não pagamento de impostos pelos novos contribuintes identificados durante a operação de inclusão fiscal. A reversão da situação atual e a melhoria da



arrecadação exigem um esforço decisivo para combater a fraude e a evasão fiscal através de fiscalizações mais profundas, mais rigorosas e regulares, que melhorem a capacidade e os incentivos à unidade de grandes contribuintes, aumentando o número de produtos sujeitos à incidência do valor aduaneiro mínimo e a introdução de algumas mudanças legislativas, inclusivamente a redução do rendimento mínimo tributável, com o aumento do imposto mínimo presumido incidente sobre pessoas singulares e coletivas e a transferência dos poderes de execução para a cobrança de impostos atrasados do tribunal fiscal para a administração tributária (indicador de referência estrutural para o final de junho de 2016).

21. O governo adiou a introdução do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) para depois de 2017 (MPEF, Anexo I, parágrafo 12). Apesar do alargamento significativo da base tributária e da melhoria da cobrança de receitas internas que esta medida provocará, o corpo técnico acolhe a decisão do governo de transferir a adoção para 2018, a fim de permitir um trabalho de preparação mais abrangente, inclusive com a redação e aprovação da lei do IVA, a conceção da política do imposto, a introdução das estruturas de administração das receitas em apoio à implementação do imposto, a capacitação do pessoal e uma campanha de orientação do público (Caixa 3). O FMI e outros parceiros (inclusive o BAfD) estão a prestar a assistência necessária. O programa atual ainda não prevê o impacto sobre as receitas decorrente da introdução do IVA.

22. Do lado da despesa, as autoridades estão a realçar o fortalecimento da gestão das finanças públicas e a sua transparência (MPEF, Anexo I, parágrafo 14). O objetivo principal é garantir a eficiência da despesa pública. Embora as autoridades tenham dado os primeiros passos na melhoria do seu sistema de gestão de informações e das capacidades de análise de dados, é essencial acelerar a aplicação de novas medidas. Medidas específicas

incluirão a implementação do SAFE-e, da atual fase de projeto-piloto para a cobertura de todos os ministérios, serviços autónomos, outras instituições soberanas e os governos regionais e locais, a fim de fortalecer a supervisão das finanças públicas. As autoridades estão a estudar a melhoria do SAFE-e com novas funcionalidades, como a reconciliação de contas bancárias do Tesouro, o acompanhamento das receitas, a gestão de património fixos e o registo de contratos do governo para facilitar a preparação de contas mais abrangentes da administração pública. Para além disso, as autoridades pretendem avançar rumo à adoção de quadros orçamentais e de despesa a médio prazo até ao final de 2017.

Caixa 3. Condições para o Êxito do Imposto sobre o Valor Acrescentado em São Tomé e Príncipe

Reforma legislativa alargada. A introdução do IVA deve ser concebida como parte dum plano de reforma mais alargado da tributação indireta (adoção de imposto sobre consumos específicos, revisão da tarifa aduaneira). Serão necessárias mudanças na legislação do imposto sobre o rendimento para manter a coerência no sistema tributário (por exemplo, harmonização de limiares sujeitos ao regime real).

No que respeita à **legislação do IVA** especificamente, a experiência dos países que adotaram tal imposto nos últimos anos aponta para as seguintes práticas: i) uma base tributária alargada com um número razoavelmente pequeno de isenções para assegurar o bom desempenho do imposto e evitar distorções económicas geradas por incentivos fiscais; ii) uma taxa única para simplificar o sistema tributário e facilitar a administração, reduzir os custos do cumprimento das obrigações por parte dos contribuintes e minimizar o risco de evasão; iii) adoção duma taxa zero aplicada apenas às exportações e dum limiar de aplicação relativamente alto para eliminar a incidência sobre pequenos operadores; reduzir o número de cobradores e facilitar a gestão do imposto pela administração tributária. O uso dum único limiar para todas as empresas, seja qual for o formato legal, é uma boa prática.

Preparação da administração tributária. Para além da qualidade da lei do IVA, a capacidade das administrações tributária e alfandegária para administrá-lo é crucial para o êxito da adoção do imposto. Não é recomendável que o projeto do IVA arranque até que a administração tributária esteja devidamente preparada. No estágio atual, a Direção de Impostos precisa duma reestruturação organizacional e de reformas profundas para fortalecer a administração tributária. É necessário adotar uma organização funcional em linha com a administração tributária moderna, em que os serviços centrais estão dedicados, principalmente, à tarefa da prestação de apoio, ocupando-se da orientação, coordenação, monitorização e avaliação das atividades dos serviços operacionais. A nova instituição também deve fazer a devida segmentação dos contribuintes, contar com uma função de auditoria interna para evitar o risco moral e ter uma função reforçada de fiscalização tributária. Para além da reestruturação organizacional, existe a necessidade urgente de reforçar a administração tributária nas seguintes áreas: i) desenvolvimento das capacidades humanas; ii) melhoria das condições de trabalho e iii) reforço das operações fiscais, incluídas as necessidades duma gestão mais dinâmica e segura duma base de dados de contribuintes, gestão dos ficheiros dos contribuintes com base numa análise de risco que reflita a forte concentração da receita num pequeno número de contribuintes e o redirecionamento das atividades de inspeção para o alargamento da base tributária e a aplicação de coimas pela evasão fiscal, bem como a adoção duma aplicação computadorizada com a funcionalidade básica, como a notificação automática de contribuintes não pagadores e a extração de estatísticas e o apoio à supervisão e à melhoria da orientação dos contribuintes e do atendimento aos utentes. Um arranque prematuro do IVA agravaria os obstáculos existentes e poderia levar ao fracasso do projeto. Em 2016, convém concentrar os esforços em medidas para fortalecer as operações orçamentais a fim de continuar a garantir a mobilização de recursos orçamentais.

23. As autoridades estão a avançar na adoção dum mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis, tirando partido do ambiente atual de baixos preços do petróleo bruto (MPEF, Anexo I, parágrafo 3). Isto garantirá a recuperação total do custo, evitará a acumulação de novos atrasados internos à ENCO e reduzirá a pressão sobre o orçamento. O governo está empenhado em usar o diferencial positivo de preços inicial no momento da introdução deste mecanismo para reduzir parcialmente os preços nas gasolinas, ao passo que o restante do diferencial será travado por meio da elevação da sobretaxa sobre o combustível e do uso das receitas para acelerar a redução dos atrasados devidos à ENCO.

24. O governo identificou as principais despesas em infraestruturas que fomentam o crescimento, necessárias para aumentar o crescimento para cerca de 6%, o mínimo requerido para influenciar de forma significativa a pobreza. Alguns dos projetos-chave são: o projeto do porto de águas profundas para o qual o governo já assinou memorandos de entendimento⁷ (cerca de USD 800 milhões) com a China Harbor Engineering Company para criar uma PPP com financiamento do setor privado; a extensão da pista do aeroporto em São Tomé e o desenvolvimento de fontes alternativas de energia mais barata (para além da térmica). O corpo técnico acolhe a decisão das autoridades de concentrar-se na extensão da pista do aeroporto e em fontes alternativas de energia e de apenas levar à frente o projeto do porto se um estudo de viabilidade cuidadoso e abrangente estabelecer sua viabilidade económica e também se o projeto for financiado inteiramente pelo setor privado sem obrigações contingentes do governo.

25. O êxito na execução do programa de infraestrutura depende, de maneira crucial, da implementação da lei-quadro da dívida e do fortalecimento da capacidade de gestão da dívida (MPEF, Anexo I, parágrafo 17). Isto envolverá ações de política que abranjam a formulação duma estratégia nacional de dívida que fixe um teto para a dívida global do setor público não financeiro e políticas de dívida anuais que fixem tetos anuais para cada entidade pública. O governo pretende executar uma nova avaliação do desempenho da gestão da dívida (DeMPA) até ao final de dezembro de 2016, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento. Assim, serão destacadas as áreas em que as melhorias devem ser concentradas. O reforço da capacidade de gestão da dívida será ancorado numa estratégia de gestão da dívida a médio prazo, num manual de procedimentos para esta gestão, num sistema de gestão computadorizado e na capacitação do pessoal. Para além disso, o governo elaborou uma lei abrangente sobre as parcerias público-privadas (PPP) e seu respetivo quadro para orientar as crescentes manifestações de interesse por PPP após a conferência de investidores em Londres, em outubro de 2015. A lei das PPP deve estar finalizada até ao final de setembro de 2016.

⁷ Após examinar os memorandos de entendimento existentes, o corpo técnico foi da opinião de que não havia passivos que não eram condicionados por mais negociações/um acordo por parte do governo e que estes memorandos, na forma em que se encontravam, não violavam o critério de desempenho referente ao endividamento em condições não concessionais.

26. Isto deve ter o respaldo do reforço da capacidade para gestão dos investimentos (MPEF, Anexo I, parágrafo 16). A taxa de execução relativamente baixa dos projectos do governo sugere a necessidade de melhorar a capacidade de implementação e avaliação de projetos e aumentar gradualmente as despesas de capital para garantir que as autoridades tenham tempo suficiente para adquirir especialização técnica. O corpo técnico instou as autoridades a adotar: i) um quadro centralizado para avaliar e priorizar projetos de despesas de capital e ii) um quadro de avaliação da gestão do investimento público (PIMA) e o seu respetivo plano de implementação (final de dezembro de 2016). Isto deve ajudar a conciliar pedidos de financiamento simultâneos com os recursos disponíveis e assegurar a sua coerência com as políticas e os objetivos do governo.

27. As autoridades concordaram com os riscos assinalados na ASD atualizada. Houve o reconhecimento geral destas vulnerabilidades e estão a ser envidados esforços para mitigá-las através da gama de reformas orçamentais discutidas acima, como os esforços para fortalecer a gestão da dívida e melhorar o registo e monitorização da dívida. As autoridades estão empenhadas em continuar a priorizar os donativos e concentrar-se em projetos prioritários financiados por empréstimos concessionais. As autoridades também formularam um plano de endividamento (MPEF, parágrafo 18; MPEF, Tabela 1 do Texto), contendo as fontes e usos do financiamento previsto.

B. Abordar o excesso de liquidez para melhorar a gestão monetária

28. O grande e crescente excesso de liquidez está a prejudicar o esforço das autoridades na gestão monetária. Estima-se que o excesso de liquidez era de 24% dos depósitos ou cerca de 5% do PIB ao final de 2015. A sua distribuição entre os bancos é assimétrica, com o seu grosso concentrado no maior banco, enquanto dois bancos têm dificuldades em cumprir as reservas mínimas de caixa. O excesso de liquidez deve-se principalmente às entradas líquidas de recursos externos e a sua persistência sugere que o excesso involuntário é mais que um desvio temporário da estrutura ideal dos balanços dos bancos comerciais. Apesar de a inflação global estar dentro do objetivo das autoridades de manter a inflação em cerca de 4% em 2016 e reduzi-la para 3% no médio prazo, existem riscos de elevação das pressões inflacionistas subjacentes, advindos do crescente excesso de liquidez, que poderia alimentar pressões de procura agregada.

29. O corpo técnico destacou a necessidade de aprimorar ainda mais as ferramentas de previsão e gestão da liquidez (MPEF, Anexo I, parágrafos 18 e 19). As ferramentas de previsão atuais permitem uma melhor recolha de informação e uma análise mais rigorosa dos fatores autónomos que impulsionam a liquidez. Contudo, os erros de previsão (embora reduzidos) ainda prejudicam uma avaliação precisa das necessidades de liquidez da banca; minimizar estes erros ainda mais e determinar as necessidades dos bancos forneceriam informação para definir o momento certo e o montante das novas emissões de bilhetes e títulos do Tesouro no incipiente mercado monetário. Ademais, o recém-introduzido mercado monetário interbancário não gerou a participação necessária dos bancos devido a perceções dum estigma, ao passo que a bem-sucedida venda de bilhetes do Tesouro em junho de 2015

e a duplicação do montante em oferta para cerca de 2% do PIB este ano, apesar de serem medidas ousadas, são insuficientes para resolver o excesso de liquidez. A implementação da estratégia para fazer face ao grande e crescente stock de empréstimos malparados (parágrafo 38), a continuação do desenvolvimento da infraestrutura financeira (parágrafo 37) e reformas para melhorar o ambiente de negócios (parágrafos 41 e 42) servirão de incentivo aos bancos comerciais para que comecem a conceder crédito nas margens a fim de reduzir as reservas involuntárias num ambiente de taxas de juro reais positivas.

30. O BCSTP acredita que a falta de participação dos bancos no mercado monetário interbancário é apenas temporária em vista da evolução recente do mercado financeiro interno. O BCSTP está a trabalhar com os bancos para fazer face a estes desafios e, ao mesmo tempo, melhorar o funcionamento do mercado de títulos do governo, criando as condições para a gestão da liquidez no prazo mais longo, bem como para desenvolver o mercado secundário.

C. Interligações macrofinanceiras e estabilidade do setor financeiro

31. As perspectivas para a produção comercial de petróleo aumentaram consideravelmente o tamanho do setor bancário. O setor financeiro está altamente concentrado e caracteriza-se pelo excesso de liquidez e baixa rendibilidade (Documento sobre Temas Seleccionados, Secção II). Um grande banco responde por cerca da metade dos depósitos e dos empréstimos do sistema; seis pequenos bancos respondem pela outra metade (Figura 4). O total de ativos da banca aumentou de 25,9% do PIB em 2001 para 86,8% do PIB em 2012, para então cair para 79,9% do PIB em 2015. Os depósitos e empréstimos denominados em moeda estrangeira têm conhecido uma evolução decrescente desde a adoção da paridade com o euro em 2010, mas permanecem altos e sujeitos aos riscos de fuga de capitais na falta de medidas prudenciais apropriadas. O número de bancos também aumentou, passando de um em 2001 para sete em 2015, todos na expectativa do aumento da atividade económica relacionado com a produção comercial de petróleo.

32. Os indicadores de rendibilidade permanecem fracos em perante ao custo operacional alto e à fraca procura por empréstimos, e apenas o maior banco mantém-se rentável, ao passo que os outros enfrentam rendibilidades dos ativos negativas (alguns por uma larga margem). A rendibilidade dos capitais próprios também se tem deteriorado e situou-se em -27% em 2015, segundo estimativas, corroendo a base de fundos próprios dalguns bancos. Contudo, a intervenção do banco central e medidas corretivas estão a começar a gerar resultados. Três dos sete bancos já elevaram seus fundos próprios para o nível mínimo exigido. No âmbito da nova lei de resolução bancária, que prevê o quadro legal necessário para a resolução rápida e ordenada de bancos, o BCSTP está a tomar providências para criar um banco de transição como primeira etapa para resolver o Banco Equador, que está sob intervenção já faz um ano. O BCSTP agora adotou um quadro regulamentar sobre bancos de transição, com base na recém-aprovada lei de resolução bancária, para ajudar a orientar a possível resolução e reestruturação de bancos, inclusive com soluções do setor privado.

33. A qualidade do agregado das carteiras de empréstimo dos bancos deteriorou-se consideravelmente desde as últimas consultas do Artigo IV em 2013. A qualidade dos ativos da maioria dos bancos vem enfraquecendo, conforme refletido no aumento dos empréstimos malparados, e apresenta vulnerabilidades significativas, além de prejudicar a intermediação financeira (Figura 5 e Documento sobre Temas Seleccionados, Secção II). O rácio empréstimos malparados/total de empréstimos quase duplicou, passando de 16% para cerca de 30%. Este aumento foi impulsionado por empréstimos abaixo do padrão e perdas em empréstimos, o que indica uma deterioração ainda maior da qualidade dos ativos. Em consequência, o BCSTP exigiu que se aumentasse o aprovisionamento (que, apenas no último ano, dobrou). Banco a banco, o quadro dos empréstimos malparados é preocupante, com apenas um banco com um índice de empréstimos malparados inferior a 10%. Em dois bancos, este índice chega a quase 50%, ao passo que, nos bancos restantes, os empréstimos malparados variam entre 20% e 30%, refletindo tendências semelhantes em outros sistemas financeiros pequenos (Documento sobre Temas Seleccionados, Secção III).⁸

34. O corpo técnico realçou a urgente necessidade duma estratégia abrangente para resolver o grande stock de empréstimos malparados no sistema bancário e a adoção dum plano de contingência para fazer face aos possíveis riscos orçamentais.

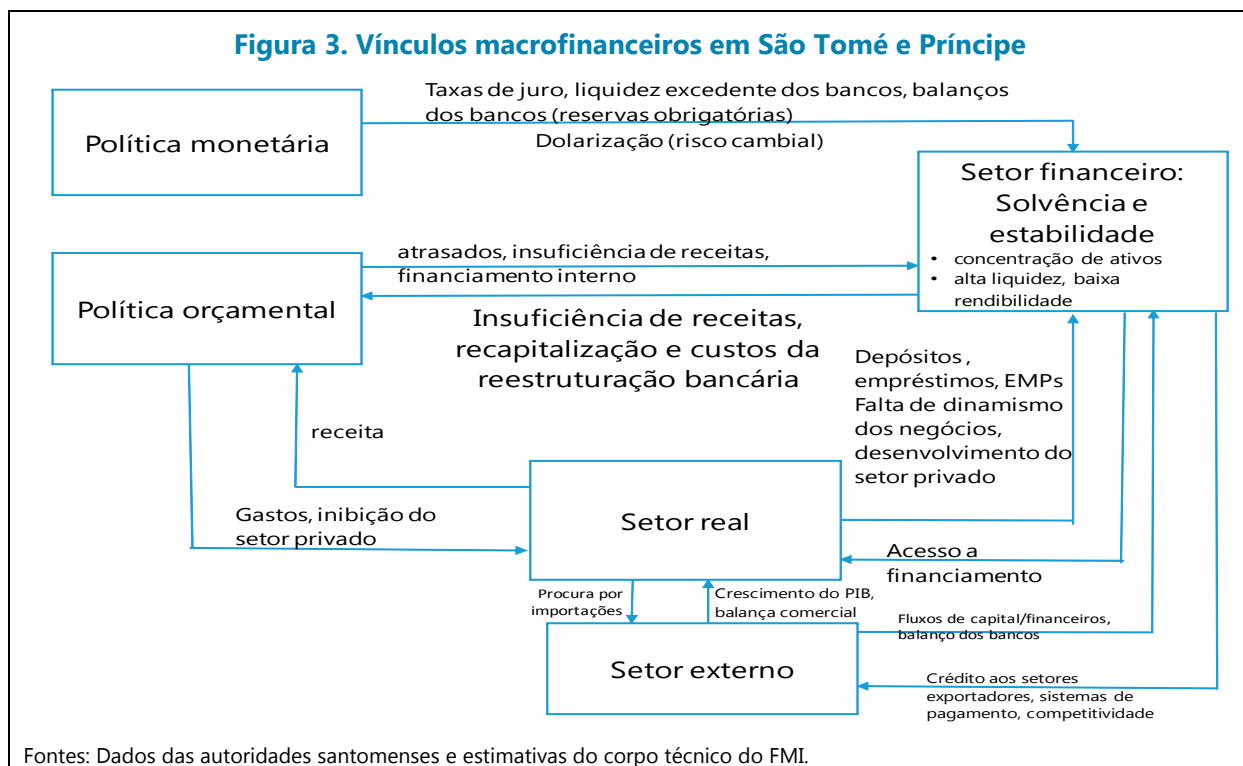
A estratégia para os empréstimos malparados, entre outras coisas, deve contemplar a reforma dos regimes de cumprimento dos contratos de dívida e de insolvência, introduzindo soluções fora dos tribunais que visem a reabilitação dos devedores viáveis, além de medidas para aumentar a capacidade operacional dos bancos para resolver os empréstimos malparados. Isto deve encontrar respaldo em uma avaliação detalhada da qualidade dos ativos envolvendo um inventário, a análise das necessidades de aprovisionamento, um exame aprofundado da grande exposição dos bancos e, se necessário, a recapitalização dos bancos afetados para reduzir a incerteza sobre a qualidade dos ativos mantidos pelos bancos. Exigirá também medidas apropriadas no nível dos bancos (por ex., a abordagem das fracas normas de subscrição, o que passa por melhorias nas políticas de crédito e governação) e o reforço da supervisão baseada no risco para minimizar a contaminação do restante da economia pelas repercussões do setor bancário. O reforço da supervisão on-site e off-site, além da adoção e aplicação de normas prudenciais mais rigorosas, é crucial para conter o risco de crédito. As autoridades são instadas enfaticamente a valer-se de todas as ferramentas legais disponíveis (inclusive a recém-aprovada lei de resolução bancária), em combinação com soluções do setor privado (com o respaldo da nova regulamentação sobre os bancos de transição), para atacar as vulnerabilidades que venham a ser identificadas durante a avaliação abrangente da qualidade dos ativos e, se necessário, formular um plano de contingência nos orçamentos posteriores para fazer face a riscos orçamentais residuais.

⁸ Os atrasados internos decorrem, principalmente, da empresa importadora de petróleo e da empresa geradora de eletricidade, e não afetam consideravelmente os fornecedores nem contribuem para o grande e crescente stock de empréstimos malparados.

35. Os vínculos entre a evolução do setor financeiro e a economia como um todo são bidirecionais (Figura 3 e Documento sobre Temas Seleccionados, Secção II). A vigilância constante do setor financeiro é justificada em vista dos impactos adversos dos riscos relacionados à macroeconomia sobre o setor financeiro e a repercussão negativa sobre a economia real. Mais recentemente, a falta de dinamismo da economia real, diante de perspectivas reduzidas de produção comercial de petróleo, limitou a expansão do crédito na medida em que os bancos enfrentam dificuldades para gerar novos negócios. Isto teve um impacto negativo sobre o balanço e a rentabilidade dos bancos. O BCSTP precisou intervir em três bancos nos últimos três anos, com um banco atualmente sob intervenção. Uma possível resolução deste último banco, caso novos acionistas não sejam encontrados, poderia gerar um custo de cerca de 4% do PIB para o orçamento. Além disso, existe um retorno negativo da atual desaceleração da expansão do crédito, em especial para as pequenas empresas, no que respeita às atividades económicas e as perspectivas de aceleração do crescimento da economia, o que já causou um impacto negativo tangível sobre a mobilização de receitas internas, frustrando o ímpeto das autoridades para captar recursos internos a fim de suplementar o financiamento dos projetos de infraestrutura do governo. Ademais, o setor financeiro sofre um efeito secundário negativo da desaceleração na implementação das despesas de capital internas (fraca procura do setor público), especialmente a redução significativa da procura por empréstimos por parte de contratados do governo e a subsequente elevação das taxas de incumprimento (Documento sobre Temas Seleccionados, Secção II).

36. Os testes de stress macro destacam o risco de crédito como o mais pertinente tendo em vista a limitação dos instrumentos de dívida, o excesso de liquidez e a paridade cambial. Para além disso, a grande exposição a poucos devedores sujeita os bancos ao risco de concentração. Um eventual incumprimento de cerca de três grandes devedores levaria a uma queda sistêmica do rácio de adequação dos fundos próprios abaixo do mínimo exigido (Documento sobre Temas Seleccionados, Secção II). Em termos globais, os resultados dos testes de stress mostram que os bancos em São Tomé e Príncipe estão vulneráveis a choques simulados e dão uma indicação de que a capitalização global do setor poderia ser minada caso tais choques viessem a materializar-se.

37. O acesso a serviços financeiros tem de ser alargado a segmentos da população sem acesso à banca, inclusivamente PMEs (Documento sobre Temas Seleccionados, Secção II). O crédito a estes setores mal servidos tem sido impedido pela falta de garantias, pela fraca execução quando existem garantias e pela assimetria de informações no sistema bancário, o que forçou a prática de taxas de juro ativas muito elevadas e impede o acesso de segmentos da população a serviços financeiros. Para resolver este problema, são necessárias reformas para baixar os custos operacionais, aumentar a concorrência e melhorar as práticas para as PMEs, em particular: i) melhorar a cobertura e a eficácia da central de risco de crédito; ii) simplificar processos para assegurar a execução de garantias, inclusivamente reformas no judiciário; e iii) dar formação às PMEs em contabilidade básica, gestão financeira e preparação de projetos financiáveis pelos bancos.

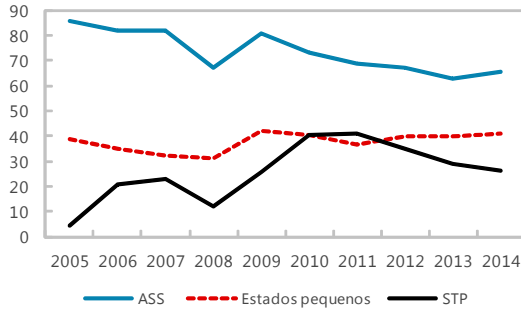


38. O BCSTP concordou com a recomendação do corpo técnico de solucionar sem demora as deficiências do sistema financeiro a fim de apoiar o desenvolvimento do setor privado e promover a inclusão financeira. As autoridades estão a agir rapidamente para elaborar uma estratégia abrangente para a resolução do grande stock de empréstimos malparados (indicador de referência estrutural para junho de 2016) com o respaldo duma avaliação detalhada da qualidade dos ativos. Para além disso, iniciaram processos (com a ajuda de parceiros de desenvolvimento) para atacar os obstáculos estruturais na economia, como uma avaliação abrangente do judiciário para restabelecer a confiança no cumprimento de contratos através da redução do prazo de resolução judicial de casos de incumprimento, com apoio dum exame dos processos referentes a garantias.

Figura 4. São Tomé e Príncipe: Evolução do Setor Financeiro

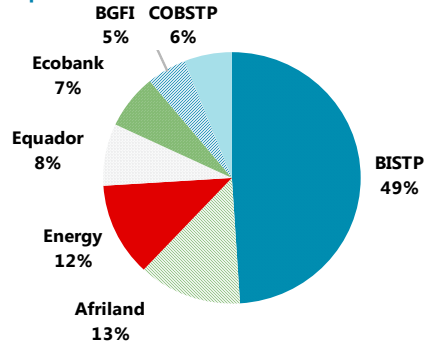
O setor financeiro teve um crescimento notável na última década, mas ainda é pequeno...

Crédito interno/PIB



...com os três maiores bancos respondendo por 74% do total de ativos.

Bancos por ativos



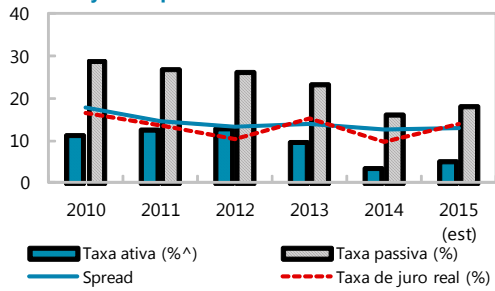
A banca experimentou uma deterioração da adequação de fundos próprios em 2015...

Adequação de fundos próprios



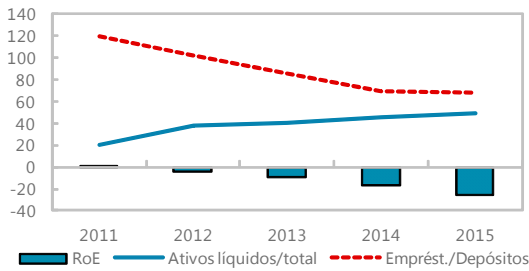
...e spreads em declínio.

Taxa de juro e spread

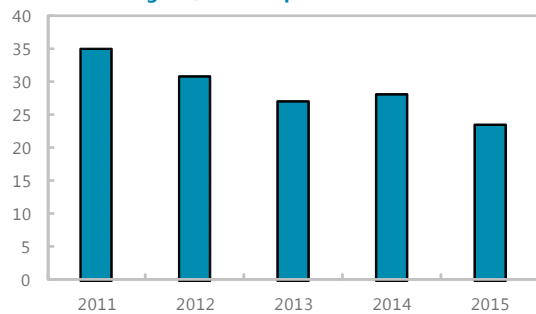


A liquidez é alta, mas a eficiência e rentabilidade da banca caíram significativamente.

Liquidez e rentabilidade



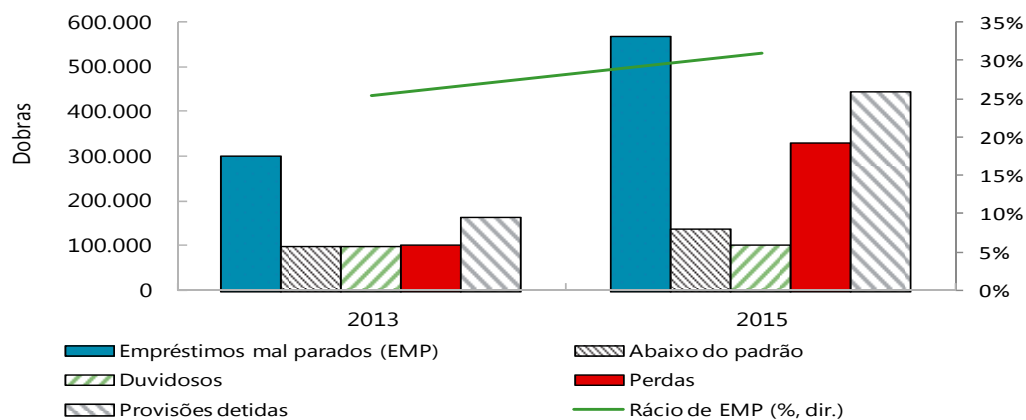
Moeda estrangeira/Total de passivos



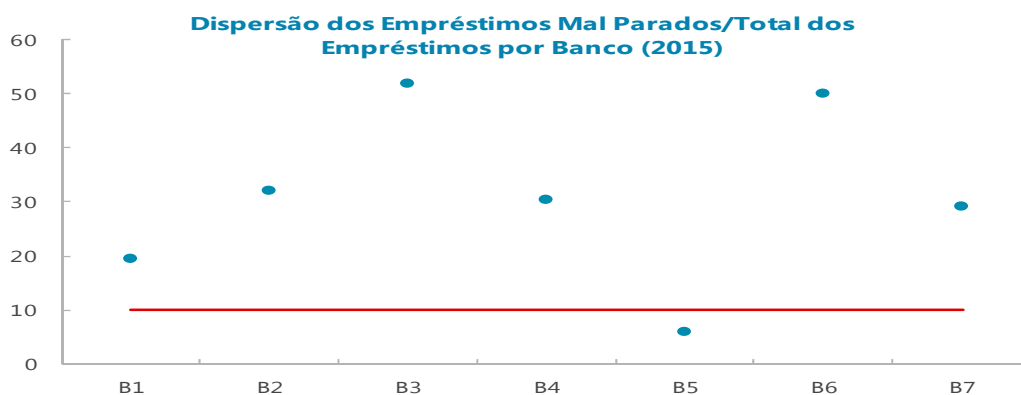
Fontes: Dados das autoridades santomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 5. São Tomé e Príncipe: Qualidade dos Ativos

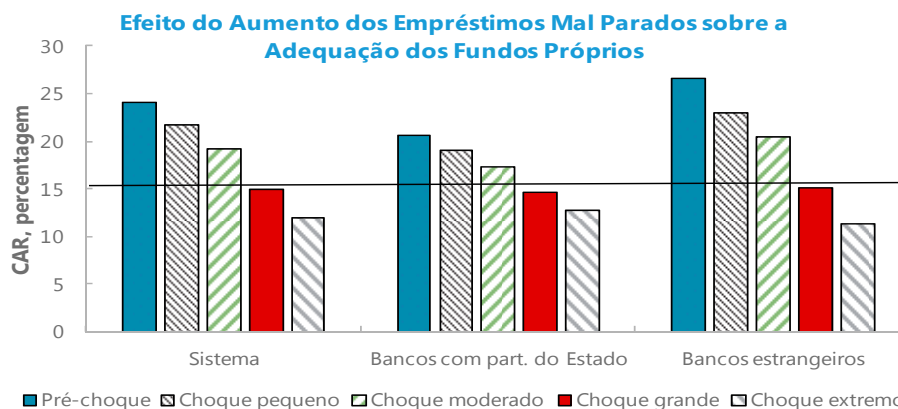
A qualidade dos ativos deteriorou em relação às últimas consultas ao abrigo do Artigo IV, em 2013.



... a deterioração da qualidade dos ativos é generalizada na maioria dos bancos.



O CAR do sistema e dos bancos estrangeiros pode cair abaixo do mínimo com um choque extremo.



Fontes: Dados das autoridades santomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

D. Melhorar a competitividade e preparar o terreno para um maior crescimento sustentável e inclusivo

39. A melhoria da diversificação económica e o crescimento inclusivo continuam a ser um desafio. As linhas gerais da Agenda de Transformação 2030 do governo identificam as prioridades para o crescimento no médio a longo prazo, a coesão social e a credibilidade externa, incluindo, com mais destaque, a diversificação da economia, o alargamento da base de produção e a modernização da infraestrutura económica e social. Apesar de historicamente o setor de serviços impulsionar o crescimento, o potencial turístico de São Tomé e Príncipe ainda precisa ser aproveitado (MPEF, Anexo I, parágrafo 21). No caminho a ser percorrido, São Tomé e Príncipe precisa concentrar-se em atividades turísticas de elevado valor acrescentado, uma maior diversificação dos mercados de origem e maior abertura, ligações aéreas competitivas, inclusivamente ligações diretas a países vizinhos na sub-região, à Europa e ao Brasil (Documento sobre Temas Seleccionados, Secção I). Isto exigirá mais obras no atual aeroporto para aumentar a pista e permitir a aterragem de aviões maiores, incluindo aviões fretados.

40. Devem ser feitos esforços direcionados para apoiar os setores tradicionais (agricultura e pescas) a fim de impulsionar a criação de empregos e reduzir a pobreza. Embora ainda respondam por uma quota considerável do emprego, a participação conjunta da agricultura e das pescas no PIB real tem vindo a cair, e a sua contribuição para o crescimento foi escassa — uma tendência que precisa ser revertida.

41. O corpo técnico avaliou a taxa de câmbio efetiva real como ligeiramente sobreavaliada em 2015 (Anexo I). A resolução deste problema requer uma maior diversificação da economia e das exportações, além dos setores tradicionais, através de medidas específicas de melhoria do ambiente de negócios para atrair o investimento direto estrangeiro. O baixo nível de competitividade continua a ser um desafio para a diversificação económica e o crescimento inclusivo. Os indicadores sobre a facilidade de fazer negócios estão atrás da média da África Subsariana e doutros pequenos estados, de acordo com o inquérito *Doing Business* do Banco Mundial de 2016. Apesar do progresso alcançado em algumas áreas — o indicador que afere a abertura de empresas figurou entre os primeiros da região —, é preciso dar atenção especial às áreas em que o país fica no último quarto da lista na região: acesso a eletricidade, registo de propriedade, acesso a crédito, proteção de investidores minoritários e pagamento de impostos. Alguns grandes projetos de infraestrutura, por exemplo, na geração de eletricidade, o aeroporto e o atual porto, poderiam melhorar significativamente o clima de negócios e transformar São Tomé e Príncipe num dos destinos turísticos favoritos da região. O corpo técnico saúda o esforço das autoridades para criar uma estratégia nacional de diversificação das exportações até ao final de dezembro de 2016.

42. As autoridades concordaram com a avaliação do corpo técnico do nível da taxa de câmbio. Destacaram o seu compromisso com o regime de paridade cambial e com o nível atual desta paridade, que tem servido bem ao país como uma âncora eficaz da inflação.

Para assegurar a competitividade externa, reconhecem que é preciso apoiá-la ao dar continuidade à gestão rigorosa da procura e realizar reformas estruturais destinadas a aumentar a produtividade e estimular o investimento privado. As autoridades também concordaram com a necessidade de diversificação e do aumento da competitividade dos setores tradicionais para promover o crescimento sustentado, compartilhado e de bases alargadas. Por exemplo, na agricultura, as autoridades estão a priorizar o acesso de pequenos agricultores ao crédito como forma de recuperar o terreno perdido na produção de cacau e café, com o objetivo de, pelo menos, duplicar a produção e a exportação de cacau até 2020.

QUESTÕES RELATIVAS AO PROGRAMA, SALVAGUARDAS E RISCOS

43. O critério de desempenho do défice primário interno para o final de dezembro de 2015 deixou de ser cumprido por uma pequena margem (0,3% do PIB) e o corpo técnico apoia as medidas tomadas pelas autoridades para corrigir esta derrapagem.

O corpo técnico concorda com a introdução de diplomas legais para reduzir o rendimento mínimo tributável, elevar o imposto mínimo presumido incidente sobre pessoas singulares e coletivas, e transferir os poderes de execução para a cobrança de impostos atrasados da justiça fiscal para a unidade de administração tributária (parágrafo 20) no intuito de impulsionar a arrecadação de impostos. Os técnicos do FMI também apoiam as medidas corretivas adotadas pelas autoridades para resolver o descumprimento das metas indicativas referentes ao piso dos gastos em favor dos pobres (parágrafo 12) e o teto à massa monetária em dobras.

44. Monitorização do programa. Todos os critérios de desempenho e metas indicativas para o primeiro semestre de 2016 são os mesmos que foram aprovados pelo Conselho de Administração. Contudo, o corpo técnico e as autoridades concordaram em propor a modificação dos critérios de desempenho referentes ao défice primário interno e às reservas internacionais líquidas (embora o corpo técnico proponha uma alteração ligeira destes dois critérios, eles permanecem os mesmos em percentagem do PIB e em termos de meses de importações, respetivamente) e das metas indicativas da receita fiscal e da base monetária no segundo semestre de 2016, buscando um alinhamento com o ritmo das reformas na administração da receita e com o acúmulo mais rápido do que o programado de ativos externos líquidos e depósitos do governo líquidos em 2015 (MPEF, Anexo I, Tabela 3). Quatro novos indicadores de referência estruturais foram propostos para 2016, abrangendo uma mudança na legislação da administração tributária, uma avaliação da gestão do investimento público (PIMA) e o seu respetivo plano de implementação, a lei do IVA e a criação do Conselho de Auditoria no BCSTP (MEPF, Anexo I, Tabela 4). Espera-se que a segunda avaliação seja concluída até dezembro de 2016, a terceira avaliação até junho de 2017 e a quarta avaliação até dezembro de 2017.

45. O programa está inteiramente financiado e, segundo a avaliação do corpo técnico, a capacidade de São Tomé e Príncipe para reembolsar o FMI continua praticamente inalterada desde a solicitação do acordo EFC (Tabela 11). A capacidade de reembolso ao FMI continua forte, pois as obrigações permanecem pequenas relativamente às exportações e reservas.

46. A avaliação das salvaguardas atualizada, concluída em fevereiro de 2016, constatou que grandes restrições da capacidade contribuíram para a debilidade do quadro de salvaguardas do banco central. Em especial, não era feita uma supervisão independente dos mecanismos de auditoria e controlo e a lei do BCSTP precisa ser modificada para fortalecer a autonomia do banco central. Para além disso, a fim de reforçar a supervisão independente das operações do banco, o BCSTP deveria criar uma política para o Conselho de Auditoria contendo funções e responsabilidades, de forma semelhante ao que ocorre com um comité de auditoria convencional (indicador de referência estrutural para o final de dezembro de 2016) e identificar um perito externo qualificado para assistir o Conselho de Auditoria. As reformas da lei do BCSTP, ora em curso, devem ser feitas em consulta com o FMI.

47. Os riscos para o programa são altos. Para além do crescimento mais lento do que o previsto, as vulnerabilidades do setor financeiro poderiam tornar-se mais prementes, os riscos para o compromisso com as reformas num ano de eleição presidencial poderiam materializar-se e a fraca capacidade poderia constranger a implementação do programa. A prestação de assistência técnica continuada, sobretudo em supervisão bancária, gestão financeira pública e administração e política tributárias mitigariam, em parte, os riscos relacionados à capacidade.

OUTRAS QUESTÕES RELACIONADAS À SUPERVISÃO

48. Embora o fornecimento de dados económicos apresente algumas deficiências, ele é de modo geral adequado para a supervisão. Existe amplo espaço para melhorias das estatísticas da balança de pagamentos, que estão a ser revistas com assistência técnica do Departamento de Estatística (STA). O INE concluiu o rebaseamento das contas nacionais de 2008 (em vez de 2001) e dum novo IPC, refletindo as flutuações de preços duma cabaz de bens e serviços mais alargada e usando 2014 (em vez de 1996) como ano-base. As próximas etapas são a melhoria das estatísticas do PIB com o desenvolvimento de dados sobre os componentes do PIB do lado da procura, o fortalecimento das estatísticas do comércio e o alargamento da cobertura da posição de investimento internacional.

49. Regime e disposições cambiais. São Tomé e Príncipe continua a se valer do regime transitório previsto no Artigo XIV, mas não mantém restrições nos termos do referido artigo. Contudo, o país mantém uma restrição cambial sujeita à aprovação do FMI nos termos do Artigo VIII. As autoridades devem trabalhar no sentido de eliminar a restrição existente, que

decorre do Artigo 3(i) e Artigo 10.1(b) do Código de Investimento (Lei n.º 7/2008), que condicionam a transferência destes lucros ao pagamento dos impostos e outras obrigações devidas ao Estado. O regime cambial *de facto* do país é classificado, desde 2010, como de paridade fixa ao euro. O regime cambial é isento de práticas monetárias múltiplas.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

50. O sólido avanço na implementação de reformas estruturais precisa ser mantido para levar todos os benefícios das reformas a um segmento mais alargado da população.

O corpo técnico acolhe o compromisso continuado das autoridades com a implementação do programa e apoia as medidas corretivas adotadas para impulsionar a mobilização de receita interna (parágrafos 20 e 43). Serão tomadas medidas até ao final de 2016 para assegurar a devida monitorização dos gastos em favor dos pobres, isto é, a expansão do sistema eletrónico de gestão de informação (SAFE-e) para todos os ministérios e órgãos do governo (parágrafo 12) e da base monetária em dobras.

51. O corpo técnico também louva a determinação das autoridades em manter o forte ajustamento orçamental a médio prazo para colocar a dívida numa trajetória descendente, no sentido dum risco moderado de sobre-endividamento.

A continuação dos resultados menos favoráveis das receitas fiscais exige a implementação firme das medidas de administração da receita identificadas e a adoção de leis para sanar as deficiências na arrecadação de impostos atrasados e fazer com que os 15 mil novos contribuintes identificados apoiem o objetivo de médio prazo de reduzir o défice primário interno para 1% a 1,5% do PIB. Isto teria que ser complementado pelo reforço do impacto das despesas de investimento público sobre o crescimento, incluindo o planeamento, priorização e orçamentação estruturados e centralizados dos investimentos para garantir o apoio da política orçamental ao objetivo preponderante da sustentabilidade da dívida, ao caminhar numa linha ténue entre a redução da dívida e o aumento dos gastos necessários para fomentar o crescimento.

52. O fortalecimento da capacidade de gestão da dívida em paralelo ao recurso continuado a donativos e empréstimos em condições concessionais está no centro do programa de redução da dívida.

O corpo técnico saúda a decisão das autoridades de formular uma estratégia nacional de dívida que fixe um teto à dívida global do setor público não financeiro, atualize a estratégia de médio prazo de gestão da dívida e elabore diretrizes sobre a gestão da dívida. Assim, as autoridades são incentivadas a fazer uma nova avaliação do desempenho da gestão da dívida (DeMPA) para assentar as bases para a nova estratégia de gestão da dívida, bem como a finalizar a lei das parcerias público-privadas (PPP) e o seu respetivo quadro para orientar o programa de investimentos públicos do governo em vista do aumento das manifestações de interesse após a bem-sucedida conferência de investidores em Londres, em outubro de 2015.

53. É chegado o momento para implementar o mecanismo de ajustamento automático de preços dos combustíveis planeado.

A solução para o elevado stock de

atrasados internos precisa encontrar respaldo numa reforma abrangente do programa público de subsídios aos combustíveis a fim de evitar o acúmulo de atrasados no futuro. Os baixos preços atuais do petróleo bruto oferecem um ambiente propício para empreender esta importante reforma, no intuito de fortalecer ainda mais os esforços das autoridades para consolidar as finanças públicas.

54. O corpo técnico acolhe os esforços do BCSTP para reforçar a gestão da liquidez e salienta que os desafios persistem. Apesar da ferramenta de previsão de liquidez já introduzida permitir uma melhoria da recolha de informações e uma análise mais precisa de fatores autónomos que geram liquidez, esta tem de produzir dados mais pormenorizados para minimizar os erros de previsão decorrentes do fraco intercâmbio de informação sobre os gastos de tesouraria, bem como apoiar melhor as operações de liquidez do BCSTP. O corpo técnico recomenda vivamente que o BCSTP lidere o esforço para atender às preocupações dos bancos relativas à falta de transparência e eliminar o estigma associado ao acesso ao mercado interbancário, para estimular a participação no mesmo.

55. As vulnerabilidades no sistema financeiro precisam ser sanadas sem demora. Existem indícios de vínculos bidirecionais entre o setor financeiro e os setores real, orçamental e externo da economia. A falta de dinamismo na economia real tem impactado a capacidade dos bancos para conceder crédito, o que resulta num rápido acúmulo de liquidez em excesso na banca e produz reações negativas sobre os setores real e orçamental da economia. Combinados, estes fatores resultaram num aumento forte e sustentado dos empréstimos malparados e elevaram o risco de possíveis custos orçamentais caso alguns dos bancos fracos e não lucrativos necessitem ser reestruturados. O BCSTP deve formular de imediato uma estratégia para eliminar o grande stock de empréstimos malparados e, se necessário, rever as práticas de aprovisionamento e as exigências mínimas de fundos próprios para garantir que os bancos estejam bem capitalizados. Isto deve ser feito com o respaldo duma avaliação detalhada da qualidade dos ativos para reduzir a atual incerteza sobre a qualidade destes ativos e salvaguardar ainda mais a estabilidade do sistema financeiro. Uma vez que tal avaliação esteja concluída, o BCSTP deve valer-se de todas as ferramentas legais disponíveis (inclusivamente soluções do setor privado) para atacar as vulnerabilidades que tenham sido identificadas e, se necessário, formular um plano de contingência nos orçamentos posteriores para fazer face aos riscos orçamentais residuais.

56. À luz da implementação largamente satisfatória do programa até à altura e do compromisso das autoridades de manter este ímpeto, o corpo técnico apoia a conclusão da primeira avaliação no âmbito do acordo ECF. Recomenda a dispensa pelo descumprimento do critério de desempenho referente ao piso do défice primário interno, com base nas medidas corretivas com que as autoridades se comprometeram (parágrafos 20 e 43) e também apoia a proposta de criação e modificação de critérios de desempenho, metas indicativas e indicadores de referência estruturais para 2016, assim como a solicitação de combinar dois critérios de desempenho contínuos sobre o endividamento externo em condições não concessionais. Ademais, o corpo técnico apoia o segundo desembolso, no montante de DSE 634.285.

57. Propõe-se que as próximas consultas com São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV ocorram dentro de 24 meses, em conformidade a Decisão sobre os Ciclos de Consultas do Artigo IV (Decisão n.º 14747-(10/96), na sua atual redação).

**Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Principais Indicadores Económicos,
2014-19**
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)

	2014		2015			2016		2017		2018		2019
	Efetivo	EBS/15/71		EBS/15/71		EBS/15/71		EBS/15/71		EBS/15/71		Proj.
		Prog.	Est.	Prog.	Proj.	Prog.	Proj.	Prog.	Proj.			
Rendimento nacional e preços												
PIB a preços constantes	4,5	5,0	4,0	5,2	5,0	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5
Preços no consumidor												
Fim do período	6,4	5,2	4,0	4,0	4,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Média do período	7,0	5,8	5,3	4,6	3,9	3,5	3,5	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Comércio externo												
Exportações de bens e serviços não fatoriais	64,3	5,8	-9,2	8,5	9,2	6,9	7,2	6,9	6,5	8,2	8,2	8,2
Importações de bens e serviços não fatoriais	28,6	-8,3	-17,4	15,5	11,8	9,1	7,0	8,5	5,8	2,9	2,9	2,9
Taxa de câmbio (Dobras por USD; fim do período) ¹	20.148	...	22.424
Taxa de câmbio efetiva real (desvalorização = -)	7,0	...	0,8
Moeda e crédito												
Base monetária	23,2	14,6	37,5	11,1	10,4	7,1	6,3	8,0	7,2	9,7	9,7	9,7
Massa monetária (M3)	16,8	15,1	13,1	11,4	11,6	6,6	6,3	7,5	7,2	7,9	7,9	7,9
Crédito à economia	-1,0	-0,7	3,8	1,6	7,0	3,4	4,8	5,3	5,2	7,5	7,5	7,5
Velocidade (PIB/M3; fim do período)	2,6	2,6	2,6	2,4	2,5	2,4	2,5	2,4	2,5	2,5	2,5	2,5
Taxa de juro de referência do banco central (%)	12,0	...	10,0
Taxa média dos empréstimos bancários (percentagem)	23,2	...	23,3
Taxa média dos depósitos bancários (percentagem)	8,9	...	6,9
Finanças públicas (em percentagem do PIB)												
Total de receita, donativos e bónus de assinatura do petróleo	25,9	31,8	28,0	33,9	35,1	34,9	33,4	35,6	33,7	33,5	33,5	33,5
<i>D/q</i> : receitas fiscais	14,1	15,0	14,3	15,5	14,9	16,0	15,4	16,5	15,9	16,5	16,5	16,5
Receitas não fiscais	1,5	1,7	1,5	1,7	2,2	1,7	1,3	1,7	1,3	1,3	1,3	1,3
Donativos	10,3	15,1	11,4	16,6	17,3	17,1	16,6	17,3	16,4	15,6	15,6	15,6
Bónus de assinatura do petróleo	0,0	0,0	0,8	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	31,4	40,6	34,2	36,2	44,1	36,9	37,3	35,9	36,2	33,9	33,9	33,9
Despesas com pessoal	9,1	8,8	8,9	8,7	8,6	8,6	8,5	8,5	8,4	8,4	8,4	8,4
Juros devidos	0,7	0,4	0,8	0,4	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Despesa corrente excl. juros e salários	8,7	8,7	8,5	8,7	8,1	8,4	7,9	8,2	7,6	7,6	7,6	7,6
Despesas de investimento custeadas pelo Tesouro	0,9	0,9	0,7	1,0	0,7	1,9	1,6	2,5	2,2	2,5	2,5	2,5
Despesas de investimento custeadas por doadores	11,8	20,8	14,7	16,6	20,2	16,6	17,9	15,5	16,7	14,0	14,0	14,0
Despesas sociais relacionadas à Iniciativa HIPC	0,2	1,0	0,6	0,9	0,9	0,6	0,6	0,6	0,5	0,7	0,7	0,7
Saldo primário interno ²	-3,3	-2,7	-3,0	-2,0	-6,9	-1,8	-1,8	-1,5	-1,5	-1,4	-1,4	-1,4
Saldo global (base de compromissos)	-5,5	-8,8	-6,3	-2,3	-9,0	-2,0	-3,8	-0,4	-2,5	-0,4	-0,4	-0,4
Setor externo												
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)												
Incl. transferências oficiais	-21,9	-12,4	-16,7	-15,2	-12,2	-16,4	-12,7	-17,0	-12,6	-10,5	-10,5	-10,5
Excl. transferências oficiais	-32,6	-28,5	-28,2	-32,7	-29,5	-34,3	-29,7	-35,1	-29,3	-26,4	-26,4	-26,4
VA da dívida externa (percentagem do PIB)	30,1	32,5	39,7	32,5	36,2	32,0	38,3	31,7	39,4	37,9	37,9	37,9
Serviço da dívida externa (% das exportações) ³	3,7	4,8	4,3	4,2	4,8	3,9	4,3	3,7	4,0	3,8	3,8	3,8
Export. de bens e serviços não fatoriais (milhões de USD)	88,5	93,5	80,4	101,5	87,7	108,4	94,1	115,9	100,2	108,5	108,5	108,5
Reservas internacionais brutas ⁴												
Milhões de USD	56,5	66,9	61,0	80,5	72,8	97,7	75,9	102,7	82,4	87,6	87,6	87,6
Meses de import. de bens e serv. não fatoriais ⁵	4,2	4,0	4,4	4,5	5,0	5,1	5,0	5,1	5,1	5,0	5,0	5,0
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	9,9	8,0	10,3	6,5	11,5	5,3	9,3	4,3	7,6	6,2	6,2	6,2
Por memória												
PIB												
Mil milhões de dobras	6.242	7.171	7.028	7.790	7.847	8.251	8.287	8.820	8.839	9.533	9.533	9.533
Milhões de USD	338,0	325,6	318,2	356,3	349,2	381,8	371,2	412,9	396,0	428,8	428,8	428,8

Fontes: Autoridades santomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O ponto médio da taxa do BCSTP.

² Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

³ Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

⁴ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

⁵ Importações de bens e serviços não fatoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2014–19
 (Mil milhões de dobras)

	2014		2015		2016			2017		2018		2019
	EBS/15/71		EBS/15/71		Orçamento	Proj.	EBS/15/71		EBS/15/71		Proj.	
	Efetivo	Prog.	Est.	Prog.			Prog.	Proj.	Prog.	Proj.		
Total da receita e donativos	1618	2279	1965	2638	2625	2754	2878	2771	3137	2981	3194	
Total da receita	973	1196	1108	1343	1276	1343	1464	1391	1610	1528	1704	
Receitas fiscais	879	1073	1006	1209	1170	1170	1323	1279	1458	1408	1575	
Receitas não fiscais	94	123	102	134	106	172	142	112	152	119	129	
Donativos	645	1083	804	1295	1349	1355	1413	1380	1527	1453	1490	
Donativos a projetos	500	730	610	989	995	995	1114	1051	1235	1121	1249	
Donativos não destinados a projetos	103	220	61	219	205	212	216	180	214	184	125	
<i>D/q</i> : não confirmados	0	0	...	37	...	42	47	
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	42	133	133	87	149	149	83	149	78	149	116	
Bónus de assinatura do petróleo	0	0	53	0	0	56	0	0	0	0	0	
Total da despesa	1960	2910	2405	2818	3460	3460	3043	3088	3169	3199	3236	
<i>D/q</i> : Despesa primária interna	1181	1387	1315	1497	1819	1819	1614	1543	1743	1664	1836	
Despesas correntes	1157	1284	1274	1381	1366	1366	1463	1417	1530	1475	1594	
Despesas com pessoal	569	631	623	676	676	676	708	706	748	742	800	
Juros devidos	44	31	54	29	56	56	60	60	59	59	65	
Bens e serviços	223	229	239	248	240	240	263	254	281	271	292	
Transferências	230	315	248	342	311	311	343	311	346	312	336	
Outras despesas correntes	92	78	110	85	82	82	90	87	96	93	100	
Despesa de investimento	793	1556	1087	1369	2025	2025	1528	1619	1590	1675	1573	
Custeadas pelo Tesouro	58	64	51	78	53	53	158	134	223	199	238	
Custeadas por receitas de privatização	0	0	...	0	...	0	0	
Custeadas por fontes externas	735	1493	1036	1291	1584	1584	1370	1485	1367	1476	1335	
Despesas sociais relacionadas à Iniciativa HIPC	10	70	44	68	68	68	52	52	49	49	70	
Saldo primário interno¹	-208	-190	-207	-154	-543	-543	-149	-152	-133	-136	-132	
Saldo orçamental global (base de compromissos)	-342	-631	-440	-180	-835	-706	-166	-317	-33	-218	-42	
Variação líquida nos atrasados, <i>float</i> e discrepâncias estatísticas (redução = -)	135	-62	-93	-61	-85	-85	-36	-86	-52	-86	-86	
Atrasados externos	11	-11	-12	0	0	0	0	0	0	0	0	
Atrasados internos	35	-51	-82	-61	-85	-85	-36	-86	-52	-86	-86	
<i>Float</i> e discrepâncias estatísticas	89	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Saldo orçamental global (base de caixa)	-207	-692	-533	-241	-919	-790	-202	-403	-84	-304	-128	
Financiamento	207	692	533	241	919	790	202	403	84	304	129	
Externo líquido	199	651	576	206	478	478	175	353	63	286	109	
Desembolsos (projetos)	236	763	742	302	659	659	256	434	132	355	217	
Financiamento programático (empréstimos)	80	0	20	0	0	0	0	0	0	0	0	
Empréstimos de curto prazo líquidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Amortização programada	-117	-112	-187	-96	-181	-181	-81	-81	-69	-69	-108	
Variação nos atrasados (capital)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Reescalamento bilateral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Economias de fluxos da HIPC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Interno líquido	7	42	-43	35	441	312	27	49	21	18	19	
Crédito bancário líquido ao governo	7	42	-43	35	53	-76	27	49	21	18	19	
Crédito do sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo)	-37	0	-33	0	0	0	-1	-2	-2	-24	-14	
Conta Nacional do Petróleo	44	42	-10	35	53	-76	28	51	23	42	34	
Financiamento não bancário	0	0	0	0	388	388	0	0	0	0	0	
<i>D/q</i> : Privatizações	0	0	0	0	388	388	0	0	0	0	0	
Défice de financiamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Por memória:												
Alívio da dívida MDRI (fluxo em milhões de USD)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Saldo da conta de privatização (milhões de USD)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Saldo da CNP (milhões de USD, excl. transferências ao orçamento)	9,9	8,0	10,3	6,5	5,6	11,5	5,3	9,3	4,3	7,6	6,2	

Fontes: Autoridades santomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FML

¹ Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2014–19
 (Porcentagem do PIB)

	2014		2015		2016		2017		2018		2019
	Efetivo	EBS/15/71		EBS/15/71		EBS/15/71		EBS/15/71		Proj.	Proj.
		Prog.	Est.	Prog.	Orçamento	Prog.	Proj.	Prog.	Proj.		
Total da receita e donativos	25,9	31,8	28,0	33,9	33,5	35,1	34,9	33,4	35,6	33,7	33,5
Total da receita	15,6	16,7	15,8	17,2	16,3	17,1	17,7	16,8	18,3	17,3	17,9
Receitas fiscais	14,1	15,0	14,3	15,5	14,9	14,9	16,0	15,4	16,5	15,9	16,5
Receitas não fiscais	1,5	1,7	1,5	1,7	1,3	2,2	1,7	1,3	1,7	1,3	1,3
Donativos	10,3	15,1	11,4	16,6	17,2	17,3	17,1	16,6	17,3	16,4	15,6
Donativos a projetos	8,0	10,2	8,7	12,7	12,7	12,7	13,5	12,7	14,0	12,7	13,1
Donativos não destinados a projetos	1,7	3,1	0,9	2,8	2,6	2,7	2,6	2,2	2,4	2,1	1,3
<i>D/q:</i> não confirmados	0,0	0,0	...	0,4	...	0,5	0,5
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	0,7	1,9	1,9	1,1	1,9	1,9	1,0	1,8	0,9	1,7	1,2
Total da despesa	31,4	40,6	34,2	36,2	44,1	44,1	36,9	37,3	35,9	36,2	33,9
<i>D/q:</i> Despesa primária interna	18,9	19,3	18,7	19,2	23,2	23,2	19,6	18,6	19,8	18,8	19,3
Despesas correntes	18,5	17,9	18,1	17,7	17,4	17,4	17,7	17,1	17,3	16,7	16,7
Despesas com pessoal	9,1	8,8	8,9	8,7	8,6	8,6	8,6	8,5	8,5	8,4	8,4
Juros devidos	0,7	0,4	0,8	0,4	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Bens e serviços	3,6	3,2	3,4	3,2	3,1	3,1	3,2	3,1	3,2	3,1	3,1
Transferências	3,7	4,4	3,5	4,4	4,0	4,0	4,2	3,7	3,9	3,5	3,5
Outras despesas correntes	1,5	1,1	1,6	1,1	1,0	1,0	1,1	1,0	1,1	1,0	1,0
Despesa de investimento	12,7	21,7	15,5	17,6	25,8	25,8	18,5	19,5	18,0	18,9	16,5
Custeadas pelo Tesouro	0,9	0,9	0,7	1,0	0,7	0,7	1,9	1,6	2,5	2,2	2,5
Custeadas por receitas de privatização	0,0	0,0	...	0,0	...	0,0	0,0
Custeadas por fontes externas	11,8	20,8	14,7	16,6	20,2	20,2	16,6	17,9	15,5	16,7	14,0
Despesas sociais relacionadas à Iniciativa HIPC	0,2	1,0	0,6	0,9	0,9	0,9	0,6	0,6	0,6	0,5	0,7
Saldo primário interno¹	-3,3	-2,7	-3,0	-2,0	-6,9	-6,9	-1,8	-1,8	-1,5	-1,5	-1,4
Saldo orçamental global (base de compromissos)	-5,5	-8,8	-6,3	-2,3	-10,6	-9,0	-2,0	-3,8	-0,4	-2,5	-0,4
Variação líquida nos atrasados, <i>float</i> e discrepâncias estatísticas (redução = -)	2,2	-0,9	-1,3	-0,8	-1,1	-1,1	-0,4	-1,0	-0,6	-1,0	-0,9
Atrasados externos	0,2	-0,2	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atrasados internos	0,6	-0,7	-1,2	-0,8	-1,1	-1,1	-0,4	-1,0	-0,6	-1,0	-0,9
<i>Float</i> e discrepâncias estatísticas	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo orçamental global (base de caixa)	-3,3	-9,7	-7,6	-3,1	-11,7	-10,1	-2,4	-4,9	-1,0	-3,4	-1,3
Financiamento	3,3	9,7	7,6	3,1	11,7	10,1	2,4	4,9	1,0	3,4	1,3
Externo líquido	3,2	9,1	8,2	2,6	6,1	6,1	2,1	4,3	0,7	3,2	1,1
Desembolsos (projetos)	3,8	10,6	10,6	3,9	8,4	8,4	3,1	5,2	1,5	4,0	2,3
Financiamento programático (empréstimos)	1,3	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos de curto prazo líquidos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização programada	-1,9	-1,6	-2,7	-1,2	-2,3	-2,3	-1,0	-1,0	-0,8	-0,8	-1,1
Variação nos atrasados (capital)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reescalamento bilateral	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Economias de fluxos da HIPC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Interno líquido	0,1	0,6	-0,6	0,4	5,6	4,0	0,3	0,6	0,2	0,2	0,2
Crédito bancário líquido ao governo	0,1	0,6	-0,6	0,4	0,7	-1,0	0,3	0,6	0,2	0,2	0,2
Crédito do sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo)	-0,6	0,0	-0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,3	-0,1
Conta Nacional do Petróleo	0,7	0,6	-0,1	0,4	0,7	-1,0	0,3	0,6	0,3	0,5	0,4
Financiamento não bancário	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>D/q:</i> Privatizações	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:											
Alívio da dívida MDRI (fluxo em milhões de USD)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo da conta de privatização (milhões de USD)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo da CNP (milhões de USD, excl. transferências ao orçamento)	9,9	8,0	10,3	6,5	5,6	11,5	5,3	9,3	4,3	7,6	6,2
PIB nominal (mil milhões de dobrás)	6.242	7.171	7.028	7.790	7.847	7.847	8.251	8.287	8.820	8.839	9.533

Fontes: Autoridades santomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FML.

¹Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Síntese das Contas do Banco Central, 2014–19
(Mil milhões de dobras)

	2014		2015		2016		2017		2018		2019
	Efetivo	EBS/15/71		EBS/15/71		EBS/15/71		EBS/15/71		Proj.	Proj.
		Prog.	Est.	Prog.	Proj.	Prog.	Proj.	Prog.	Proj.		
Ativos externos líquidos	1.474	1.805	1.903	2.011	2.180	2.384	2.200	2.432	2.316	2.437	
Crédito a não residentes	1.795	2.175	2.243	2.418	2.561	2.773	2.595	2.845	2.740	2.847	
Reservas internacionais oficiais	1.482	1.834	1.864	2.080	2.182	2.440	2.218	2.516	2.363	2.472	
Outros ativos externos	313	340	379	338	379	333	378	330	377	375	
Passivos com não residentes	-321	-370	-341	-407	-381	-389	-395	-414	-424	-411	
Passivos de curto prazo com não residentes	-114	-144	-120	-183	-161	-168	-175	-195	-205	-193	
Outros passivos externos	-207	-226	-221	-224	-220	-221	-220	-218	-219	-218	
Ativos internos líquidos	-338	-503	-341	-565	-455	-835	-367	-759	-346	-281	
Crédito interno líquido	117	164	110	198	86	225	136	246	154	175	
Crédito a outras sociedades de depósitos	106	106	128	106	128	106	128	106	128	128	
Crédito líquido ao governo central	-84	-41	-133	-10	-160	14	-113	33	-98	-80	
Crédito ao governo central	255	276	247	274	247	271	246	269	246	246	
D/q: uso de DSE/PRGF	207	225	196	223	196	221	195	218	195	194	
Passivos com o governo central	-339	-317	-380	-284	-407	-257	-360	-236	-344	-326	
Depósitos do governo central	-18	-18	-11	-18	-11	-19	-13	-20	-37	-51	
Recursos de contrapartida	-93	-93	-120	-93	-120	-93	-120	-93	-120	-120	
Depósitos em divisas	-228	-206	-249	-173	-276	-145	-227	-123	-188	-155	
D/q: Conta Nacional do Petróleo	-200	-175	-230	-142	-257	-114	-208	-92	-169	-136	
Crédito a outros setores	95	99	115	102	118	104	121	107	124	126	
Outras rubricas (líquido)	-455	-667	-451	-763	-541	-1.060	-503	-1.005	-500	-456	
Base monetária	1.136	1.302	1.562	1.446	1.725	1.549	1.833	1.672	1.966	2.155	
Emissão monetária	267	286	315	333	348	356	370	385	397	435	
Reservas bancárias	869	1.016	1.247	1.114	1.376	1.193	1.463	1.288	1.569	1.720	
D/q: moeda nacional	704	826	980	936	1.083	1.003	1.151	1.083	1.234	1.353	
D/q: moeda estrangeira	165	189	266	177	294	190	312	205	335	367	
Por memória:											
Reservas internacionais brutas (milhões de USD) ¹	56,5	66,9	61,0	80,5	72,8	97,7	75,9	102,7	82,4	87,6	
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais ²	4,2	4,0	4,4	4,5	5,0	5,1	5,0	5,1	5,1	5,0	
Reservas internacionais líquidas (milhões de USD) ³	50,8	60,3	55,6	63,9	65,6	81,0	68,0	83,9	73,2	78,9	
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais ²	3,8	3,6	4,0	3,6	4,5	4,2	4,5	4,1	4,5	4,5	
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	9,9	8,0	10,3	6,5	11,5	5,3	9,3	4,3	7,6	6,2	
Reservas em divisas dos bancos comerciais (milhões de USD)	8,2	8,6	11,9	8,2	13,1	8,8	14,0	9,7	15,0	16,6	
Depósitos garantidos (milhões de USD)	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	
Base monetária (variação percentual anual)	23,2	14,6	37,5	11,1	10,4	7,1	6,3	8,0	7,2	9,7	

Fontes: Autoridades santomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

² Importações de bens e serviços não fatoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

³ As reservas internacionais líquidas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

Tabela 5. São Tomé e Príncipe: Síntese Monetária, 2014–19
 (Mil milhões de dobras)

	2014		2015		2016		2017		2018		2019
	EBS/15/71		EBS/15/71		EBS/15/71		EBS/15/71		EBS/15/71		
	Efetivo	Prog.	Est.	Prog.	Proj.	Prog.	Proj.	Prog.	Proj.	Proj.	
Ativos externos líquidos	2.230	2.535	2.527	2.767	2.836	3.160	2.885	3.219	3.020	3.142	
Ativos externos líquidos do BCSTP	1.474	1.805	1.903	2.011	2.180	2.384	2.200	2.432	2.316	2.437	
Ativos externos líquidos das outras soc. de depósitos	756	730	624	756	656	776	685	787	704	706	
Ativos internos líquidos	270	342	301	439	320	258	470	455	577	737	
Crédito interno líquido	1.630	1.624	1.630	1.685	1.740	1.978	1.887	2.100	2.208	2.398	
Crédito líquido ao governo central	-252	-245	-323	-214	-350	14	-304	33	-98	-80	
Crédito ao governo central	258	280	255	278	255	271	255	269	246	246	
Passivos com o governo central	-510	-526	-578	-492	-606	-257	-559	-236	-344	-326	
Depósitos orçamentais	-18	-18	-11	-18	-11	-19	-13	-20	-37	-51	
Recursos de contrapartida	-93	-93	-120	-93	-120	-93	-120	-93	-120	-120	
Depósitos em divisas	-399	-415	-448	-382	-475	-145	-426	-123	-188	-155	
<i>D/q</i> : Conta Nacional do Petróleo	-200	-175	-230	-142	-257	-114	-208	-92	-169	-136	
Crédito a outros setores	1.882	1.869	1.953	1.899	2.091	1.963	2.191	2.067	2.306	2.478	
<i>D/q</i> : crédito em moeda estrangeira (<i>Em milhões de USD</i>)	766	788	608	916	1.006	837	931	882	982	1.058	
Outras rubricas (líquido)	-1.360	-1.282	-1.329	-1.245	-1.420	-1.719	-1.417	-1.645	-1.631	-1.661	
Massa monetária (M3)	2.500	2.877	2.828	3.206	3.156	3.418	3.355	3.674	3.597	3.880	
Passivos em moeda nacional incluídos na massa monetária (M2)	1.563	1.799	1.894	2.004	1.988	2.137	2.114	2.297	2.266	2.444	
Moeda (M1)	1.106	1.273	1.431	1.419	1.502	1.513	1.597	1.626	1.712	1.846	
Notas e moedas em circulação	222	256	247	285	259	289	260	303	270	245	
Depósitos transferíveis em Dobras	884	1.017	1.184	1.134	1.243	1.224	1.337	1.323	1.442	1.602	
Outros depósitos em Dobras	456	525	463	585	486	624	517	671	554	598	
Depósitos em divisas	937	1.078	934	1.202	1.168	1.281	1.241	1.377	1.331	1.436	
Por memória:											
Velocidade (rácio PIB/M3; fim do período)	2,6	2,6	2,6	2,4	2,5	2,4	2,5	2,4	2,5	2,5	
Multiplicador monetário (M3/M0)	2,2	2,2	1,8	2,2	1,8	2,2	1,8	2,2	1,8	1,8	
Base monetária (taxa de crescimento em 12 meses)	23,2	14,6	37,5	11,1	10,4	7,1	6,3	8,0	7,2	9,7	
Crédito a outros setores residentes (taxa de cresc. em 12 meses)	-1,0	-0,7	3,8	1,6	7,0	3,4	4,8	5,3	5,2	7,5	
M3 (taxa de crescimento em 12 meses)	16,8	15,1	13,1	11,4	11,6	6,6	6,3	7,5	7,2	7,9	

Fontes: Autoridades santomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 6. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Solidez Financeira, 2010–15
(Porcentagem)

Tabela 6. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Solidez Financeira, 2010–15
(Porcentagem)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2015	2015	2015
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Março	Junho	Setembro	Dezembro
Adequação dos fundos próprios									
Capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco	n.a.	27,7	20,3	22,7	22,6	24,1	23,4	21,9	24,1
Porcentagem de bancos com capital igual ou superior a 10%	85,7	100,0	87,5	75,0	75,0	71,4	71,4	71,4	85,7
Percent. de bancos com capital inferior a 10% e superior ao mínimo de 6%	n.a.	n.a.	n.a.	12,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Porcentagem de bancos com capital inferior ao mínimo de 6%	14,3	0,0	12,5	12,5	25,0	28,6	28,6	28,6	14,3
Capital (património líquido)/ativos	0,0	26,5	22,7	18,4	20,3	17,1	15,7	13,0	15,5
Depósitos nos bancos com capital inferior a 6% (em mil milhões de dobras)	n.a.	0,0	83,2	59,0	325,1	299,6	482,0	368,3	455,3
Qualidade dos ativos									
Empréstimos em moeda estrangeira/total de empréstimos	77,5	68,5	57,9	53,9	46,5	48,3	43,8	42,0	42,1
Empréstimos vencidos/empréstimos brutos	n.a.	33,2	66,7	30,4	36,2	40,8	40,6	37,6	35,0
Empréstimos mal parados/Crédito (Definição do IFRS)	n.a.	15,6	15,4	16,9	19,1	27,0	26,5	24,9	29,8
Empréstimos sob supervisão	n.a.	17,5	51,3	13,6	17,2	13,9	14,1	12,7	5,2
Provisão como percentagem dos empréstimos vencidos	42,2	46,1	39,4	56,3	45,1	59,0	58,1	62,4	68,7
Lucros e rentabilidade									
Rendibilidade dos ativos	0,7	0,5	-0,8	-2,1	-3,2	-3,5	-3,7	-4,5	-5,2
Rendibilidade do capital	1,8	1,5	-3,3	-9,3	-15,9	-17,8	-19,4	-25,0	-27,1
Despesas (incl. amortização e provisões)/rendimento	98,2	119,3	117,8	471,1	164,5	350,2	255,3	226,3	215,9
Liquidez									
Ativos líquidos/total do ativo	21,9	20,4	37,8	40,8	45,8	49,7	51,6	49,3	52,0
Ativos líquidos/passivo de curto prazo	36,1	36,7	61,5	39,6	72,7	79,5	79,7	71,1	72,5
Empréstimos/total do passivo	109,7	83,0	64,7	56,3	47,3	47,5	43,2	45,9	47,1
Passivos em moeda estrangeira/total do passivo	57,4	35,0	30,8	27,0	28,1	27,6	27,5	23,4	30,0
Empréstimo/depósitos	104,2	119,5	101,7	85,8	69,6	71,4	64,5	68,3	63,5
Sensibilidade ao risco de mercado									
Passivo em moeda estrangeira/capitais próprios	203,8	97,0	105,0	119,3	110,3	134,3	147,8	157,4	162,8

Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades santomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ A partir de junho de 2013, os dados baseiam-se na metodologia melhorada e não são rigorosamente comparáveis com os dados anteriores.

Tabela 7. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2014–19
 (Milhões de USD)

	2014	2015		2016		2017		2018		2019
	Efetivo	EBS/15/71 Prog.	Est.	EBS/15/71 Prog.	Proj.	EBS/15/71 Prog.	Proj.	EBS/15/71 Prog.	Proj.	Proj.
Balança comercial	-127,4	-102,3	-108,5	-139,1	-113,3	-152,8	-122,1	-166,7	-133,8	-134,4
Exportações, FOB	17,2	18,8	12,3	22,3	16,0	24,5	18,0	26,6	19,3	21,8
<i>D/q: petróleo</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cacau	9,1	10,6	7,8	11,3	11,4	11,1	12,1	11,8	13,3	13,8
Reexportação	7,0	7,1	3,3	9,8	3,4	11,5	4,0	13,1	4,3	5,1
Importações, FOB	-144,6	-121,1	-120,8	-161,4	-129,2	-177,3	-140,0	-193,3	-153,1	-156,2
<i>D/q: alimentos</i>	-42,5	-31,5	-34,6	-38,7	-34,3	-40,9	-35,9	-43,0	-37,7	-39,7
Produtos petrolíferos	-41,1	-30,6	-33,2	-52,7	-23,8	-59,0	-29,7	-64,1	-34,0	-38,3
Bens de investimento	-30,3	-40,9	-27,7	-50,2	-41,3	-59,1	-47,3	-66,8	-52,6	-49,2
Bens de investimento rel. ao setor petrolífero	0,0	-2,1	0,0	-2,1	-2,1	-2,1	-2,1	-2,1	-2,1	0,0
Serviços e rendimentos (líquido)	-7,9	-17,2	-0,8	-6,4	-10,0	-8,9	-9,7	-11,1	-5,1	-3,2
Exportações de serviços não faturiais	71,3	74,7	68,1	79,2	71,8	84,0	76,1	89,3	80,9	86,7
<i>D/q: viagens e turismo</i>	56,0	60,3	51,8	64,0	54,7	68,0	58,2	72,5	62,0	66,7
Importações de serviços não faturiais	-84,9	-100,1	-68,8	-94,1	-82,8	-101,5	-87,0	-109,1	-87,2	-91,1
Serviços faturiais (líquido)	5,7	8,3	-0,1	8,5	1,0	8,6	1,1	8,7	1,1	1,2
<i>D/q: relacionados ao petróleo</i>	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Transferências privadas (líquido)	25,2	26,8	19,6	29,2	20,3	30,9	21,4	33,0	22,8	24,6
Transferências oficiais (líquido)	36,0	52,2	36,4	62,2	60,3	68,4	63,1	74,5	66,2	67,9
<i>D/q: Donativos a projetos</i>	27,9	39,2	33,6	49,2	50,9	55,4	53,7	61,5	56,9	61,4
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	0,8	6,0	6,0	4,0	6,6	3,8	6,7	3,6	6,7	5,2
Saldo da conta corrente										
Incl. transferências oficiais	-74,2	-40,5	-53,3	-54,2	-42,7	-62,5	-47,3	-70,3	-49,9	-45,1
Excl. transferências oficiais	-110,2	-92,7	-89,7	-116,4	-103,0	-130,9	-110,4	-144,8	-116,1	-113,1
Conta de capital e financeira	37,4	48,5	35,2	64,6	55,9	78,9	47,9	73,9	55,3	50,9
Transferências de capital ¹	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta financeira	37,4	48,5	35,2	64,6	55,9	78,9	47,9	73,9	55,3	50,9
Investimento estrangeiro direto	18,9	16,8	19,9	23,1	4,2	29,6	9,9	36,8	15,9	24,1
<i>D/q: Bónus de assinatura do petróleo</i>	0,0	0,0	2,4	0,0	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Investimento relacionado ao petróleo	11,1	3,1	24,0	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	0,0
Recuperação das desp. de invest. relac. ao petróleo	-11,1	-3,1	-24,0	-3,2	-3,2	-3,2	-3,2	-3,2	-3,2	0,0
Investimento de carteira (líquido)	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros investimentos (líquido)	18,6	31,7	15,0	41,5	51,7	49,3	38,0	37,0	39,4	26,8
Ativos	15,5	7,3	5,7	7,4	5,8	7,5	5,9	7,6	5,9	6,0
Setor público (líquido)	15,6	32,8	32,9	10,8	26,8	8,8	16,9	2,8	13,1	5,3
Empréstimos a projetos	13,1	34,6	34,7	13,8	29,3	11,8	19,5	6,2	15,9	9,8
Empréstimos para programas	4,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização	-0,7	-1,8	-1,6	-1,8	-1,3	-1,8	-1,4	-2,0	-1,6	-4,8
Outros investimentos	-1,1	-0,1	-0,1	-1,2	-1,1	-1,3	-1,2	-1,4	-1,3	0,4
<i>D/q: transferências para a ADC</i>	-0,3	-0,5	-0,2	-0,5	-0,5	-0,6	-0,5	-0,6	-0,5	-0,5
Setor privado (líquido)	-12,5	-8,3	-23,7	23,3	19,0	33,0	15,3	26,6	20,4	15,5
Bancos comerciais	-17,5	-4,2	-9,7	1,5	1,5	1,4	1,4	0,9	0,9	0,3
Capital privado de curto prazo	5,0	-4,1	-14,0	21,8	17,6	31,7	13,9	25,7	19,4	15,2
Erros e omissões	46,3	0,0	36,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global	9,5	8,0	18,5	10,4	13,2	16,4	0,6	3,5	5,4	5,7
Financiamento	-9,5	-8,0	-18,5	-10,4	-13,2	-16,4	-0,6	-3,5	-5,4	-6,4
Variação nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	-10,5	-10,0	-18,2	-13,1	-13,0	-18,9	-3,9	-5,9	-8,4	-7,3
Uso dos recursos do FMI (líquido)	-1,4	0,1	0,0	1,2	1,0	1,3	1,1	1,4	1,2	-0,5
Compras	0,0	0,9	0,9	1,8	1,8	1,8	1,8	1,9	1,8	0,0
Recompras (incl. reembolso MDRI)	-1,4	-0,8	-0,9	-0,6	-0,7	-0,6	-0,6	-0,5	-0,5	-0,5
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	2,3	1,9	-0,4	1,4	-1,2	1,2	2,2	1,0	1,8	1,4
Financiamento excepcional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Déficit de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
Por memória:										
Saldo de conta corrente (percentagem do PIB)										
Antes das transferências oficiais	-32,6	-28,5	-28,2	-32,7	-29,5	-34,3	-29,7	-35,1	-29,3	-26,4
Depois das transferências oficiais	-21,9	-12,4	-16,7	-15,2	-12,2	-16,4	-12,7	-17,0	-12,6	-10,5
Rácio do serviço da dívida (percentagem das exportações) ²	3,7	4,8	4,3	4,2	4,8	3,9	4,3	3,7	4,0	3,8
Reservas internacionais brutas ³										
Milhões de USD	56,5	66,9	61,0	80,5	72,8	97,7	75,9	102,7	82,4	87,6
Meses de importações de bens e serviços não faturiais ⁴	4,2	4,0	4,4	4,5	5,0	5,1	5,0	5,1	5,1	5,0

Fontes: Autoridades santomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui o alívio da dívida HIPC.

² Em percentagem das exportações de bens e serviços não faturiais.

³ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

⁴ Importações de bens e serviços não faturiais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 8. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2014–19
 (Porcentagem do PIB)

	2014		2015		2016		2017		2018		2019
	EBS/15/71		EBS/15/71		EBS/15/71		EBS/15/71		EBS/15/71		
	Efetivo	Prog.	Est.	Prog.	Proj.	Prog.	Proj.	Prog.	Proj.	Proj.	
Balança comercial	-37,7	-31,4	-34,1	-39,0	-32,4	-40,0	-32,9	-40,4	-33,8	-31,4	
Exportações, FOB	5,1	5,8	3,9	6,3	4,6	6,4	4,8	6,4	4,9	5,1	
<i>D/q: petróleo</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Cacau	2,7	3,2	2,5	3,2	3,3	2,9	3,3	2,9	3,4	3,2	
Reexportação	2,1	2,2	1,0	2,7	1,0	3,0	1,1	3,2	1,1	1,2	
Importações, FOB	-42,8	-37,2	-38,0	-45,3	-37,0	-46,4	-37,7	-46,8	-38,7	-36,4	
<i>D/q: alimentos</i>	-12,6	-9,7	-10,9	-10,9	-9,8	-10,7	-9,7	-10,4	-9,5	-9,3	
Produtos petrolíferos	-12,2	-9,4	-10,4	-14,8	-6,8	-15,5	-8,0	-15,5	-8,6	-8,9	
Bens de investimento	-9,0	-12,6	-8,7	-14,1	-11,8	-15,5	-12,7	-16,2	-13,3	-11,5	
Bens de investimento rel. ao setor petrolífero	0,0	-0,6	0,0	-0,6	-0,6	-0,6	-0,6	-0,5	-0,5	0,0	
Serviços e rendimentos (líquido)	-2,3	-5,3	-0,3	-1,8	-2,9	-2,3	-2,6	-2,7	-1,3	-0,8	
Exportações de serviços não faturiais	21,1	22,9	21,4	22,2	20,5	22,0	20,5	21,6	20,4	20,2	
<i>D/q: viagens e turismo</i>	16,6	18,5	16,3	18,0	15,7	17,8	15,7	17,6	15,7	15,6	
Importações de serviços não faturiais	-25,1	-30,8	-21,6	-26,4	-23,7	-26,6	-23,4	-26,4	-22,0	-21,2	
Serviços faturiais (líquido)	1,7	2,5	0,0	2,4	0,3	2,3	0,3	2,1	0,3	0,3	
<i>D/q: relacionados ao petróleo</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Transferências privadas (líquido)	7,4	8,2	6,2	8,2	5,8	8,1	5,8	8,0	5,8	5,7	
Transferências oficiais (líquido)	10,6	16,0	11,4	17,5	17,3	17,9	17,0	18,0	16,7	15,8	
<i>D/q: Donativos a projetos</i>	8,2	12,0	10,6	13,8	14,6	14,5	14,5	14,9	14,4	14,3	
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	0,2	1,9	1,9	1,1	1,9	1,0	1,8	0,9	1,7	1,2	
Saldo da conta corrente											
Incl. transferências oficiais	-21,9	-12,4	-16,7	-15,2	-12,2	-16,4	-12,7	-17,0	-12,6	-10,5	
Excl. transferências oficiais	-32,6	-28,5	-28,2	-32,7	-29,5	-34,3	-29,7	-35,1	-29,3	-26,4	
Conta de capital e financeira	11,1	14,9	11,1	18,1	16,0	20,7	12,9	17,9	14,0	11,9	
Transferências de capital ¹	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Conta financeira	11,1	14,9	11,1	18,1	16,0	20,7	12,9	17,9	14,0	11,9	
Investimento estrangeiro direto	5,6	5,1	6,3	6,5	1,2	7,8	2,7	8,9	4,0	5,6	
<i>D/q: Bónus de assinatura do petróleo</i>	0,0	0,0	0,8	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Investimento relacionado ao petróleo	3,3	1,0	7,6	0,9	0,9	0,8	0,9	0,8	0,8	0,0	
Recuperação das desp. de invest. relac. ao petróleo	-3,3	-1,0	-7,6	-0,9	-0,9	-0,8	-0,9	-0,8	-0,8	0,0	
Investimento de carteira (líquido)	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros investimentos (líquido)	5,5	9,7	4,7	11,6	14,8	12,9	10,2	9,0	9,9	6,3	
Ativos	4,6	2,2	1,8	2,1	1,7	2,0	1,6	1,8	1,5	1,4	
Setor público (líquido)	4,6	10,1	10,4	3,0	7,7	2,3	4,5	0,7	3,3	1,2	
Empréstimos a projetos	3,9	10,6	10,9	3,9	8,4	3,1	5,2	1,5	4,0	2,3	
Empréstimos para programas	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Amortização	-0,2	-0,5	-0,5	-0,5	-0,4	-0,5	-0,4	-0,5	-0,4	-1,1	
Outros investimentos	-0,3	0,0	0,0	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	0,1	
<i>D/q: transferências para a ADC</i>	-0,1	-0,1	-0,1	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	
Setor privado (líquido)	-3,7	-2,6	-7,4	6,5	5,5	8,7	4,1	6,4	5,1	3,6	
Bancos comerciais	-5,2	-1,3	-3,0	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	0,2	0,1	
Capital privado de curto prazo	1,5	-1,3	-4,4	6,1	5,0	8,3	3,7	6,2	4,9	3,6	
Erros e omissões	13,7	0,0	11,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Saldo global	2,8	2,5	5,8	2,9	3,8	4,3	0,2	0,9	1,4	1,3	
Financiamento	-2,8	-2,5	-5,8	-2,9	-3,8	-4,3	-0,2	-0,9	-1,4	-1,5	
Variação nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	-3,1	-3,1	-5,7	-3,7	-3,7	-4,9	-1,0	-1,4	-2,1	-1,7	
Uso dos recursos do FMI (líquido)	-0,4	0,0	0,0	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	-0,1	
Compras	0,0	0,3	0,3	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,0	
Recompras (incl. reembolso MDRI)	-0,4	-0,2	-0,3	-0,2	-0,2	-0,1	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1	
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	0,7	0,6	-0,1	0,4	-0,4	0,3	0,6	0,2	0,4	0,3	
Financiamento excepcional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Déficit de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	
Por memória:											
Rácio do serviço da dívida (porcentagem das exportações) ²	3,7	4,8	4,3	4,2	4,8	3,9	4,3	3,7	4,0	3,8	
Reservas internacionais brutas ³											
Milhões de USD	56,5	66,9	61,0	80,5	72,8	97,7	75,9	102,7	82,4	87,6	
Meses de importações de bens e serviços não faturiais ⁴	4,2	4,0	4,4	4,5	5,0	5,1	5,0	5,1	5,1	5,0	

Fontes: Autoridades santomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui o alívio da dívida HIPC.

² Em percentagem das exportações de bens e serviços não faturiais.

³ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

⁴ Importações de bens e serviços não faturiais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 9. São Tomé e Príncipe: Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2014–19
 (Milhões de USD)

	2014		2015		2016		2017		2018		2019
	Efetivo	EBS/15/71		EBS/15/71		EBS/15/71		EBS/15/71		Proj.	Proj.
		Prog.	Est.	Prog.	Proj.	Prog.	Proj.	Prog.	Proj.		
Necessidades brutas de financiamento	-123,8	-105,4	-110,5	-133,1	-119,2	-153,4	-117,5	-154,5	-127,9	-125,4	
Conta corrente, excl. transferências oficiais	-110,2	-92,7	-89,7	-116,4	-103,0	-130,9	-110,4	-144,8	-116,1	-113,1	
Exportações, FOB	17,2	18,8	12,3	22,3	16,0	24,5	18,0	26,6	19,3	21,8	
Importações, FOB	-144,6	-121,1	-120,8	-161,4	-129,2	-177,3	-140,0	-193,3	-153,1	-156,2	
Serviços e rendimentos (líquido)	-7,9	-17,2	-0,8	-6,4	-10,0	-8,9	-9,7	-11,1	-5,1	-3,2	
Transferências privadas	25,2	26,8	19,6	29,2	20,3	30,9	21,4	33,0	22,8	24,6	
Conta financeira	-3,2	-2,7	-2,6	-3,6	-3,2	-3,6	-3,2	-3,8	-3,4	-4,9	
Amortização programada ¹	-0,7	-1,8	-1,6	-1,8	-1,3	-1,8	-1,4	-2,0	-1,6	-4,8	
Reembolsos ao FMI	-1,4	-0,8	-0,9	-0,6	-0,7	-0,6	-0,6	-0,5	-0,5	-0,5	
Outros fluxos do setor público (líquido)	-1,1	-0,1	-0,1	-1,2	-1,1	-1,3	-1,2	-1,4	-1,3	0,4	
Varição nas reservas externas (- = aumento)	-10,5	-10,0	-18,2	-13,1	-13,0	-18,9	-3,9	-5,9	-8,4	-7,3	
Financiamento disponível	123,8	105,4	110,5	133,1	119,2	153,4	117,5	154,5	128,6	124,7	
Fundo Nacional do Petróleo (líquido)	2,3	1,9	2,0	1,4	1,3	1,2	2,2	1,0	1,8	1,4	
Bónus de assinatura do petróleo	0,0	0,0	2,4	0,0	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Poupança (- = acum. do fundo de reserva petrol.)	2,3	1,9	-0,4	1,4	-1,2	1,2	2,2	1,0	1,8	1,4	
Desembolsos previstos	53,4	86,8	71,1	76,0	89,6	80,2	82,6	80,7	82,2	77,7	
Assistência intercalar multilateral HIPC	0,8	6,0	6,0	4,0	6,6	3,8	6,7	3,6	6,7	5,2	
Transferências de capital ¹	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Donativos ²	35,2	46,1	30,4	58,3	53,7	64,6	56,5	70,8	59,6	62,7	
Empréstimos concessionais	17,4	34,6	34,7	13,8	29,3	11,8	19,5	6,2	15,9	9,8	
Empréstimos a projetos	13,1	34,6	34,7	13,8	29,3	11,8	19,5	6,2	15,9	9,8	
Empréstimos para programas	4,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Setor privado (líquido)	68,1	15,7	36,5	53,8	26,6	70,1	31,0	71,0	42,2	45,6	
FMI	0,0	0,9	0,9	1,8	1,8	1,8	1,8	1,9	1,8	0,0	
Défice de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	
Financiamento excepcional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Défice de financiamento residual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	

Fontes: Autoridades santomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui o alívio da dívida HIPC.

² Inclui a receita do programa petrolífero com a Nigéria.

Tabela 10. São Tomé e Príncipe: Calendário de Desembolsos Proposto ao Abrigo do Acordo ECF, 2015–18

Data	Condições para o desembolso	Montante em DSE	% da quota
13/07/15	Aprovação do acordo pelo Conselho.	634,285	4.29
15/04/16	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2015 e conclusão da primeira avaliação.	634,285	4.29
15/10/16	Observância dos CD contínuos e para o fim de junho de 2016 e conclusão da segunda avaliação.	634,285	4.29
15/04/17	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2016 e conclusão da terceira avaliação.	634,285	4.29
15/10/17	Observância dos CD contínuos e para o fim de junho de 2017 e conclusão da quarta avaliação.	634,285	4.29
15/04/18	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2017 e conclusão da quinta avaliação.	634,285	4.29
15/06/18	Observância dos CD contínuos e para o fim de março de 2018 e conclusão da sexta avaliação.	634,290	4.29
	Total	4,440,000	30

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

Tabela 11. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI, 2016–28

	Projeções												
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Obrigações com o FMI com base no crédito existente (milhões de DSE)													
Capital	0,29	0,44	0,39	0,33	0,26	0,35	0,35	0,24	0,13	0,13	0,00	0,00	0,00
Encargos e juros	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações com o FMI com base no crédito existente e potencial (milhões de DSE)													
Capital	0,29	0,44	0,39	0,33	0,26	0,41	0,67	0,87	0,89	0,89	0,70	0,44	0,13
Encargos e juros	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00
Obrigações totais com base no crédito existente e potencial													
Milhões de DSE	0,29	0,44	0,39	0,35	0,28	0,43	0,68	0,88	0,90	0,90	0,71	0,44	0,13
Milhões de USD	0,40	0,62	0,55	0,49	0,39	0,61	0,96	1,24	1,27	1,27	1,00	0,62	0,00
Percentagem das exportações de bens e serviços	0,46	0,65	0,54	0,45	0,33	0,47	0,70	0,84	0,80	0,75	0,55	0,32	0,00
Percentagem do serviço de dívida ¹	9,76	15,34	13,84	12,10	5,45	7,59	11,89	15,05	13,03	12,81	10,27	6,37	0,00
Percentagem da quota	3,92	5,95	5,27	4,73	3,78	5,81	9,19	11,89	12,16	12,16	9,59	5,95	1,76
Percentagem das reservas internacionais brutas ²	0,47	0,69	0,56	0,47	0,36	0,52	0,79	0,97	0,94	0,89	0,67	0,39	0,00
Saldo em dívida com o FMI													
Milhões de DSE	3,9	4,7	5,6	5,3	5,0	4,6	3,9	3,0	2,2	1,3	0,6	0,1	0,0
Milhões de USD	5,4	6,6	7,8	7,4	7,0	6,4	5,5	4,3	3,0	1,8	0,8	0,2	0,0
Percentagem das exportações de bens e serviços	6,2	7,0	7,8	6,8	5,9	5,0	4,0	2,9	1,9	1,1	0,4	0,1	0,0
Percentagem do serviço de dívida ¹	130,6	163,9	198,4	181,5	97,2	80,9	68,5	52,0	31,3	18,1	8,2	1,9	0,0
Percentagem da quota	52,4	63,5	75,5	70,9	67,6	61,9	53,0	41,1	29,2	17,2	7,7	1,8	0,0
Percentagem das reservas internacionais brutas ²	6,3	7,3	8,0	7,1	6,4	5,5	4,5	3,4	2,3	1,3	0,5	0,1	0,0
Por memória:													
Exportações de bens e serviço (milhões de USD)	87,7	94,1	100,2	108,5	118,9	128,2	137,3	147,1	157,6	168,8	180,9	193,8	207,6
Serviço da dívida (milhões de USD)	4,1	4,0	3,9	4,1	7,2	8,0	8,0	8,2	9,7	9,9	9,7	9,7	8,8
Quota (milhões de DSE)	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4
Reservas internacionais brutas ²	85,9	89,9	97,4	104,2	110,8	116,5	121,8	127,4	135,1	141,8	149,0	157,0	165,6
PIB (milhões de USD)	349	371	396	429	468	507	547	588	632	679	730	785	843

Fontes: Autoridades santomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Após o alívio da dívida HIPC e MDRI. O total do serviço da dívida inclui recompras e reembolsos ao FMI.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

Tabela 12. São Tomé e Príncipe: Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

	1990	1995	2000	2005	2010	2015	Ponto da situação
Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome							
Não cumprido							
População que vive com menos de USD 1 por dia (PPC), (%)	--	--	28,2 ^{5/}	--	--	--	
População que vive abaixo da linha de pobreza nacional, total (%)	--	--	53,8 ^{5/}	--	66,2 ^{11/}	--	
Hiato de pobreza a USD 1 por dia (PPC) (%)	--	--	7,9 ^{5/}	--	--	--	
Parcela do rendimento ou consumo detida pelo quintil mais pobre (%)	--	--	5,2 ^{5/}	--	--	--	
Rácio emprego/população, ambos os sexos (%)	42,9 ^{1/}	--	40,6	--	--	--	
Proporção de trabalhadores por conta própria e de trabalhadores familiares em termos do total de emprego, ambos os sexos (%)	0,8 ^{1/}	--	--	--	--	--	
Crianças menores de 5 anos moderada ou gravemente abaixo do peso normal (%)	--	--	10,1	8,0 ^{8/}	14,4 ^{11/}	8,8 ^{3/}	
População subnutrida (%)	22,6 ^{1/}	24	14,8	8,9	7,5	7,0 ^{13/}	
Objetivo 2: Atingir o ensino primário universal							
Cumprido							
Rácio líquido de total de inscritos no ensino primário, ambos os sexos	--	--	89,5 ^{4/}	99,3	98,6	99,1	
Porcentagem de alunos que iniciam a 1ª classe e que atingem o último ano de escolaridade primária, ambos os sexos	--	--	58,8 ^{5/}	68,9 ^{7/}	68,0 ^{10/}	98,0	
Taxa de alfabetização de 15 a 24 anos, ambos os sexos (%)	93,8 ^{1/}	--	95,4 ^{2/}	--	95,3	90,0	
Objetivo 3: Promover a igualdade de género e a capacitação da mulher							
Não cumprido							
Índice de paridade de género dos inscritos no ensino primário	--	--	0,97 ^{4/}	0,97	1,00	1,00 ^{13/}	
Índice de paridade de género dos inscritos no ensino secundário	--	--	--	1,07	1,03	1,11 ^{13/}	
Índice de paridade de género dos inscritos no ensino terciário	--	--	--	--	0,98	--	
Parcela de mulheres assalariadas no setor não agrícola	32 ^{1/}	--	--	--	--	--	
Assentos no parlamento nacional ocupados por mulheres (%)	11,8	7,3 ^{1/}	9,1	9,1	7,3	20,0	
Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil							
Cumprido							
Taxa de mortalidade de menores de cinco anos (por mil nados vivos)	96,0	94,1	92,5	90,8	89,1	45,0 ^{13/}	
Taxa de mortalidade infantil (0 a 1 ano) por mil nados vivos	62,2	61,2	60,3	59,3	58,3	38,0 ^{13/}	
Crianças menores de 1 ano imunizadas contra o sarampo (%)	71,0	74,0	69,0	88,0	92,0	89,0 ^{13/}	
Objetivo 5: Melhorar a saúde materna							
Cumprido							
Taxa de mortalidade materna por mil nados vivos	150	120	110	87	70	76 ^{13/}	
Partos assistidos por profissionais técnicos de saúde (%)	--	--	79	81 ^{8/}	82 ^{10/}	92,5 ^{13/}	
Atual uso de contraceptivos entre mulheres casadas de 15 a 49 anos, qualquer método (%)	--	--	29	31 ^{8/}	38 ^{11/}	40,6 ^{13/}	
Taxa de fertilidade de adolescentes, por mil mulheres	107 ^{1/}	--	91 ^{5/}	110 ^{6/}	--	92 ^{13/}	
Atendimento pré-natal, pelo menos uma consulta (%)	--	--	91	97 ^{8/}	98 ^{11/}	97,5 ^{13/}	
Atendimento pré-natal, pelo menos quatro consultas (%)	--	--	--	--	72 ^{11/}	--	
Necessidades não satisfeitas de planeamento familiar, total (%)	--	--	--	--	38 ^{11/}	32,7 ^{13/}	
Objetivo 6: Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças							
Cumprido							
Uso de preservativos na última relação de alto risco, 15 a 24 anos, mulheres (%)	--	--	--	56 ^{8/}	54 ^{11/}	65,2 ^{13/}	
Uso de preservativos na última relação de alto risco, 15 a 24 anos, homens (%)	--	--	--	--	64 ^{11/}	82,5 ^{13/}	
Homens de 15 a 24 anos com conhecimento cabal e correto do VIH/SIDA (%)	--	--	--	--	43 ^{11/}	42,2 ^{13/}	
Mulheres de 15 a 24 anos com conhecimento cabal e correto do VIH/SIDA (%)	--	--	11	44 ^{8/}	43 ^{11/}	--	
Casos notificados de malária por 100 mil habitantes	--	--	--	--	2 ^{11/}	0	
Taxa de mortalidade por malária por 100 mil habitantes, todas as idades	--	--	--	--	8 ^{11/}	0	
Taxa de mortalidade por malária por 100 mil habitantes, 0 a 4 anos	--	--	--	--	3 ^{11/}	0	
Crianças menores de 5 anos dormindo sob mosquiteiros tratados com inseticidas (%)	--	--	23	42 ^{8/}	56 ^{11/}	61,1 ^{13/}	
Crianças menores de 5 anos com febre que recebem medicamentos antimalária (%)	--	--	61	25 ^{8/}	8 ^{11/}	14 ^{13/}	
Incidência de tuberculose por 100 mil habitantes (ponto médio)	258	253	189	134	141	--	
Taxa de mortalidade anual de tuberculose por 100 mil habitantes (ponto médio)	28	29	18	10	13	--	
Incidência anual de tuberculose por 100 mil habitantes (ponto médio)	135	124	114	105	96	--	
Taxa de deteção de casos de tuberculose através de DOTS (%) (ponto médio)	11	--	60	85	76	--	
Taxa de sucesso no tratamento tuberculose através de DOTS (%)	--	--	78	98	98 ^{11/}	--	
Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental							
Provavelmente							
Proporção de área florestal (%)	28	--	28	28	28	28	
Emissões de dióxido de carbono (CO ₂), em toneladas de CO ₂ (CDIAC)	66	77	88	128	128 ^{11/}	--	
Emissões de dióxido de carbono (CO ₂), em toneladas de CO ₂ per capita (CDIAC)	0,57	0,60	0,62	0,84	0,79 ^{11/}	--	
Emissões de dióxido de carbono (CO ₂), kg CO ₂ por USD 1 PIB (PPC) (CDIAC)	--	--	0,51	0,50	0,63 ^{11/}	--	
Consumo de todas as substâncias que destroem o ozono, em toneladas PDO	2,5	4,8	4,0	2,3	0,2	--	
Proporção dos recursos hídricos totais utilizados (%)	--	0,3	--	--	--	--	
Áreas terrestres e marinhas protegidas em relação à área territorial total (%)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--	
Proporção da população que utiliza água potável melhorada, total	--	75	79	85	89	93,9 ^{13/}	
Proporção da população que utiliza saneamento melhorado, total	--	20	21	24	26	40,9 ^{13/}	
Objetivo 8: Criar uma parceria global para o desenvolvimento							
Não cumprido							
Compromisso de alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC, milhões de USD acumulados no fim de 2009 em termos de VAL	--	--	--	--	--	164 ^{13/}	
Alívio da dívida cumprido na totalidade ao abrigo da Iniciativa MDRI, milhões de USD acum. no fim de 2009 em termos de VAL	--	--	--	--	--	46 ^{13/}	
Serviço da dívida como percentagem das exportações de bens e serviços e rendimento líquido	29	27 ^{2/}	22	61	3	15,1 ^{13/}	
Linhas de telefone fixo por 100 habitantes	1,9	2,0	3,3	4,7	4,7	3,4 ^{13/}	
Assinaturas de telemóvel por 100 habitantes	--	--	--	8	62	64,9 ^{13/}	
Utilizadores de Internet por 100 habitantes	--	--	5	14	19	24,4 ^{13/}	
AOD líquida recebida per capita (USD correntes)	466	657	247	213	298	284 ^{13/}	
AOD recebida por pequenos estados insulares em desenvolvimento como percentagem do seu RNB	--	--	--	29	25	16,79 ^{13/}	
Import. dos países desenvolvidos provenientes de países em desenvolvimento, sem direitos de importação (%)	--	--	97	100	100	--	
Importações dos países desenvolvidos provenientes de PBR, sem direitos de importação (%)	--	--	97	100	100	--	
Outros							
Taxa de fertilidade, total (partos por mulher)	5,4	5,0	4,6	4,1	3,7	4,6 ^{13/}	
RNB per capita, método Atlas (em USD correntes)	--	--	--	750	1240	1670 ^{13/}	
RNB, método Atlas (em milhões de USD correntes)	--	--	--	114	205	312 ^{13/}	
Esperança de vida à nascença, total (anos)	61	62	62	63	64	66 ^{13/}	
População, total (milhares)	116	128	141	153	165	186 ^{13/}	
Comércio (% do PIB)	--	--	79	67	76	84 ^{13/}	

Fonte: Indicadores do Desenvolvimento, do Banco Mundial.

 1/ Corresponde a 1991 2/ Corresponde a 1992 3/ Corresponde a 1997 4/ Corresponde a 1999 5/ Corresponde a 2001 6/ Corresponde a 2002
 7/ Corresponde a 2004 8/ Corresponde a 2006 9/ Corresponde a 2007 10/ Corresponde a 2008 11/ Corresponde a 2009 12/ Corresponde a 2011 13/ Corresponde a 2014

Anexo I. Avaliação do Saldo das Contas Externas

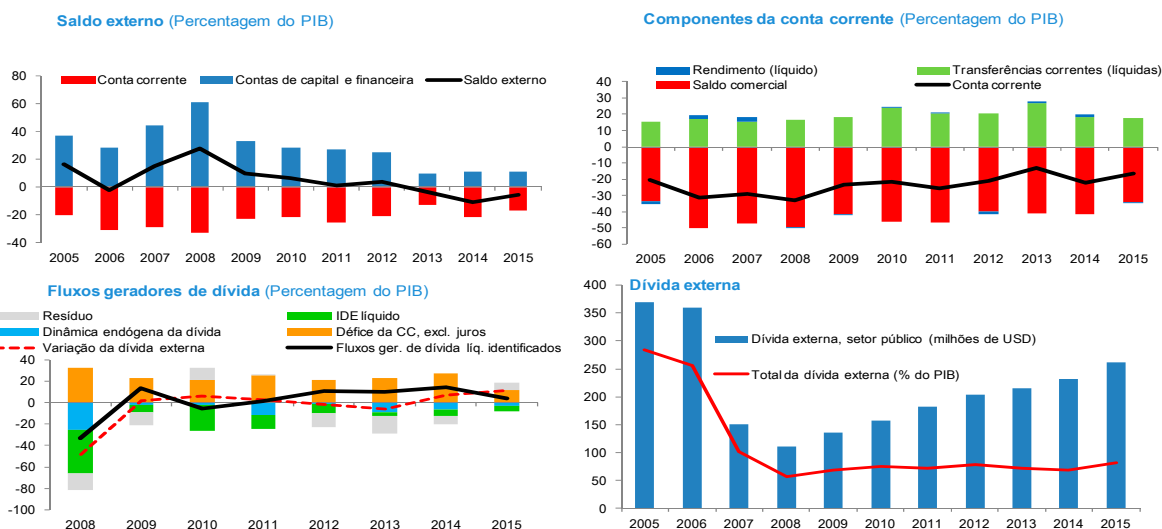
A posição externa de São Tomé e Príncipe é moderadamente fraca e vulnerável devido à estreita base exportadora do país. A análise do corpo técnico aponta que os riscos imediatos para a posição externa parecem administráveis. Em especial, a taxa de câmbio efetiva real (TCER) é avaliada como moderadamente sobrevalorizada na política atual e as reservas internacionais são adequadas em comparação com os parâmetros para as reservas tradicionais e dos países de baixo rendimento (PBR), sobretudo quando são consideradas as margens extras do saldo da Conta Nacional do Petróleo e a linha de crédito contingente com Portugal. Contudo, as vulnerabilidades no médio prazo permanecem significativas e precisam ser resolvidas por meio da consolidação continuada do orçamento e de reformas estruturais para apoiar a diversificação e aumentar a competitividade da economia.

A. Evolução da balança de pagamentos

1. A posição externa de São Tomé e Príncipe é moderadamente fraca e vulnerável devido à estreita base exportadora do país. O saldo das contas externas tem vindo a deteriorar desde o alívio da dívida no âmbito da Iniciativa HIPC, refletindo uma queda tendencial da conta corrente e a limitada entrada de fluxos financeiros e de capital.¹ As tendências da conta corrente têm sido dominadas pela contração gradual do défice comercial, em linha com o enfraquecimento das atividades, e têm sido empurradas mais recentemente pela queda dos preços internacionais do petróleo e das matérias-primas. As contas de capital e financeira registaram um excedente em declínio, em que têm predominado a ajuda externa, o IDE e o endividamento do setor público. A dívida externa aumentou como reflexo duma mudança na composição das fontes de financiamento do défice da conta corrente, com a queda da participação do IDE e o crescimento da proporção de fluxos geradores de dívida. Com vistas ao futuro, a posição externa e a conta corrente devem melhorar, apoiadas pela consolidação orçamental planeada, o aumento da compressão das importações devido à queda dos preços das matérias-primas e a expectativa de aceleração das exportações. Contudo, as vulnerabilidades a médio prazo continuam a ser significativas e precisam ser atacadas por meio da consolidação orçamental continuada e de reformas estruturais para apoiar a diversificação e aumentar a competitividade da economia.

¹ As estatísticas da balança de pagamentos de São Tomé e Príncipe têm algumas deficiências, refletidas na grande rubrica de erros e omissões líquidos, sobretudo nos últimos anos (2013–14). Os sinais dos erros e omissões líquidos recentes sugerem que, em resumo, os créditos (e o aumento líquido de passivos) foram subestimados ou os débitos (e as aquisições líquidas de ativos financeiros) foram superestimados, ou uma combinação das duas coisas. Isto mascara as magnitudes subjacentes dos agregados da balança de pagamentos.

Figura 1 do Anexo. São Tomé e Príncipe: Evolução do Setor Externo

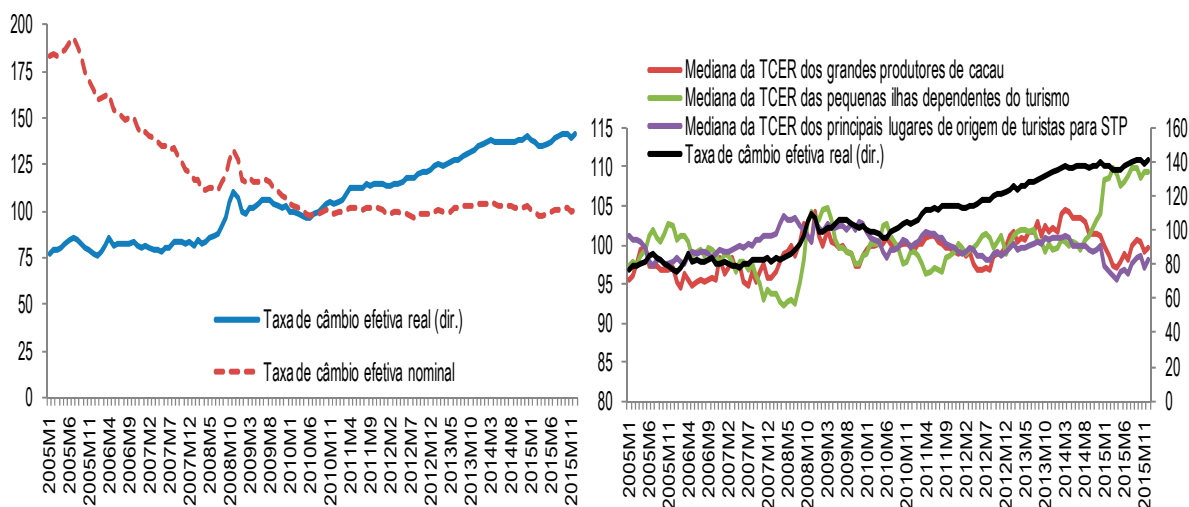


Fontes: Dados das autoridades santomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

B. Avaliação da taxa de câmbio

2. A taxa de câmbio efetiva real (TCER) de São Tomé e Príncipe apreciou-se consideravelmente desde a introdução da paridade fixa com o euro em janeiro de 2010. Desde então, verificou-se um processo gradual de desinflação, que tem sido lento demais para fechar o diferencial de inflação relativamente aos parceiros comerciais do país. Em consequência, a TCER exhibe uma tendência mais pronunciada de apreciação quando comparada com a de países com exportações semelhantes (Figura 2, gráfico da direita).

Figura 2 do Anexo. São Tomé e Príncipe: Evolução da Taxa de Câmbio



Fontes: Dados das autoridades santomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

3. Indicadores da TCER baseados em modelos *EBA-lite* apontam que, dadas as políticas atuais, o nível de 2015 da TCER varia de ligeiramente subvalorizado a fortemente sobrevalorizado (Tabela 1). Contudo, os resultados devem ser interpretados com cuidado dadas as dificuldades inerentes à aferição da estabilidade externa no caso dum país frágil e pequeno com graves limitações de dados como São Tomé e Príncipe.

Tabela 1 do Anexo. São Tomé e Príncipe: Avaliação da Taxa de Câmbio Efetiva Real, Resultados do Modelo
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

Modelo da conta corrente EBA-lite		Modelo do índice da TCER EBA-lite	
Conta corrente ajustada (A) ¹	-10,9	LN(TCER) ajustada (G) ⁶	4,6
Hiato de política (B) ²	-2,0	Hiato de política (H) ²	0,0
Norma da conta corrente (C=A-B)	-8,9	Norma da LN(TCER), em percentagem (I=G-H)	4,6
Conta corrente observada em 2015 (D) ³	-16,7	LN(REER)- efetiva, em percentagem (J) ⁷	4,9
Hiato da conta corrente (E=D-C)	-7,9	Hiato da TCER, em percentagem (K=J-I)4,5	33,4
Hiato da TCER, em percentagem (F=E/P)^{4,5}	7,5		
Estabilizando a PII em:			
	Cenário 1:	Cenário 2:	Cenário 3:
Abordagem da sustentabilidade externa	-153,2% do PIB	-127,4% do PIB	-127,4% do PIB em 2035
Norma da conta corrente (L)	-13,5	-11,3	-10,8
Conta corrente subjacente (M) ⁸	-6,2	-6,2	-6,2
Hiato da conta corrente N=(M-L)	7,2	5,0	4,6
Hiato da TCER, em percentagem (O=N/P):	-6,9	-4,8	-4,4
Por memória			
Elasticidade do comércio (P) ⁹	-1,05		

Fontes: Dados das autoridades santomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Modelo ajustado da conta corrente baseado na metodologia EBA-lite.

² Desvios das políticas efetivas santomenses em relação ao seu nível ótimo e também o desalinamento médio das políticas relativamente ao resto do mundo.

³ Conta corrente observada em 2015.

⁴ " + " sobrevalorização, " - " subvalorização.

⁵ Variação da TCER (em percentagem) necessária para colmatar o hiato.

⁶ Modelo ajustado da TCER baseado na metodologia EBA-lite.

⁷ LN(TCER) observada in 2015.

⁸ Usando a conta corrente projetada para 2020 como período de referência para o médio prazo.

⁹ Elasticidades do comércio derivadas dum estudo de painel de países de baixo rendimento de autoria de Tokarick (WP/10/180), página 31.

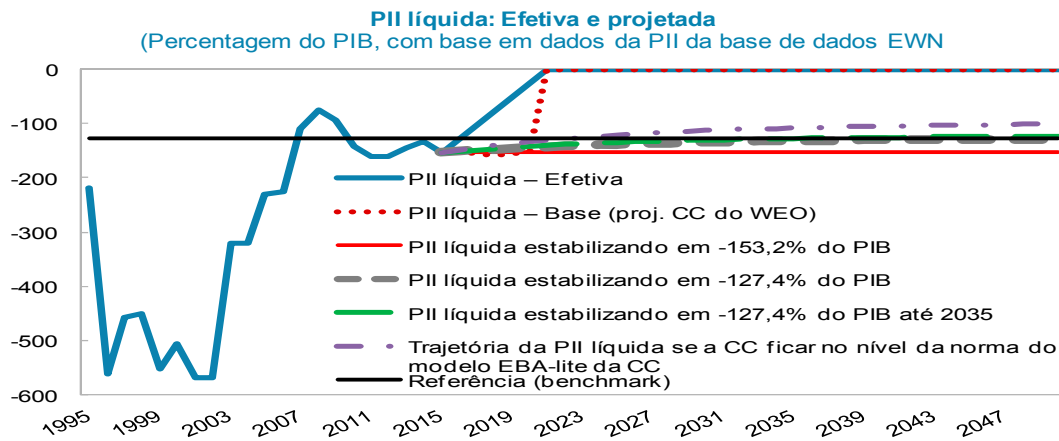
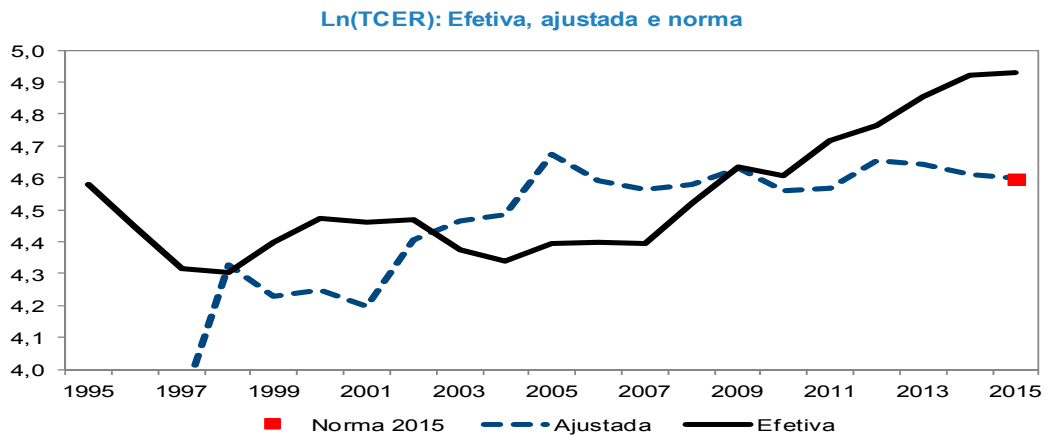
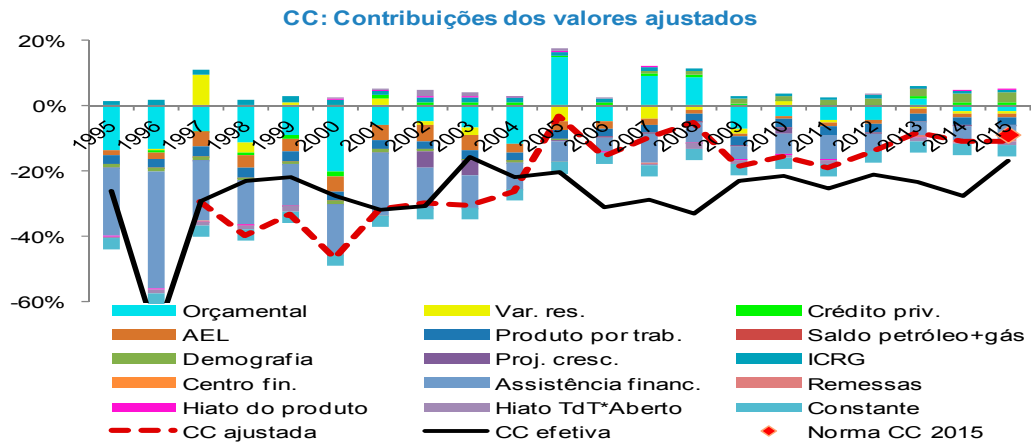
- O modelo *EBA-lite* da conta corrente que relaciona esta conta aos fundamentos de política e aos fundamentos que não dizem respeito a políticas prevê uma modesta sobrevalorização** (Figura 3). O modelo ajusta-se razoavelmente bem. Prevê uma norma de conta corrente de -8,9% do PIB, líquido dum hiato de política de -2% do PIB (ou a soma dos desvios do saldo orçamental efetivo de São Tomé e Príncipe, da variação das reservas e do crédito ao setor privado em relação aos seus níveis ideais e às médias mundiais das mesmas variáveis de política em relação aos seus níveis ideais). Com a conta corrente de 2015 em -16,7% do PIB, isto implica um hiato da conta corrente de -7,9% do PIB ou uma modesta sobrevalorização da TCER de cerca de 7,5%, pressupondo uma elasticidade da conta corrente em relação à TCER de -1,05.

- **O modelo *EBA-lite* da taxa de câmbio efetiva real de equilíbrio (TCERE) prevê uma forte sobrevalorização da TCER (33,4%).** Contudo, assim como a abordagem predecessora da taxa de câmbio real de equilíbrio no âmbito das metodologias CGER, o modelo do índice da TCER não é adequado para economias com grandes mudanças estruturais ou dados limitados; ele não se ajusta bem a São Tomé e Príncipe. Tal modelo proporciona uma representação pouco fiável da evolução da TCER nos últimos cinco anos devido a dificuldades para capturar mudanças estruturais importantes como a introdução da paridade com o euro em 2010 e a dinâmica da lenta desinflação subsequente (ver o gráfico do meio do painel da Figura 3). Assim, convém interpretar o resultado com cautela.
- **Por outro lado, a abordagem da sustentabilidade externa mostra que a TCER está ligeiramente subvalorizada.** Tomar como meta uma PII líquida no seu nível histórico mais recente (-153,2% do PIB) implica uma norma da conta corrente de -13,5%, o que, por sua vez, implica uma subavaliação (de -6,9%) baseada numa conta corrente subjacente de -6,2% e uma elasticidade da conta corrente em relação à TCER de -1,05. A redução da meta da PII líquida (para -127,4% do PIB), nível compatível com a norma da conta corrente do modelo *EBA-lite*, resulta numa TCER ligeiramente menos subvalorizada (-4% a -5%) ou largamente compatível com os fundamentos (ver o gráfico inferior do painel da Figura 3).

4. A avaliação final do corpo técnico é que a TCER da dobra em 2015 está ligeiramente sobrevalorizada. Esta avaliação está em linha com a previsão do modelo da conta corrente *EBA-lite*, que apresenta o ajuste mais fiável para o caso de São Tomé e Príncipe. O modelo da TCERE não ajusta bem devido a uma mudança estrutural significativa (ou seja, a paridade da dobra com o euro desde 2010) e aos dados limitados, ao passo que as previsões da abordagem da sustentabilidade externa são menos fiáveis dadas as dificuldades inerentes na aferição do nível apropriado da PII líquida.

5. O regime de paridade cambial de São Tomé e Príncipe trouxe benefícios ao país, ao pôr fim ao ciclo de inflação e depreciação. A correção do desequilíbrio externo através da depreciação nominal dificilmente resultaria numa TCER mais depreciada no médio prazo, devido à alta transferência para os preços internos. As políticas para atacar o desequilíbrio externo terão de concentrar-se no aumento da poupança e na promoção da competitividade (ver a Secção D deste anexo).

Figura 3 do Anexo. São Tomé e Príncipe: Ajuste de Modelos de Avaliação da Taxa de Câmbio



Fonte: Base de dados *External Wealth of Nations* de Lane e Milesi-Ferretti, WEO, FMI.

Fontes: Dados das autoridades santomenses, FMI, WEO e estimativas do corpo técnico do FMI.

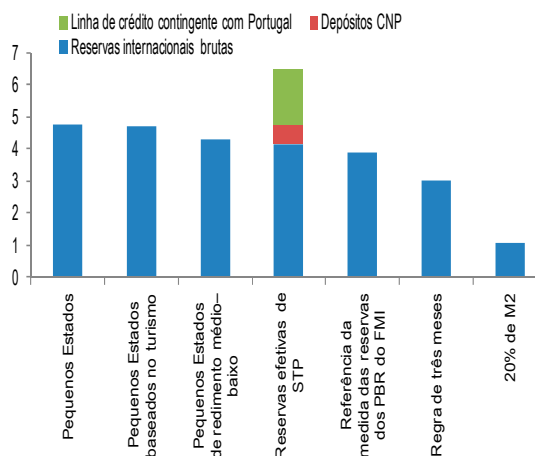
C. Avaliação da adequação das reservas

6. São Tomé e Príncipe precisa acumular um grande volume de reservas

internacionais em vista da persistência e magnitude dos choques que enfrenta como um país de baixo rendimento pequeno e frágil com um regime de paridade cambial. A avaliação do corpo técnico baseou-se nas abordagens tradicionais, inclusive a regra de três meses de importações e de cobertura de 20% da massa monetária, bem como na avaliação das reservas para os PBR empregando a nova abordagem do Fundo baseada no quadro analítico que:

i) leva em conta as circunstâncias nacionais específicas e múltiplos motivos para manter reservas e ii) equilibra os benefícios de manter reservas (isto é, prevenção e mitigação de choques externos) e o respetivo custo de oportunidade, ao mesmo tempo em que considera os fundamentos do país. A avaliação das reservas para o quadro dos PBR estima o nível ideal de reservas para São Tomé e Príncipe em 3,9 meses de importações.

Figura 4 do Anexo. São Tomé e Príncipe: Adequação das Reservas, 2015 (Meses de importações)



Fontes: Dados das autoridades santomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

7. As reservas internacionais brutas de São Tomé e Príncipe em 2015 estavam exatamente no nível de referência (Figura 4).

Embora a cobertura das reservas internacionais brutas estivesse precisamente no nível do indicador de reservas para PBR do FMI, ela era inferior à de países congêneres. Contudo, o país dispõe de margens de reserva adicionais na forma de acesso excecional a um depósito suplementar de USD 10 milhões na Conta Nacional do Petróleo e a EUR 25 milhões numa linha de crédito contingente com Portugal, caso o nível das reservas fique abaixo da cobertura de 3 meses de importações.

Tabela 2 do Anexo. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Cobertura das Reservas Internacionais Brutas

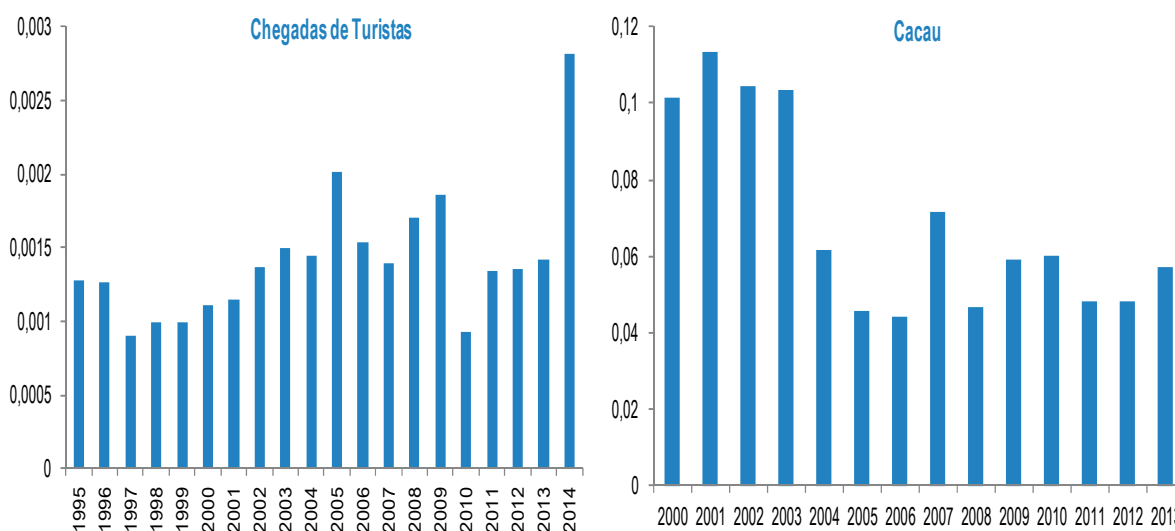
	2010	2011	2012	2013	2014	2015 Prel.	2016	2017	2018	2019
	Projeção									
Em meses de import. futuras de bens e serviços	4,0	4,6	3,5	3,3	4,0	4,1	4,5	4,5	4,8	4,9
Em percentagem de:										
Serviço da dívida externa (regra de Guidotti)	3010	2215	2159	1381	1956	2106	2076	2242	2496	2596
Dívida externa PGP (contratada, ex. FMI)	31	29	26	30	27	28	26	24	24	26
Massa monetária	64	63	52	53	51	58	61	60	61	60
PIB	23	21	20	21	19	23	25	24	25	25
Rácio em relação a:										
Depósitos em moeda estrangeira	109	118	100	145	137	175	165	162	165	163
Exportações	200	178	158	119	72	91	98	96	98	97
Importações de petróleo e alimentos	160	98	96	84	77	110	180	152	145	137
Medidas da adequação das reservas (FMI)										
Fixa: 3,9 meses de importações	48	44	58	75	62	69	74	78	80	84
São Tomé e Príncipe, percentagem da medida	102	118	90	86	103	106	117	115	123	125
Por memória:										
Reservas internacionais (milhões de USD)	49	52	52	64	64	73	86	90	98	105
PIB nominal (milhões de USD)	209	254	260	303	338	318	349	371	396	429

Fontes: Dados das autoridades santomenses e cálculos do corpo técnico do FMI.

D. Avaliação da competitividade não relativa a preços

8. Todos os indicadores da competitividade não relativa a preços apontam para certa perda de competitividade. Embora a participação de São Tomé e Príncipe no mercado de turismo tenha mostrado uma forte recuperação em 2014, revertendo o declínio causado pela crise na Europa, sua quota do mercado de cacau tem vindo a cair, de modo geral, nos últimos anos, o que sinaliza uma perda de competitividade. A versão de 2016 do inquérito *Doing Business*, do Banco Mundial, também sugere que são necessárias ações de reforma mais rigorosas para melhorar o ambiente de negócios. Tal inquérito revela apenas uma melhora modesta na distância global de São Tomé e Príncipe em relação aos que mais realizaram reformas na fronteira ao largo dos últimos seis anos. O país fica para trás relativamente à média da África Subariana e dos pequenos estados. As áreas de maior distância em relação à fronteira são obtenção de crédito, resolução de insolvências, pagamento de impostos, proteção aos investidores minoritários e cumprimento dos contratos.

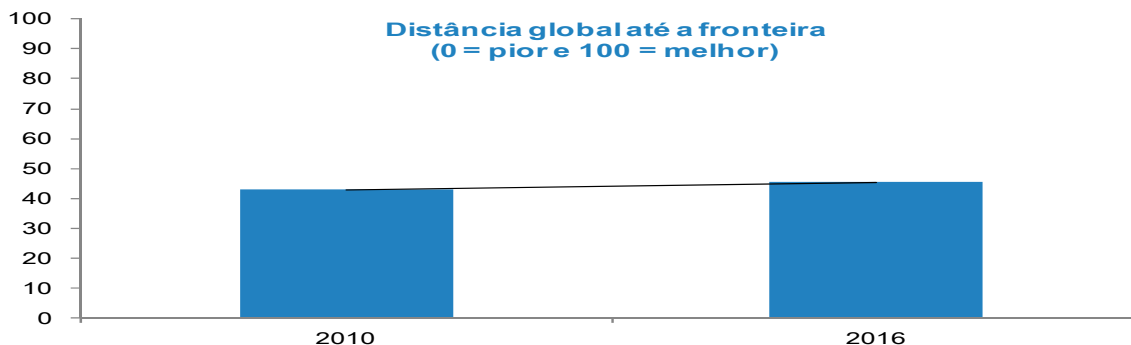
Figura 5 do Anexo. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Competitividade das Exportações
(Participação percentual no total mundial)



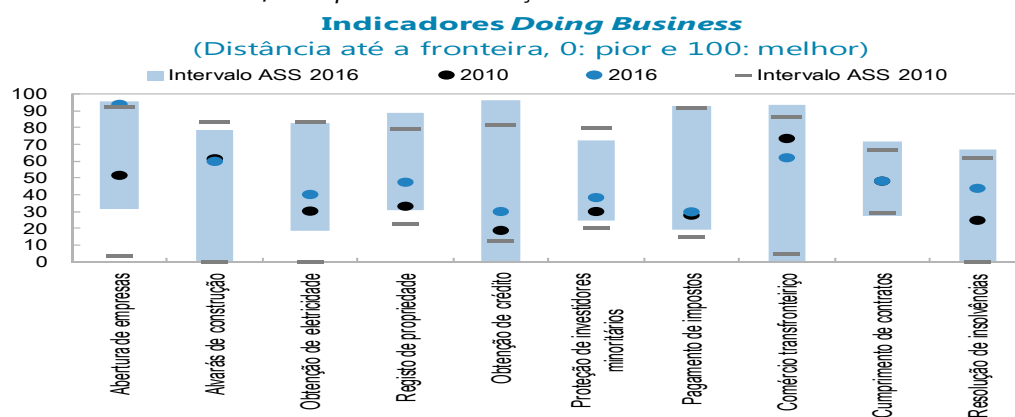
Fontes: ONU, OMC; FAO e dados das autoridades santomenses.

Figura 6 do Anexo. São Tomé e Príncipe: Indicadores *Doing Business*

A posição geral teve uma melhora apenas marginal...

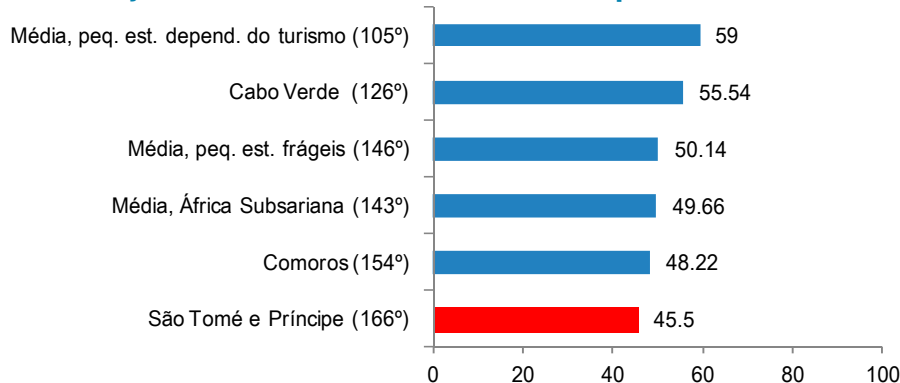


...pois a competitividade ainda é prejudicada por um setor elétrico ineficiente, pela falta de crédito e pelo fraco quadro de resolução de insolvências...



...e é inferior à de países congêneres.

***Doing Business* 2016, Classificação de 189 países e Pontuação da distância até a fronteira (0=pior e 100=melhor)**



Fontes: Inquérito *Doing Business* do Banco Mundial e estimativas do corpo técnico do FMI.

Apêndice I. Carta de Intenções

São Tomé, 18 de maio de 2016

Sra. Christine Lagarde
Diretora-Geral
Fundo Monetário Internacional
700, 19th Street, N.W.
Washington, D.C. 20431
EUA

Senhora Diretora-Geral:

1. A República Democrática de S. Tomé e Príncipe está a fazer progressos na implementação do seu programa de reformas económicas, apoiado por um acordo com o FMI ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla inglesa) desde julho de 2015. Não obstante a fragilidade do país, bem como uma conjuntura incerta, os esforços do governo para reforçar a estabilidade macroeconómica, promover o crescimento sustentável e inclusivo e reduzir a pobreza, no contexto da segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP II) já começam a dar frutos. A estabilidade macroeconómica melhorou na generalidade, o crescimento económico estabilizou e a inflação continuou a cair. Contudo, a economia ainda enfrenta desafios significativos em termos de crescimento da dívida e baixa competitividade, em prejuízo dos esforços de criação de emprego e redução da pobreza. Redobramos o nosso envolvimento com os credores e doadores para buscar uma solução cooperativa e construtiva para colmatar as profundas necessidades do país em matéria de infraestruturas. A nossa ambiciosa agenda de reforma estrutural — centrada principalmente na superação dos entraves ao crescimento mais vigoroso, inclusivo e sustentável, bem como no fortalecimento do setor financeiro — está também a ser implementada com a assistência técnica e financeira dos nossos parceiros internacionais.

2. O governo acredita que as medidas e políticas descritas no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF, Anexo I) de julho de 2015 continuam a ser adequadas para atingir os objetivos do nosso programa. O suplemento ao MPEF, anexo, discute o desempenho até à altura no âmbito do programa e atualiza as políticas para a consecução desses objetivos. De futuro, os elementos chaves dos nossos esforços serão: alinhar a política orçamental para ancorar a redução da dívida a médio prazo, abordar o excesso de liquidez visando o aperfeiçoamento da gestão monetária, aumentar a competitividade e preservar a estabilidade do setor financeiro para apoiar o crescimento.

3. Recentemente, o governo concluiu as discussões com a missão do corpo técnico do FMI sobre a primeira avaliação do programa apoiado pela ECF, concentrando-se na implementação do programa até ao final de dezembro de 2015, bem como nas medidas a serem implementadas no decorrer de 2016. O desempenho no âmbito do programa apoiado pela ECF tem sido satisfatório. Embora a execução do orçamento tenha sido dificultada pelo baixo desempenho da receita fiscal, todos os critérios de desempenho para o final de dezembro de 2015 foram cumpridos, com uma única exceção. O critério de desempenho relativo ao défice primário interno deixou de ser cumprido por uma margem de cerca de 0,3% do PIB. As metas indicativas relativas

às receitas fiscais (piso), aos gastos em favor dos pobres (piso) e à massa monetária em dobras (teto) também deixaram de ser cumpridas. Por outro lado, todos os indicadores de referência estruturais foram cumpridos. Desde então, o governo introduziu medidas corretivas para abordar a insuficiência de receitas e acredita que elas estão bem estabelecidas para evitar novas derrapagens.

4. O MPEF anexo descreve as políticas públicas para 2016 em suporte à consecução dos objetivos do programa apoiado pela ECF. Continuamos plenamente empenhados em cumprir os objetivos deste programa e tomaremos quaisquer medidas adicionais para este fim. Consultaremos o FMI sobre a adoção de tais medidas antes de fazer qualquer alteração nas políticas descritas no MPEF.

5. Tendo em vista os progressos na implementação do programa, solicitamos ao Conselho de Administração do FMI que aprove uma dispensa pelo não cumprimento do critério de desempenho relativo ao défice primário interno no final de dezembro de 2015 e a modificação dos critérios de desempenho referentes ao défice primário interno e às reservas internacionais líquidas, bem como a conclusão da primeira avaliação e o segundo desembolso ao abrigo do acordo ECF, no montante de DSE 634.285. Não obstante a intenção original, solicitamos que os dois critérios de desempenho contínuo referentes ao endividamento externo não concessional sejam combinados em um que estabeleça um teto à contratação ou garantia de nova dívida externa com qualquer vencimento (incluindo posições a descoberto mas excluindo o crédito normal à importação) pelo governo e/ou pelo BCSTP.

6. O governo continuará a fornecer ao corpo técnico do FMI todas as informações pertinentes mencionadas no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) acerca dos novos progressos realizados no âmbito do programa. Durante a vigência do programa, o governo compromete-se a não introduzir ou intensificar quaisquer controlos cambiais, práticas de taxas de câmbio múltiplas ou restrições às importações para fins da balança de pagamentos, bem como a não firmar acordos bilaterais de pagamentos que sejam incompatíveis com o Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI.

7. O governo concorda em tornar público o conteúdo da presente Carta de Intenções, juntamente com o MPEF e MTE anexos, a análise de sustentabilidade da dívida (ASD) realizada pelas equipas do FMI e do Banco Mundial, bem como o relatório do corpo técnico do FMI sobre a primeira avaliação do programa ECF e a consulta ao abrigo do Artigo IV. Por conseguinte, autoriza o FMI a publicar esses documentos no seu sítio Web após a aprovação pelo Conselho de Administração do FMI da consulta ao abrigo do Artigo IV e da primeira avaliação do acordo trienal ao abrigo da ECF.

Atenciosamente,

/s/
Américo d'Oliveira Ramos,
Ministro das Finanças e Administração Pública

/s/
Maria do Carmo Trovoada Silveira
Governadora do Banco Central de São Tomé
e Príncipe

Anexos:

1. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras.
2. Memorando Técnico de Entendimento.

Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2016–18

Este Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) atualiza o memorando incluído no programa apoiado pela ECF aprovado pelo Conselho de Administração do FMI em 13 de julho de 2015. Descreve a evolução macroeconómica recente, a implementação do programa apoiado pela ECF, as perspectivas e riscos económicos e as políticas macroeconómicas.

EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE

1. **São Tomé e Príncipe continuou a realizar progressos no sentido da estabilidade macroeconómica, mas o atraso na aprovação do orçamento de 2015 abrandou o ritmo da consolidação.** O crescimento do PIB em 2015, estimado em 4%, não atingiu os 5% projetados devido à implementação tardia de projetos de investimento público e à pouca chuva, que afetou a produção de cacau. Por outro lado, a inflação situou-se em 4% no final de 2015 (a mais baixa das últimas duas décadas), o que reflete a desaceleração da atividade económica.

2. **As operações orçamentais do governo produziram resultados desiguais.** Os esforços de consolidação orçamental foram prejudicados pelo baixo desempenho da receita fiscal. Estima-se que as receitas fiscais tenham sido inferiores à meta do final do ano em cerca de 0,8% do PIB, em parte devido a um menor esforço de cobrança dos impostos atrasados e ao atraso na inclusão dos 15.000 novos contribuintes registados durante o projeto Operação de Inclusão Fiscal. Além disso, a ENCO (a empresa importadora de petróleo) continuou a acumular novos atrasados em 2015. Embora o governo tenha realizado cortes modestos da despesa como compensação, estes foram insuficientes, resultando num défice primário interno de cerca de 3,0% do PIB, superior à meta do programa de 2,7% do PIB.

3. **O crescimento dos agregados monetários também desacelerou junto com a retração da atividade económica.** O agregado monetário largo (M3) cresceu 13,1% no final de 2015, por comparação a uma taxa de 16,8% no final do ano anterior. De igual modo, a taxa de crescimento dos ativos externos líquidos passou para menos de metade, de 35,3% para 13,3%. Os ativos internos líquidos aumentaram 11,7% após uma descida de 45,2% em 2014; tal inflexão reflete uma pequena recuperação do crédito à economia, em grande medida devido às famílias.

4. **O setor financeiro continua a enfrentar desafios.** O rácio de adequação de fundos próprios do sistema bancário (medido pelo rácio fundos próprios/ativos) diminuiu de 20,3% em dezembro de 2014 para 15,5% no final de 2015, ao passo que o rácio fundos próprios/ativos ponderados pelo risco aumentou de 22,6% para 24,1%. Os empréstimos malparados também aumentaram para 30%, na sequência da reclassificação de descobertos vencidos na contabilidade do Banco Equador como crédito malparado e da descida da notação duma parte considerável do crédito do maior banco para perda.

5. **Houve, porém, uma melhora da balança de pagamentos com a ajuda da queda dos preços das matérias-primas.** O défice da balança corrente externa diminuiu para 16,7% do PIB, refletindo uma atividade económica fraca e uma contração das importações de petróleo e de outras matérias-primas que mais do que compensou a diminuição das exportações devido à baixa produção de cacau. As reservas internacionais brutas do banco central, estimadas em USD61 milhões (4,4 meses de importações), permanecem em níveis confortáveis.

DESEMPENHO AO ABRIGO DO PROGRAMA APOIADO PELA ECF

6. **O desempenho do programa até ao final de dezembro de 2015 foi satisfatório.** Todos os critérios de desempenho quantitativos e de aplicação contínua foram cumpridos, com a exceção do critério de desempenho relativo ao défice primário interno. Ele deixou de ser cumprido por um margem de cerca de 0,3% do PIB devido a receitas fiscais inferiores ao esperado após a fraca recuperação de impostos atrasados e à demora na inclusão de novos contribuintes na base tributária. Não obstante, o governo lançou medidas corretivas para fazer uma cobrança mais agressiva dos impostos atrasados e incluir os novos contribuintes na base tributária neste ano. Novos instrumentos legislativos para tal efeito serão apresentados à Assembleia até ao final de setembro de 2016. Além disso, as metas indicativas relativas às receitas fiscais (piso), às despesas em favor dos pobres (piso) e à massa monetária em dobras (teto) também deixaram de ser cumpridas.

7. **Continuam a ser realizados progressos no sentido da implementação da agenda de reforma estrutural.** O governo começou a executar o plano de regularização dos atrasados internos, desenvolvido como uma medida prévia à aprovação do acordo EFC. Em termos globais, houve uma redução líquida de 1,2% do PIB nos atrasados internos devidos a empresas de serviços públicos (0,4% do PIB acima do valor orçado), o que eliminou os atrasados à EMAE. Por sua vez, a EMAE reduziu os seus atrasados à ENCO em 2,6% do PIB. Contudo, em 2015 os atrasados da EMAE à ENCO aumentaram em termos líquidos (em 2,2% do PIB), embora esta elevação seja inferior à inicialmente projetada. A regularização dos atrasados à ENCO irá iniciar-se este ano, tendo sido incluída no orçamento de 2016. A Assembleia Nacional aprovou a lei de resolução bancária (indicador de referência estrutural para o final de setembro de 2015). Isto assegura o enquadramento jurídico necessário à resolução ágil e ordenada do Banco Equador. Para disponibilizar estatísticas mais representativas para fins de avaliação e conceção de políticas, o Instituto Nacional de Estatística (INE) começou a compilar a nova série mensal do IPC, reponderada e expandida, e a publicar as séries das contas nacionais revistas até 2013 (ambos indicadores de referência estruturais para o final de dezembro de 2015).

PERSPETIVAS E RISCOS ECONÓMICOS

8. **As perspetivas macroeconómicas são favoráveis no curto prazo, mas os desafios persistem.** Projeta-se que o PIB cresça 5% em 2016, com base numa execução maior e atempada do programa de investimento do setor público, na recuperação da produção de cacau e em melhores condições externas (e numa conseqüente melhoria do turismo e do IDE). Espera-se que a inflação permaneça estável em cerca de 4% tendo em conta as atuais

previsões dos preços internacionais dos géneros alimentícios e do petróleo, contudo ainda superior à inflação da área do euro. O governo terá de continuar a recorrer a financiamento em condições concessionais e donativos; com a dificuldade para identificar novas fontes para financiar o orçamento, será preciso manter o aperto das finanças públicas para assegurar a proteção dos ganhos da estabilidade macroeconómica.

9. **Os riscos descendentes pesam sobre estas perspetivas.** Enfrentando um elevado risco de sobre-endividamento, a economia permanece vulnerável a choques externos, o que complica a condução das políticas macroeconómicas, desencoraja o investimento e tem consequências adversas para o crescimento e a redução da pobreza. A próxima eleição presidencial, marcada para julho de 2016, com a possibilidade de gastos extraorçamentais durante o período eleitoral, e as fraquezas continuadas no setor bancário impõem riscos consideráveis de curto prazo para as perspetivas. Contudo, o governo está totalmente empenhado em mitigar estes riscos de curto prazo ao manter o impulso da disciplina orçamental no período que antecede a eleição presidencial e melhorar a supervisão e controlo dos bancos. A fraca procura nas principais economias desenvolvidas e emergentes, que reduz as entradas de IDE e de turistas, bem como as exportações para essas economias, cria riscos adicionais de deterioração.

POLÍTICAS MACROECONÓMICAS

A. Manter o curso da redução da dívida e melhorar a qualidade da despesa

O programa de redução da dívida e o quadro orçamental de 2016

10. **Dado que as vulnerabilidades da dívida permanecem elevadas, o governo reafirma o seu empenho para com a prudência orçamental.** O programa orçamental de 2016, apresentado no orçamento do governo, visa um défice primário interno de 2% do PIB, compatível com o programa e em linha com o objetivo de assegurar que, no médio prazo, a trajetória da dívida regresse a uma trajetória descendente, no sentido dum risco moderado de sobre-endividamento. O programa orçamental para 2016 está inteiramente financiado, apesar dum forte aumento dos gastos de capital, que seriam custeados, na sua maior parte, por receitas de privatização das participações do governo no maior banco e na empresa de telecomunicações (5% do PIB), donativos no âmbito da Iniciativa HIPC e desembolsos de empréstimos para projetos já contratados (4,3% do PIB). Além disso, há novos empréstimos concessionais do Kuwait e Turquia (4,3% do PIB) a serem usados, principalmente, para investimentos em estradas e pontes rurais, construção e reforma de escolas, melhoria do sistema de saúde nacional, inclusive a manutenção dum hospital e centros de saúde, e a compra de equipamentos médicos. Apesar de tudo isso, o governo está empenhado num ajuste orçamental antecipado em 2016 para alcançar a meta relativa ao défice que seja compatível com o financiamento disponível não gerador de dívida.

O cenário orçamental de médio prazo

11. **O governo vê a necessidade, no médio prazo, de assegurar que a política orçamental caminhe numa linha ténue entre a consolidação orçamental e a criação de espaço no orçamento para efetuar gastos em infraestrutura que reforcem o crescimento.** Para o efeito, o governo está empenhado em reduzir ainda mais o défice primário interno, para cerca de 1,0% a 1,5% do PIB até 2018, a fim de garantir que a dívida permaneça numa trajetória descendente e, ao mesmo tempo, criar espaço suficiente para gastos em infraestrutura com financiamento interno para complementar o apoio dos doadores. Isto implicaria um reforço significativo da mobilização de receitas internas por meio duma combinação de políticas fiscais (lançamento do IVA), medidas de administração alfandegária e tributária, como inspeções e auditorias maiores e mais disciplinadas (a começar de imediato), a integração da delegação fiscal de Príncipe e a adoção e uso de sistemas informáticos computadorizados mais modernos com uma base de dados de contribuintes atualizada (a ser implementada até ao final de junho de 2017).

Reformas estruturais para fortalecer as finanças públicas

12. **A política orçamental deve concentrar-se nos esforços para melhorar a mobilização das receitas internas e a qualidade da despesa.** No lado das receitas, tomaremos as medidas necessárias para aumentar a cobrança de receitas fiscais para níveis dos grupos de países congéneres de São Tomé e Príncipe até 2018. As ações específicas em 2016 incluirão:

- Iniciar o pagamento dos atrasados à ENCO no mais tardar até ao final de junho de 2016, como medida de boa-fé para abordar o não pagamento de direitos de importação pela ENCO.
- Fazer inspeções e auditorias mais abrangentes e disciplinadas para combater a fraude e a evasão fiscal.
- Alargar a cobertura da cobrança de impostos aos novos contribuintes e cobrar, de forma agressiva, os impostos atrasados. Para este fim, o governo implementará algumas mudanças legislativas, inclusivamente a redução do rendimento mínimo tributável e o aumento do imposto mínimo presumido incidente sobre pessoas singulares e coletivas e a transferência dos poderes de execução para a cobrança de impostos atrasados da justiça fiscal para a administração tributária.
- Adotar estruturas e medidas para apoiar a introdução do IVA a fim de alargar a base tributária e melhorar a cobrança de receitas internas. Em especial, o governo apresentará à Assembleia Nacional a nova lei do IVA até ao final de dezembro de 2016 (indicador de referência estrutural).

13. **O governo está comprometido com a introdução do mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis (indicador de referência estrutural do final de junho de 2016).** A equipa técnica envolvida no ajustamento dos preços do petróleo atualmente está a examinar as recomendações feitas pela assistência técnica do FMI em novembro de 2015, no intuito de elaborar um roteiro para a implementação do ajustamento

automático. A determinação é que a equipa trabalhe nos seguintes itens até ao final de março de 2016:

- Especificar a fórmula de cálculo dos preços, inclusive com a escolha dum preço de referência internacional apropriado, elevar a sobretaxa sobre produtos combustíveis para travar um eventual diferencial de preços positivo e decidir sobre a frequência do ajustamento de preços e a amplitude dos intervalos de preços. Isto exigirá a autorização da Assembleia Nacional para que o Ministro possa alterar as sobretaxas.
- Decidir a meta de receitas de curto prazo para a gasolina e o gasóleo.
- Decidir sobre a manutenção ou não do subsídio pré-imposto sobre o querosene, que, se for mantido, precisará ser apresentado no orçamento.
- Um órgão/secretaria precisa ser criado para ser responsável pela implementação do mecanismo de ajustamento de preços. Caberá a este órgão, entre outras coisas, a monitorização das responsabilidades das partes envolvidas no mecanismo de preços e os processos para a sua aplicação regular e transparente. Será enviada uma solicitação do FMI (FAD) para ajudar na decisão sobre os termos de referência para a criação deste órgão.
- Selecionar um terceiro para executar um estudo detalhado sobre os produtos combustíveis e os componentes da margem.
- Selecionar medidas de mitigação direcionadas, a serem adotadas em paralelo com o novo mecanismo de preços.
- Montar e lançar uma campanha de informação pública.

14. **No lado da despesa, o reforço da gestão das finanças públicas e da transparência constituirão pontos fundamentais para assegurar a eficiência da despesa pública.** As medidas específicas incluirão:

- Implementar cabalmente o sistema eletrónico de administração financeira do Estado (SAFE-e), da atual fase de projeto-piloto para a cobertura de todos os ministérios, serviços autónomos, outras instituições soberanas e os governos regionais e locais, para fortalecer a supervisão das finanças públicas.
- Reforçar a funcionalidade do SAFE-e para facilitar a preparação de contas mais abrangentes e transparentes do governo geral ao incluir aspetos como a reconciliação das contas bancárias do Tesouro, o acompanhamento das receitas, a gestão dos ativos fixos e o registo de contratos do governo que gerem novos passivos.
- Reativar e zelar pela plena operação duma unidade macro-orçamental e aplicar as mudanças necessárias na Lei do SAFE-e (Lei 3/2007) e o decreto de classificação orçamental (Decreto 4/2007) até ao final de março de 2018 em apoio à introdução de quadros fiscais e de despesa a médio prazo.

15. **O governo identificou as principais despesas em infraestruturas que fomentam o crescimento, necessárias para aumentar o PIB real à meta mínima exigida de cerca de 6% para influenciar de forma significativa a pobreza.** Em especial, o governo está a

considerar a extensão da pista do aeroporto de São Tomé para acomodar aviões maiores, de modo a impulsionar o turismo, bem como o investimento em fontes alternativas de energia (para além da térmica) para reduzir o custo da energia em comparação com o de países congéneres. Em 2015, o governo assinou memorandos de entendimento (cerca de USD800 milhões) com a China Harbor Engineering Company para criar uma PPP com financiamento do setor privado para construir um porto de águas profundas em São Tomé. Ele reitera o seu compromisso de que não haverá despesas orçamentais nem passivos contingentes a serem absorvidos pelo governo neste projeto. O governo não avançará caso o projeto não esteja plenamente financiado pelo setor privado. As autoridades estão inteiramente cientes e estão empenhadas em recorrer a financiamento concessional e donativos em apoio aos principais projetos de infraestrutura a fim de garantir que a dívida regresse a uma trajetória descendente a médio prazo.

16. **Para este fim, o governo está empenhado em reforçar a capacidade de investimento para apoiar gastos em infraestrutura que fomentem o crescimento.**

O governo introduzirá um quadro centralizado de avaliação e priorização de projetos de despesas de capital, para além da introdução dum quadro de avaliação da gestão do investimento público (PIMA) (indicador de referência estrutural para o final de 2017).

17. **O governo está comprometido com a implementação da lei-quadro da dívida (Lei 1/2013 de 17 de janeiro de 2013) e com o fortalecimento da capacidade de gestão da dívida.** Neste contexto, o governo providenciará i) a preparação duma estratégia nacional

de dívida, prevista na lei-quadro, que fixará um limite máximo sobre a dívida global para o setor público não financeiro e políticas de dívida anuais que fixem limites máximos anuais para cada entidade pública; ii) a atualização da estratégia de médio prazo de gestão da dívida; iii) a solicitação de assistência técnica para preparar um manual de processos de gestão da dívida e realizar uma avaliação do desempenho dessa gestão (DeMPA) até ao final de 2016 e iv) a elaboração duma lei e quadro abrangentes sobre as parcerias público-privadas (PPP) até ao final de setembro de 2016, para orientar as crescentes manifestações de interesse em PPP após a conferência de doadores em Londres, em outubro de 2015. Ademais, o gabinete da dívida recuperará e atualizará a atual base de dados no sistema de gestão da dívida (CS-DRMS 2000+) e contactará a Crown Agents para validá-lo e fornecer formação aos novos funcionários.

18. **O governo continuará a dar prioridade à contratação de créditos concessionais.**

Em consonância com a nova política do FMI sobre os limites da dívida, o governo formulou um plano de endividamento (Tabela 1 do Texto). Nesse plano, o governo está comprometido com uma meta de endividamento prudente para 2016–18, de cerca de USD 45,4 milhões em termos nominais para projetos prioritários.¹¹ Esta meta implica um VA médio anual da nova dívida externa de 2,6% do PIB. A expectativa é que todos os créditos sejam contratados em

¹¹Exclui financiamento para projetos de infraestrutura fundamentais, como a extensão da pista do aeroporto e projetos selecionados relacionados com energia, a serem considerados separadamente.

condições concessionais, com grande parte para financiar projetos de infraestrutura e gastos sociais. O governo reserva-se o direito de revisar este plano durante a próxima avaliação do acordo ECF.

Tabela 1 do Texto. Resumo do Programa de Endividamento Externo Projetado

Dívida externa PGP	Volume da nova dívida em 2016		VA da nova dívida em 2016 (para fins do programa)	
	milhões de USD	Porcentagem	milhões de USD	Porcentagem
Por fontes de financiamento da dívida	28,8	100	18,1	100
<i>Dívida concessional, d/q:</i>	27,0	94	16,9	93
Dívida multilateral	0,0	0	0,0	0
Dívida bilateral	27,0	94	16,9	93
Outras	0,0	0	0,0	0
<i>Dívida não concessional, d/q:</i>	1,8	6	1,2	7
Semiconcessional	1,8	6	1,2	7
Condições comerciais	0,0	0	0,0	0
Por tipo de credor	28,8	100	18,1	100
Multilateral	1,8	6	1,2	7
Bilateral - Clube de Paris	0,0	0	0,0	0
Bilateral - fora do Clube de Paris	27,0	94	16,9	93
Outros	0,0	0	0,0	0
Usos do financiamento da dívida	28,8	100	18,1	100
Infraestrutura	10,0	35	6,3	35
Gastos sociais	17,0	59	10,7	59
Financiamento do orçamento	0,0	0	0,0	0
Outros	1,8	6,1	1,2	6,7
Por memória				
<i>Projeções indicativas</i>				
Ano 2	11,8		7,5	
Ano 3	4,8		3,1	

Fontes: Dados das autoridades santomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

B. Abordar o excesso de liquidez para melhorar a gestão monetária

19. **A desaceleração da expansão do crédito desde 2013 em consequência do crescimento dos empréstimos malparados e da falta de projetos suscetíveis de obter crédito bancário resultou numa acumulação de liquidez em excesso na banca, o que está a complicar a gestão da liquidez.** No momento, estima-se que o excesso de liquidez no sistema bancário tenha passado de 5% do PIB no final de 2015. O Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) lançou algumas ferramentas para ajudar com a gestão da liquidez. Em 2015, introduziu um mercado interbancário, mas, infelizmente, este não arrancou devido à perceção de estigma que os bancos associam à participação neste mercado. Contudo, esperamos que isto seja apenas temporário em vista da evolução recente do mercado financeiro interno. O BCSTP está a trabalhar com os bancos para fazer face a este desafio. Para além disso, o governo lançou bilhetes do Tesouro, que foram bem recebidos pelos bancos, e a participação aumentou, com a segunda emissão dos bilhetes de nove meses tendo uma procura acima do esperado. O BCSTP está a trabalhar para desenvolver um mercado de títulos do Tesouro, criando as condições para a gestão da liquidez no prazo mais longo, bem como para desenvolver o mercado secundário.

20. **Prossigue o trabalho para desenvolver o quadro de gestão da liquidez monetária do BCSTP.** A ferramenta de previsão de liquidez existente permite uma melhor recolha de informação e uma análise mais rigorosa dos fatores autónomos que impulsionam a liquidez. Em 2015, o banco central implementou uma nova metodologia de pagamento para os bancos comerciais, segundo a qual as ordens de pagamento emitidas pelo Tesouro aos bancos comerciais no período t agora são pagas no período $t+1$, permitindo ao BCSTP incluí-las na sua previsão de liquidez, o que reduz consideravelmente os erros de previsão.

C. Melhorar a competitividade e preparar o terreno para o crescimento sustentável e inclusivo

21. **O governo planeia promover o crescimento liderado pelo setor privado para criar as condições para um crescimento maior e mais sustentável e distribuir os seus benefícios de forma mais abrangente.** As linhas gerais da *Agenda de Transformação 2030* do governo identificam as prioridades para o crescimento no médio a longo prazo, a coesão social e a credibilidade externa, incluindo a diversificação da economia, o alargamento da base de produção e a modernização da infraestrutura económica e social. O governo está a procurar criar condições conducentes ao apoio dos setores tradicionais, tais como a agricultura, as pescas e o turismo, para impulsionar a criação de emprego e reduzir a pobreza.

22. **O potencial inexplorado do turismo de São Tomé e Príncipe representa uma grande promessa.** As reformas estruturais de médio prazo irão centrar-se em atividades de turismo de elevado rendimento, numa diversificação mais alargada dos mercados de origem e ligações de transporte aéreo mais abertas e competitivas. As iniciativas de política específicas em 2016 incluirão:

- Introdução de reformas orientadas para abordar os indicadores de fraco desempenho no inquérito *Doing Business* do Banco Mundial.
- Diversificação dos mercados de origem do turismo e apoio a uma política de transporte aéreo aberta e competitiva, incluindo a autorização de ligações diretas à sub-região, à Europa e ao Brasil.
- Desenvolvimento duma estratégia nacional de diversificação das exportações (indicador de referência estrutural para o final de dezembro de 2016).

D. Vínculos macrofinanceiros e estabilidade do setor financeiro

23. **O sistema bancário altamente concentrado de São Tomé e Príncipe não enfrenta apenas o desafio do excesso de liquidez, mas também da baixa rendibilidade.** O maior banco responde por cerca da metade dos depósitos e créditos do sistema e os restantes seis pequenos bancos respondem pela outra metade. Os empréstimos malparados quase duplicaram desde 2013 e chegaram a 30% do crédito total em 2015. Os indicadores de rendibilidade sugerem uma fragilidade generalizada, sendo apenas o maior banco rentável, ao passo que os outros enfrentam rendibilidades dos ativos negativas (alguns por uma larga margem). A rendibilidade dos capitais próprios também se tem deteriorado e situou-se

em -27% em 2015. As medidas corretivas do BCSTP estão a começar a dar resultados. Em consequência das ações de supervisão, três dos sete bancos aumentaram seus fundos próprios no último trimestre de 2015 para cumprir as reservas mínimas de caixa. O BCSTP está na etapa inicial da construção de quadros adequados para a gestão de crises e resolução bancária para fazer face aos riscos no sistema financeiro. A nova lei de resolução bancária estabelece o quadro jurídico para uma resolução rápida e ordenada dos bancos, como o Banco Equador. Um banco de transição está a ser criado com ativos e passivos de qualidade do Banco Equador, e medidas estão a ser tomadas para identificar possíveis compradores e concluir o processo no prazo de um ano após o estabelecimento do banco de transição. Se um possível comprador em potencial não for encontrado no referido prazo de um ano, o BCSTP procederá à liquidação definitiva do Banco Equador.

24. **O BCSTP está a montar uma estratégia abrangente para resolver o grande stock de empréstimos malparados** (indicador de referência estrutural para o final de junho de 2016). Isto envolveria um inventário, o aprovisionamento e, se necessário, a recapitalização dos bancos afetados. Para além disso, o BCSTP fará avaliações detalhadas da qualidade dos ativos de todos os bancos para reduzir a incerteza em torno dos ativos bancários e, se necessário, exigirá a recapitalização dos bancos afetados, tendo em conta o objetivo adicional da consolidação da banca.

25. **Para salvaguardar ainda mais a estabilidade financeira, o BCSTP reforçará a supervisão bancária interna e externa ao aumentar o número de inspeções diretas.** Isto garantirá um acompanhamento direto mais rigoroso. Um ciclo de inspeções bancárias que havia sido iniciado em 2015 foi concluído e outro ciclo começou em 2016.

26. **O BCSTP acolhe com satisfação a seleção de São Tomé e Príncipe como país-piloto para a incorporação dos vínculos macrofinanceiros como parte das consultas ao abrigo do Artigo IV.** A autoridade monetária compartilha das recomendações deste exercício e aguarda com interesse o momento de implementar as principais recomendações. Em especial, o BCSTP tomará as providências necessárias para:

- Pôr em prática as medidas necessárias para resolver o grande e crescente stock de empréstimos malparados que está a começar a ter efeitos negativos sobre o crescimento.
- Fortalecer a estabilidade do setor financeiro ao: exigir que os bancos cujo rácio de fundos próprios esteja abaixo do mínimo aumentem sua base de fundos próprios, além de fazer avaliações regulares da qualidade dos ativos para identificar bancos em dificuldades que venham a exigir medidas corretivas rápidas.
- Aprofundar o desenvolvimento do mercado de bilhetes do Tesouro e, ao mesmo tempo, garantir sua compatibilidade com o setor orçamental.

27. **Embora as medidas de inclusão financeira em São Tomé e Príncipe estejam alinhadas com os países congéneres regionais, o impacto sobre a redução da pobreza e o desenvolvimento do setor privado continua a não ser claro.** As reduzidas barreiras financeiras e documentais à entrada contribuem para níveis de acesso relativamente elevados. As sucursais bancárias estão distribuídas de maneira bastante uniforme e os

requisitos mínimos são comparativamente baixos, sendo o número de adultos com contas de poupança superior à média regional. No entanto, continuam a existir desafios importantes no sentido de alcançar uma inclusão universal. As ações específicas em 2016 incluem:

- Melhorar a cobertura e aumentar a eficácia das centrais de risco de crédito.
- Simplificar os procedimentos para assegurar a execução de garantias, inclusivamente reformas no judiciário.
- Fortalecimento das capacidades das PME em contabilidade básica, gestão financeira e preparação de projetos financiáveis pelos bancos.

OUTRAS QUESTÕES RELACIONADAS AO PROGRAMA

28. **Iniciativas para fortalecer as salvaguardas e aumentar a transparência foram introduzidas desde 2015.** A missão de avaliação das salvaguardas do Departamento Financeiro do FMI de setembro de 2015 recomendou a supervisão independente dos mecanismos de auditoria, controlos internos e reporte financeiro. Em vista das restrições de capacidade, também reconheceu-se que auditorias externas realizadas por firmas de auditoria idóneas continuaram a servir como salvaguarda crucial. A fim de fortalecer ainda mais os controlos internos, várias medidas foram adotadas, como a reestruturação do comité de auditoria interna e a nomeação dum novo diretor com reconhecida competência. Para além disso, o BCSTP está em vias de adquirir novos equipamentos que automaticamente separam e destroem notas mutiladas e, assim, reduzem a intervenção humana no processo. Com respeito ao reporte financeiro, o BCSTP buscou assistência técnica do Brasil e do FMI para fazer a migração das demonstrações de contas para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), e segue em curso o trabalho na revisão da lei orgânica do banco central. Em 2016, o BCSTP planeia:

- Atualizar o Regulamento de Auditoria Interna e criar uma base de dados para monitorizar e priorizar as recomendações de auditoria até ao final de junho de 2016.
- Estabelecer um Conselho de Auditoria (indicador de referência estrutural para o final de dezembro de 2016) com o respaldo dum política para o Conselho de Auditoria (semelhante ao Regulamento do Comité de Auditoria) que especifique funções e responsabilidades semelhantes às dum comité de auditoria convencional, inclusivamente a supervisão do mecanismo de auditoria interna e externa.
- Fazer auditorias baseadas no risco das áreas de alto risco, como reservas estrangeiras, operações de moeda e da casa-forte e operações bancárias, até ao final de dezembro de 2016.
- Apresentar o projeto de lei do banco central à Assembleia Nacional até ao final de setembro de 2016 (indicador de referências estrutural) para alinhar o seu quadro legal com as práticas modernas dos bancos centrais.

MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA

29. **Os critérios de desempenho, metas indicativas e indicadores de referências estruturais para 2016 são apresentados nas Tabelas 3 e 4.** As definições de critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas encontram-se no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) anexo, que também define o alcance e a frequência dos dados que deverão ser transmitidos para fins de monitorização do programa. Espera-se que a segunda avaliação seja concluída até dezembro de 2016, a terceira avaliação até junho de 2017 e a quarta avaliação até dezembro de 2017.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2015
(Em mil milhões de dobras, acumulados desde o início do ano, salvo indicação em contrário)

	2015						Ponto da situação
	Setembro			Dezembro			
	Meta indicativa	Meta indicativa	Efetivo	Critérios de desempenho ¹	Critérios de desempenho ²	Preliminar	
	c/ ajustamentos			c/ ajustamentos			
	30-Set-15			31-Dez-15			
Critérios de desempenho:							
Piso do saldo primário interno (como definido no MTE) ^{2,12}	-153	-153	-174	-190	-190	-207	Não cumprido
Teto da variação do financiamento interno líquido do governo central (à taxa de câmbio do programa) ^{3,4,5}	0	61	-238	0	61	-43	Cumprido
Piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central (milhões de USD) ^{2,4}	50	47	62	50	47	57	Cumprido
Teto do stock de atrasados de pagamentos externos do governo central (milhões de USD) ^{5,6,7,8}	0	...	0	0	...	0	Cumprido
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo governo central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{5,6,7,8,9}	0	...	0	0	...	0	Cumprido
Teto do stock da dívida externa com vencimento original inferior ou igual a um ano devida ou garantida pelo governo central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{5,7,8,9}	0	...	0	0	...	0	Cumprido
Metas indicativas:							
Teto da variação dos novos atrasados de pagamentos internos do governo central	0	...	-70	0	...	-82	Cumprido
Teto do stock da base monetária em dobras	990	...	1,111	1,113	...	1,296	Não cumprido
Piso das despesas em favor dos pobres	357	...	307	447	...	440	Não cumprido
Piso das receitas fiscais	732	...	722	1,073	...	1,006	Não cumprido
Por memória:							
Contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo governo central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{5,7,8,10,12}	19	...	30	35	...	30	
Transferência da CNP para o Orçamento (em milhões de USD)	2,0	...	2,0	2,0	...	2,0	
Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa ¹¹	106	...	208	143	...	239	
Apoio externo oficial ao programa ¹¹	192	...	0	220	...	61	
Despesas de capital custeadas pelo Tesouro	48	...	34	63	...	46	

Fontes: Autoridades santomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O desempenho na data de teste de dezembro de 2015 é examinado na primeira avaliação.

² O piso será ajustado para cima ou para baixo de acordo com as definições do MTE.

³ O teto será ajustado para baixo ou para cima de acordo com as definições do MTE.

⁴ Exclui a Conta Nacional do Petróleo no Banco Central.

⁵ O termo "governo central" é definido conforme o parágrafo 5 do MTE, que exclui as operações das empresas estatais.

⁶ Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.

⁷ O termo externa/externos é definido de acordo com a residência do credor, conforme indicado no ponto 2 das Diretrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa, adotadas pela Decisão 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (posteriormente modificadas, com efeito a partir de 1 de dezembro de 2009).

⁸ Este critério de desempenho ou por memória não se aplica apenas à dívida conforme definida no ponto 9 das Diretrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa adotadas pela Decisão 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (posteriormente modificadas, com efeito a partir de 1 de dezembro de 2009), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Mais detalhes sobre a definição de dívida e de atrasados de pagamentos externos podem ser encontrados nos parágrafos 6 e 13 do MTE.

⁹ Aplica-se apenas à dívida com um elemento de donativo inferior a 35%, conforme definido no ponto 8 g (i) das Diretrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa, adotadas pela Decisão 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (posteriormente modificadas, com efeito a partir de 11 de outubro de 2013). Mais detalhes sobre a definição de concessionalidade podem ser encontrados no parágrafo 12 do MTE.

¹⁰ Aplica-se apenas à dívida com um elemento de donativo inferior a 35%.

¹¹ Conforme definido(s) no MTE, avaliado(s) à taxa de câmbio do programa.

¹² Acumulados desde dezembro de 2014.

Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estruturais, 2015

Objetivos e medidas de política	Prazo	Justificativa macro	AT envolvida	Ponto da situação
Fortalecimento das finanças públicas				
Elaborar, em consulta com a ENCO e a EMAE, e apresentar ao FMI um plano abrangente com um calendário claro para regularizar todo o stock de atrasados e evitar o acúmulo de novos atrasados.	Ação prévia para aprovação do acordo	Restabelecer fluxos financeiros atempados entre as partes envolvidas, em particular o pagamento dentro do prazo de todos os impostos pertinentes.	Equipa trabalhou com as autoridades.	Cumprido.
Reforço da política monetária e da estabilidade financeira				
Apresentar a nova Lei de Resolução Bancária à Assembleia Nacional.	Final de setembro de 2015	Aumentar a solidez do sistema financeiro.	AT do MCM	Cumprido.
Melhorar as estatísticas nacionais				
Iniciar a compilação mensal da nova série reponderada e alargada do IPC.	Final de dezembro de 2015	Disponibilizar estatísticas mais representativas para a avaliação e formulação de políticas.	AT do BAfD e do AFRITAC	Cumprido.
Publicar a série revista das contas nacionais até 2013.	Final de dezembro de 2015		AT do STA	Cumprido.

Fontes: Dados das autoridades santomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas Propostos para 2016–17
(Em mil milhões de dobras, acumulados desde o início do ano, salvo indicação em contrário)

	2016				2017	
	Março	Junho	Setembro	Dezembro	Março	Junho
	Meta indicativa	Critérios de desempenho ¹	Meta indicativa	Critérios de desempenho ¹	Meta indicativa	Critérios de desempenho ¹
	31-03-2016	30-06-2016	30-09-2016	31-12-2016	31-03-2017	30-06-2017
Critérios de desempenho:						
Piso do saldo primário interno (como definido no MTE) ^{2,12}	-23	-54	-100	-155	-27	-70
Teto da variação do financiamento interno líquido do governo central (à taxa de câmbio do programa) ^{3,4,5}	0	0	0	0	0	0
Piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central (milhões de USD) ^{2,4}	62	62	53	53	55	55
Teto do stock de atrasados de pagamentos externos do governo central (milhões de USD) ^{5,6,7,8}	0	0	0	0	0	0
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo governo central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{5,6,7,8,9}	0	0	0	0	0	0
Metas indicativas:						
Teto da variação dos novos atrasados de pagamentos internos do governo central	0	0	0	0	0	0
Teto do stock da base monetária em dobras	1,062	1,085	1,102	1,465	1,187	1,137
Piso das despesas em favor dos pobres	168	289	359	448	171	301
Piso das receitas fiscais	181	422	783	1,170	186	455
Por memória:						
Contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo governo central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{5,7,8,10,12}	14	14	14	14	26	26
Transferência da CNP para o Orçamento (em milhões de USD)	1,6	1,6	1,6	1,6	1,3	1,3
Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa ¹¹	18	43	107	233	23	50
Apoio externo oficial ao programa ¹¹	20	47	88	205	22	50
Despesas de capital custeadas pelo Tesouro	12	28	50	101	15	31

Fontes: Autoridades santomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O desempenho nas datas de teste de junho e dezembro de 2016 é examinado na segunda e na terceira avaliação, resp., e o desempenho na data de teste de junho de 2017 é examinado na quarta avaliação.

² O piso será ajustado para cima ou para baixo de acordo com as definições do MTE.

³ O teto será ajustado para baixo ou para cima de acordo com as definições do MTE.

⁴ Exclui a Conta Nacional do Petróleo no Banco Central.

⁵ O termo "governo central" é definido conforme o parágrafo 5 do MTE, que exclui as operações das empresas estatais.

⁶ Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.

⁷ O termo externa/externos é definido com base na residência do credor, conforme indicado no parágrafo 5 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014).

⁸ Este critério de desempenho ou por memória aplica-se não apenas à dívida conforme definida no parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Mais detalhes sobre a definição de dívida e de atrasados de pagamentos externos podem ser encontrados nos parágrafos 6 e 13 do MTE.

⁹ Aplica-se apenas à dívida com um elemento de donativo inferior a 35%. Mais detalhes podem ser encontrados no parágrafo 12 do MTE.

¹⁰ Aplica-se apenas à dívida com um elemento de donativo inferior a 35%.

¹¹ Conforme definido(s) no MTE, avaliado(s) à taxa de câmbio do programa.

¹² Acumulados desde dezembro de 2015 e dezembro de 2016, respetivamente.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estruturais, 2016

Objetivos e medidas de política	Prazo	Justificativa macro	AT envolvida
Fortalecimento das finanças públicas			
Adotar um mecanismo automático de ajustamento de preços que permita a transmissão dos custos das importações com vistas à sua aplicação gradativa em 2016.	Final de junho de 2016	Eliminar os subsídios implícitos aos preços dos combustíveis e a perda de receitas orçamentais.	AT do FAD sobre a conceção do mecanismo automático de ajustamento de preços
Adotar um plano para reformar a EMAE (empresa pública de energia e água) para assegurar a plena recuperação dos custos.	Final de dezembro de 2016	Apoiar o plano de eliminação de atrasados.	Com apoio do Banco Mundial e da União Europeia
Adotar legislação para transferir a execução da cobrança de impostos atrasados da justiça fiscal para a administração tributária. ¹	Final de junho de 2016	Reforçar a cobrança de impostos atrasados.	Sem envolvimento de AT
Apresentar à Assembleia Nacional a nova Lei do IVA. ²	Final de dezembro de 2016	Apoia a introdução do IVA	AT futura do FAD/LEG
Concluir uma avaliação da gestão do investimento público (PIMA) e apresentar ao corpo técnico um plano de reforma para fortalecer as práticas de gestão dos investimentos públicos. ³	Final de dezembro de 2016	Reforçar a capacidade para a tomada eficiente de decisões sobre os investimentos públicos.	Com apoio do Banco Mundial
Reforço da política monetária e da estabilidade financeira			
Formular e apresentar ao corpo técnico uma estratégia abrangente para ajudar os bancos a fazer face aos empréstimos mal parados elevados nos seus balanços.	Final de junho de 2016	Apoiar a estabilidade e o crescimento do setor financeiro.	Futura AT do MCM
Criar um Conselho de Auditoria para o BCSTP que especifique uma função semelhante à de um comité de auditoria convencional, com responsabilidade pela supervisão dos mecanismos de auditoria interna e externa e reporte financeiro. ⁴	Final de dezembro de 2016	Reforçar a supervisão independente dos mecanismos de auditoria e controle.	
Concluir uma avaliação detalhada da conformidade com os Princípios Fundamentais de Basileia.	Final de dezembro de 2016	Aumentar a solidez do sistema financeiro.	Futura AT do MCM
Facilitar as atividades comerciais			
Desenvolver e apresentar à Assembleia Nacional uma estratégia de diversificação das exportações nacionais.	Final de dezembro de 2016	Promover a diversificação da economia e as oportunidades de emprego.	AT ainda a ser identificada pelas autoridades

Fontes: Dados das autoridades santomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

^{1, 2, 3, 4} Indicadores de referência propostos recentemente.

Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento Junho de 2016

1. O presente Memorando Técnico de Entendimento (MTE) contém as definições e os mecanismos de ajustamento para clarificar a medição dos critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas incluídos na Tabela 3, anexa ao Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2016 e 2017. Salvo indicação em contrário, todos os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas serão avaliados em termos de fluxos cumulativos a partir do início de cada ano civil.
2. **A taxa de câmbio do programa** para efeitos do presente MTE¹ será de 20.299 dobras por dólar dos Estados Unidos, 24.500 dobras por euro e 29.236 dobras por DSE para 2016 e 2017.

FORNECIMENTO DE DADOS AO FMI

3. Os dados relativos a todas as variáveis sujeitas aos critérios de desempenho e metas indicativas serão fornecidos ao corpo técnico do FMI com a frequência descrita abaixo (parágrafo 27), com um desfasamento não superior a quatro semanas para os dados relativos às reservas internacionais líquidas do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) e a seis semanas para outros dados. Todas as revisões de dados serão transmitidas de imediato pelas autoridades ao corpo técnico do FMI. Para as variáveis relevantes para avaliar o desempenho em relação aos objetivos do programa mas que não constem especificamente no presente Memorando, as autoridades consultarão o corpo técnico do FMI, à medida do necessário, sobre o modo da sua aferição e reporte. Os critérios de desempenho incluídos no programa são definidos abaixo e referem-se ao piso do saldo primário interno; ao teto da variação do crédito bancário líquido ao Governo Central; ao piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central; ao teto dos atrasados de pagamentos externos do Governo Central; ao teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo Governo Central ou pelo BCSTP e ao teto do stock da dívida externa com vencimento original inferior ou igual a um ano devida ou garantida pelo Governo Central ou pelo BCSTP.

DEFINIÇÕES

4. Para efeitos do presente MTE, **externo** e **interno** serão definidos com base no princípio de residência.

¹ Este dado se refere ao ponto médio das taxas de câmbio publicadas na página web do BCSTP no último dia de 2014.

5. **Governo Central**, para efeitos do presente MTE, refere-se à administração pública central, que inclui todos os ministérios, gabinetes e entidades, e outros organismos que constituam agências ou instrumentos da autoridade central de São Tomé e Príncipe. O Governo Central não inclui as operações das empresas públicas.

6. O termo **dívida** define-se em conformidade com o parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas através da Decisão n.º 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014). Por "dívida" entende-se um passivo corrente (ou seja, não contingente) criado por via contratual mediante a provisão de valor na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, e que requeira que o devedor realize um ou mais pagamentos na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, em data(s) futura(s); tais pagamentos serão de liquidação do capital e juros decorrentes da obrigação contratual.

7. **Receitas internas do Governo (excluindo receitas petrolíferas)** incluem todas as receitas fiscais e não fiscais do Governo (em moeda nacional e estrangeira), à exceção de: 1) donativos externos, 2) receitas da venda local de donativos em espécie (por exemplo, o petróleo bruto recebido da Nigéria, a ajuda alimentar, etc.) e 3) todos os fluxos brutos de entradas para o Governo relacionados com os pagamentos dos bónus de assinatura do petróleo e com os juros acumulados na Conta Nacional do Petróleo (CNP). As receitas serão calculadas em base de caixa conforme apresentado no Quadro de Operações Financeiras do Estado elaborado pelas Direções do Orçamento e do Tesouro do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

8. **Despesa primária interna** abrange todas as despesas do Governo avaliadas na base de compromissos, excluindo: 1) as despesas de capital financiadas através de empréstimos concessionais e donativos externos e 2) os pagamentos de juros programados. A divulgação das despesas internas do Governo será baseada no relatório de execução do orçamento do Estado elaborado mensalmente pelas Direções do Orçamento e do Tesouro do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO

9. **Critério de desempenho relativo ao piso do saldo primário interno.** Este critério de desempenho refere-se à diferença entre a receita interna (excluindo receitas petrolíferas) e a despesa primária interna do Governo. Como referência, no final de dezembro de 2015 este saldo ascendia a 207 mil milhões de dobras, repartido da seguinte forma:

Receita interna do Governo:	1.108 mil milhões
<i>Menos:</i> Despesa primária do Governo: (conforme definida no parágrafo 8)	<u>1.315 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i> Saldo primário interno:	-207 mil milhões

10. **Critério de desempenho relativo ao teto da variação do crédito bancário líquido ao Governo Central (CLG):** Este critério de desempenho mede o aumento (diminuição) do stock de todos os créditos concedidos ao Governo Central pelo BCSTP e pelas outras

sociedades de depósitos (OSD), menos todos os depósitos detidos pelo Governo Central no BCSTP e nas OSD, conforme reportados mensalmente pelo BCSTP ao corpo técnico do FMI. O saldo da Conta Nacional do Petróleo (CNP) não está incluído no crédito líquido ao Governo Central. Todas as contas expressas em moeda estrangeira serão convertidas em dobras à taxa de câmbio do programa. Como referência, no final de dezembro de 2015, o saldo do crédito bancário líquido ao Governo Central (excluindo a CNP) ascendia a -43,2 mil milhões de dobras, repartido da seguinte forma:

	Crédito do BCSTP, incluindo o uso de recursos do FMI:	246 mil milhões
<i>Menos:</i>	Depósitos do Governo no BCSTP (excluindo a CNP)	150,6 mil milhões
<i>D/q:</i>	Contas do Tesouro em dobras	11,4 mil milhões
	Contas do Tesouro em divisas	18,9 mil milhões
	Depósitos de contrapartida	<u>120,3 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i>	Crédito líquido concedido ao Governo pelo BCSTP	96 mil milhões
<i>Mais:</i>	Crédito das OSD ao Governo	8,6 mil milhões
<i>Menos:</i>	Depósitos do Governo nas OSD (incl. fundos de contrapartida)	<u>147,8 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i>	Crédito bancário líquido do Governo (excl. CNP)	43,2 mil milhões

11. Critério de desempenho relativo ao piso das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP. As RIL do BCSTP são definidas, para efeitos de monitorização do programa, como ativos externos transacionáveis de curto prazo (ou seja, vencimentos originais iguais ou inferiores a um ano) do BCSTP menos obrigações externas de curto prazo, incluindo obrigações em relação ao FMI. Todos os ativos externos de curto prazo que não sejam integralmente convertíveis, nem imediatamente disponíveis para e controlados pelo BCSTP (isto é, os ativos externos garantidos ou de outra forma onerados, incluindo, mas não se limitando, à conta geral HIPC em DSE, e os ativos utilizados como garantia ou caução a obrigações de terceiros) serão excluídos da definição das RIL. Qualquer título cujo valor de mercado no último dia do ano diferir em mais de 20% do seu valor de emissão nominal original será avaliado pelo seu valor corrente de mercado, conforme informação do Departamento de Mercados do BCSTP. O saldo: 1) da CNP no BCSTP, 2) dos depósitos bancários relacionados às exigências de capital ou licenciamento e 3) das reservas bancárias expressas em moeda estrangeira, não está incluído na definição do programa das RIL. Todos os valores serão convertidos para dólares dos Estados Unidos ao ponto médio efetivo das taxas de câmbio de mercado prevalecentes na data de análise. Como referência, no final de dezembro de 2015, as RIL ascendiam a 1.267,4 mil milhões de dobras, calculadas da seguinte forma:

	Reservas internacionais brutas:	1.633,9 mil milhões
<i>D/q:</i>	Numerário	23 mil milhões
	Depósitos à ordem	240,1 mil milhões
	Depósitos a prazo (incl. depósitos dos bancos em moeda estrangeira)	991,8 mil milhões
	Títulos exceto ações	346,3 mil milhões
<i>D/q:</i>	Obrigações do Tesouro Português	223,6 mil milhões
	Obrigações da Rede Ferroviária Nacional	122,7 mil milhões

	Títulos CDG garantidos por hipotecas	0 mil milhões
	Juros decorridos de títulos	23,1 mil milhões
	Posição de reserva no FMI	0 mil milhões
	Haveres em DSE	9,5 mil milhões
<i>Menos:</i>	Obrigações de curto prazo (incl. obrigações com o FMI)	100,3 mil milhões
<i>Menos:</i>	Reservas bancárias expressas em moeda estrangeira	266,2 mil milhões
<i>Menos:</i>	Depósitos bancários garantidos expressos em moeda estrangeira	<u>0 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i>	Reservas internacionais líquidas	1.267,4 mil milhões
<i>Mais:</i>	Outros ativos externos	379,2 mil milhões
<i>Menos:</i>	Obrigações de médio e longo prazo (incl. a afetação de DSE)	<u>220,7 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i>	Ativos externos líquidos	1.425,9 mil milhões
<i>Por memória:</i>	Conta Nacional do Petróleo (CNP)	230,1 mil milhões

12. **Critério de desempenho relativo ao teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo Governo Central ou pelo BCSTP.** Trata-se dum critério de desempenho contínuo que se refere à contratação ou garantia de nova dívida externa com qualquer vencimento (incluindo posições a descoberto mas excluindo o crédito normal à importação e a fornecedores) pelo Governo e/ou pelo BCSTP. Uma dívida é considerada não concessional caso inclua um elemento de donativo inferior a 35%. O elemento concessional ou de donativo é a diferença entre o valor nominal do empréstimo e o seu valor líquido atualizado, expresso como percentagem do valor nominal. O valor líquido atualizado da dívida no momento da sua contratação é calculado descontando-se os pagamentos do serviço da dívida no momento da sua contratação. A taxa de desconto aplicada para este efeito é de 5%. Em relação à linha de crédito preventiva de Portugal em apoio à paridade fixa da dobra em relação ao euro, os montantes por pagar nos primeiros três trimestres de determinado ano serão excluídos deste teto. No entanto, os montantes por pagar no final de determinado ano civil serão incluídos na avaliação do cumprimento deste critério de desempenho. Este critério de desempenho não se aplica aos instrumentos de crédito do FMI. A dívida em processo de reescalonamento e reestruturação está excluída deste teto. A dívida de médio e longo prazo será reportada pelo Departamento de Gestão da Dívida do Ministério das Finanças e da Administração Pública (consoante o caso) e pelo BCSTP, calculada em dólares dos Estados Unidos às taxas de câmbio prevalecentes. O Governo deverá consultar o corpo técnico do FMI antes da contratação ou garantia de novas obrigações de dívida de médio e longo prazo.

13. **Critério de desempenho relativo ao teto dos atrasados de pagamentos externos do Governo Central.** Trata-se dum critério de desempenho contínuo. Os atrasados de pagamentos externos do Governo Central são constituídos por obrigações do serviço da dívida externa (capital e juros) que não foram pagas no momento devido, conforme estabelecido no acordo contratual, sujeitas a qualquer período de carência aplicável. Este critério de desempenho não se aplica a atrasados resultantes do não pagamento do serviço da dívida para o qual tenha sido acordado um quadro de regularização ou para o qual o Governo esteja ativamente à procura dum acordo de reescalonamento.

METAS INDICATIVAS

14. **O teto relativo a novos atrasados internos do Governo Central** é definido como a diferença entre a despesa em base de compromissos e os pagamentos de caixa (montantes devidos há mais de 40 dias e não pagos).

15. **O teto relativo à base monetária em dobras** é definido como a soma da moeda emitida — que consiste em notas e moedas em poder do público e do numerário nos cofres-fortes — e das reservas bancárias em dobras. As reservas bancárias referem-se às reservas dos bancos comerciais (em dobras) detidas no Banco Central e incluem as reservas em excesso relativamente às reservas mínimas de caixa. Como referência, no final de dezembro de 2015, a base monetária em dobras ascendia a 1.295,7 mil milhões, calculada da seguinte forma:

Emissão de moeda:		315,3 mil milhões
<i>D/q:</i>	Numerário nos cofres-fortes	68,3 mil milhões
	Notas e moedas em poder do público	246,9 mil milhões
<i>Mais:</i>	Reservas bancárias expressas em dobras	980,4 mil milhões
Igual a:	Base monetária em dobras	1.295,7 mil milhões

16. Dentro da despesa primária interna, **o piso relativo às despesas a favor dos pobres** diz respeito aos gastos do Governo previstos no orçamento que têm efeito direto na redução da pobreza, como acordado com o corpo técnico do FMI e do Banco Mundial. Tais despesas, que incluem tanto gastos correntes como de capital, são definidas da seguinte forma:

- a. **Despesas correntes a favor dos pobres:** Abrangem as seguintes classificações funcionais e categorias de despesas (por código orçamental) descritas na matriz a seguir:

Code	Economic classification of current expenditure	Education	Health	Social Security and Assistance	Housing and Community Services	Culture and Sport	Fuel and Energy	Agriculture and Fisheries
310000	Personnel Expenses	x	x					
331210	Specialty Durable Goods	x	x					
331290	Other Durable Goods	x	x					
331120	Fuels and Lubricants ¹	x	x					
331130	Foodstuffs, Food ² and Accommodation	x	x					
331140	Specialized Current Consumable Materials (Specific to Each Sector)	x	x					
331190	Other Consumer Non Durable Goods	x	x					
332110	Water and Energy Services	x	x					
332120	Communication Services	x	x					
332130	Health services	x	x					
332220	Maintenance and Conservation Services	x	x					
353900	Other Miscellaneous Current Expenses	x	x	x				
352200	Transfers to non-profit institutions (private)		x	x				
352310	Retirement Pension and Veterans		x	x				
352320	Family Benefit		x	x				
352330	Scholarships	x						
352390	Other Current Transfers to Families		x	x				
353100	Unemployment Fund		x	x				
Code	Economic classification of capital expenditure							
411110	Feasibility Study and Technical Assistance	x	x	x	x	x	x	x
411120	Procurement and Construction of Real Estate	x	x	x	x	x	x	x
411200	Rehabilitation Works and Facilities	x	x	x	x	x	x	x
411300	Means and Equipments of Transportation	x	x	x	x	x	x	x
411400	Machinery and Equipment	x	x	x	x	x	x	x
411900	Other Fixed Capital Goods	x	x	x	x	x	x	x
412000	Stocks	x	x	x	x	x	x	x

Source: Diário da República de São Tomé e Príncipe No. 21 - May 7, 2008, pages 12-13.
¹ Expenditures on fuels and lubricants (combustíveis e lubrificantes) that are affected for administrative purposes are excluded. Likewise, food (alimentação) and clothing and shoes (roupas e calçados) supplied to administrative staff are excluded.

- b. **Despesas de capital a favor dos pobres financiadas pelo Tesouro:** Cobrem os projetos que se considere terem um impacto direto no alívio da pobreza nos seguintes sectores: educação, saúde, redes de apoio social, agricultura e pescas, desenvolvimento rural, juventude e desportos, abastecimento de água potável e eletrificação.

17. **O piso relativo às receitas fiscais** refere-se a receitas fiscais que incluem impostos diretos e indiretos, bem como a recuperação de impostos atrasados e esforços de arrecadação adicionais.

POR MEMÓRIA

18. **A nova dívida externa concessional com vencimento original superior a um ano contraída ou garantida pelo Governo Central ou pelo BCSTP** mede essa dívida com um elemento concessional mínimo de 35%.

19. **Os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa pelo Governo Central** são definidos como o serviço da dívida devido menos a acumulação de quaisquer novos atrasados de pagamentos externos, conforme definido no critério de desempenho relativo ao teto dos atrasados de pagamentos externos do Governo Central.

20. **O apoio externo oficial ao programa** é definido como donativos e empréstimos, incluindo apoio em espécie quando os produtos sejam vendidos pelo Governo e as receitas sejam consignadas a uma rubrica orçamental de despesa, e qualquer outro financiamento extraordinário fornecido por entidades estrangeiras oficiais e incorporado no orçamento.

21. **As despesas de capital custeadas pelo Tesouro** classificam-se como parte da despesa primária interna e cobrem projetos de investimento público que não sejam diretamente financiados por donativos para projetos nem empréstimos concessionais ou que tenham de ser parcialmente cofinanciados por recursos públicos. Incluem gastos em construções novas, reabilitação e manutenção. As despesas com ordenados e salários e aquisição de bens e serviços relacionadas com os projetos não serão classificadas como despesa de capital.

FATORES DE AJUSTAMENTO

22. **O critério de desempenho relativo ao saldo primário interno terá um fator de ajustamento.** O limite ao saldo primário será ajustado em alta se o Governo encontrar apoio orçamental e receitas de privatização em 2016 e 2017 para além do descrito no MPEF; este ajustamento será limitado a 70,3 mil milhões de dobras (cerca de 1% do PIB de 2015) em 2016 e 2017.²

² Os donativos e as despesas relacionadas com custos de realização de eleições serão excluídos dos cálculos do défice primário interno.

23. **Os critérios de desempenho relativos ao crédito bancário líquido do Governo Central e às reservas internacionais líquidas do Banco Central** serão ajustados em linha com os desvios aos montantes previstos no programa para as transferências a partir da CNP para o orçamento, o apoio externo oficial ao programa, os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e os atrasados internos desencadearão ajustamentos aos critérios de desempenho referidos acima. Esses desvios serão calculados cumulativamente a partir do final de dezembro de 2015 ou final de dezembro de 2016, conforme apropriado (MPEF, Anexo I, Tabela 3). Segue-se uma explicação desses ajustamentos:

- Ajustamentos aos tetos da variação do crédito bancário líquido ao Governo Central (CLG): As diferenças trimestrais entre os montantes efetivos e projetados no recebimento das transferências da CNP para o orçamento, no apoio externo oficial ao programa, nos pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e nos atrasados internos serão convertidas em dobras à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de dezembro de 2015 ou do final de dezembro de 2016, conforme for apropriado, à data de análise. Os tetos serão ajustados em baixa (em alta) pelo valor dos desvios acumulados em baixa (em alta) entre os pagamentos líquidos efetivos e projetados do serviço da dívida externa, e pelo valor dos desvios em alta (em baixa) nas transferências da CNP, no apoio externo oficial ao programa e nos atrasados internos. A aplicação combinada de todos os fatores de ajustamento, em qualquer data de análise, é limitada ao equivalente a USD 3 milhões à taxa de câmbio do programa.
- Ajustamentos ao piso das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP: As diferenças trimestrais entre os recebimentos efetivos e projetados das transferências da CNP para o orçamento, o apoio externo oficial ao programa, os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e os atrasados internos, em dobras, serão convertidas em dólares dos Estados Unidos à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de dezembro de 2015 ou do final de dezembro de 2016, conforme for apropriado, à data de teste. Os pisos serão ajustados em alta (em baixa) pelo valor dos desvios acumulados em baixa (em alta) entre os valores efetivos e projetados dos pagamentos do serviço da dívida externa do Governo Central, e pelo valor dos desvios em alta (em baixa) nas transferências da CNP para o orçamento, no apoio externo oficial ao programa e nos atrasados internos. A aplicação combinada de todos os fatores de ajustamento, em qualquer data de análise, é limitada de modo a que o piso ajustado não seja inferior a USD50 milhões em 2016 e a USD52 milhões em 2017.

REPORTE DE DADOS

24. A informação seguinte será fornecida ao corpo técnico do FMI para efeitos de monitorização do programa.

- 1) **Dados orçamentais:** As Direções do Tesouro e do Orçamento do Ministério das Finanças e da Administração Pública fornecerão a seguinte informação ao corpo técnico do FMI, no prazo de seis semanas após o final de cada mês ou trimestre, com

exceção do programa de investimento público (PIP), cujos dados serão fornecidos no prazo de três meses após o final de cada trimestre:

- Dados mensais sobre as operações do Governo Central em termos de receitas, despesas e financiamento, incluindo uma descrição pormenorizada dos recursos líquidos consignados, em base de compromissos e de caixa;
- Dados mensais sobre o crédito líquido ao Governo pelo BCSTP, registados conta por conta, num formato compatível com as contas monetárias do BCSTP;
- Dados mensais pormenorizados sobre receitas fiscais e não fiscais;
- Dados mensais pormenorizados sobre a despesa de capital com financiamento interno em base de compromissos e de caixa;
- Dados mensais sobre atrasados internos por tipo e credor;
- Dados trimestrais sobre atrasados implícitos com a ENCO por conta dos preços dos combustíveis no retalho não abrangendo, consequentemente, custos de importação, margens de distribuição e impostos aplicáveis;
- Dados trimestrais sobre os atrasados da EMAE com a ENCO;
- Dados mensais sobre o apoio externo oficial ao programa (não relacionado a projetos);
- Dados trimestrais sobre a execução do programa de investimento público (PIP), por projeto e fontes de financiamento;
- Dados trimestrais sobre a execução das despesas de capital financiadas pelo Tesouro, por tipo de projeto, montante, cronograma de execução e progressos na execução;
- Dados trimestrais sobre donativos para projetos e desembolsos de empréstimos (HIPC e não HIPC);
- Dados trimestrais sobre alívio da dívida bilateral no âmbito da HIPC;
- Estruturas de preços de petróleo pendentes mais recentes e apresentação de novas estruturas de preços (no prazo de uma semana depois de estarem disponíveis).

- 2) **Dados monetários:** O BCSTP fornecerá ao corpo técnico do FMI, no prazo de três semanas após o final de cada mês, as suas contas monetárias. Serão fornecidos outros dados monetários no prazo de seis semanas após o final de cada mês, no caso de dados mensais; no prazo de dois meses após o final de cada trimestre, no caso de dados trimestrais, e no prazo de dois meses após o final de cada ano, para os dados anuais. O BCSTP fornecerá a seguinte informação ao corpo técnico do FMI:

- Dados diários sobre taxas de câmbio, a serem publicados no sítio web do BCSTP;
 - Dados diários sobre taxas de juro, a serem publicados no sítio web do BCSTP;
 - Tabela diária de gestão da liquidez, incluindo base monetária em dobras e moeda em circulação, a ser publicada no sítio web do BCSTP;
 - Posição diária de reservas internacionais líquidas, a ser publicada no sítio web do BCSTP;
 - Dados mensais do balanço do BCSTP (no formulário 1SR do FMI, com as rubricas por memória solicitadas);
 - Dados mensais do balanço consolidado das outras sociedades de depósitos (no formulário 2SR do FMI);
 - Dados mensais consolidados da síntese das sociedades de depósitos (no formulário de inquérito 3SG do FMI);
 - Orçamento cambial mensal do Banco Central;
 - Mapa trimestral dos rácios prudenciais dos bancos e indicadores de solidez financeira;
 - Dados trimestrais sobre a posição financeira do BCSTP (demonstração de resultados, défice, execução orçamental, etc.).
- 3) **Dados da dívida externa:** A Direção do Tesouro do Ministério das Finanças e da Administração Pública fornecerá ao corpo técnico do FMI, no prazo de dois meses após o final de cada mês, a seguinte informação:
- Dados mensais sobre amortização e juros da dívida externa, por credor: montante pago, programado e sujeito a alívio da dívida ou reescalonado;
 - Dados trimestrais sobre desembolsos de projetos com financiamento externo e empréstimos de apoio ao programa;
 - Dados em base anual sobre os planos de endividamento futuro.
- 4) **Contas nacionais e estatísticas comerciais:** Os dados seguintes serão fornecidos ao corpo técnico do FMI:
- Dados mensais do índice de preços no consumidor, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, no prazo de um mês após o final de cada mês;
 - Dados mensais sobre importações (valor das importações, impostos cobrados sobre importações e atrasados) e valores das exportações de matérias-primas,

fornecidos pela Direção das Alfândegas do Ministério das Finanças e da Administração Pública, no prazo de dois meses após o final de cada mês;

- Dados mensais sobre os carregamentos e consumo de petróleo (volume e preços CIF, por produto), fornecidos pela Direção das Alfândegas.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

20 de maio de 2016

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2016 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, PRIMEIRA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO E PEDIDO DE DISPENSA PELA NÃO OBSERVÂNCIA DE CRITÉRIO DE DESEMPENHO E MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO — ANEXO INFORMATIVO

Elaborado por:

Departamento de África
(Em consulta com outros departamentos)

ÍNDICE

RELAÇÕES COM O FMI	2
RELAÇÕES COM O GRUPO BANCO MUNDIAL	7
RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO	9
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	11

RELAÇÕES COM O FMI

(Em 31 de março de 2016)

Admissão e Regime de Consultas

Admitido em 30 de setembro de 1977; Artigo XIV

Conta de Recursos Gerais:	Milhões de DSE	% da quota
Quota	14,80	100,00
Haveres do FMI na moeda do país (taxa de câmbio)	14,80	100,02
Posição na tranche de reservas	1,85	12,50

Departamento de DSE:	Milhões de DSE	% da alocação
Alocação acumulada líquida	7,10	100,00
Haveres	0,31	4,41

Saldo de compras e empréstimos:	Milhões de DSE	% da quota
Acordos ECF	2,90	19,57

Acordos financeiros mais recentes:

Tipo	Data de aprovação	Data de vencimento	Montante aprovado (Milhões de DSE)	Montante sacado (Milhões de DSE)
ECF ¹	13/07/2015	12/07/2018	4,44	0,63
ECF ¹	20/07/2012	19/07/2015	2,59	1,11
ECF ¹	02/03/2009	01/03/2012	2,59	0,74

¹ Antigo PRGF.

Projeção dos pagamentos ao FMI 2/

(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):

	Próximos				
	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>
Capital	0,29	0,44	0,39	0,33	0,26
Comissões/juros	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01
Total	0,29	0,45	0,39	0,34	0,27

^{1/} Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

Implementação da Iniciativa HIPC:

	Quadro reforçado
Compromissos da assistência HIPC	
Data do ponto de decisão	Dezembro de 2000
Assistência comprometida por todos os credores (milhões de USD) ¹	124,30
<i>Da qual:</i> assistência do FMI (milhões de USD)	1,24
(equivalente em milhões de DSE)	0,82
Data do ponto de conclusão	Março de 2007
Desembolso da assistência do FMI (milhões de DSE)	
Assistência prestada ao país membro	0,82
Assistência intercalar	...
Saldo no ponto de conclusão	0,82
Desembolso adicional do rendimento de juros ²	0,04
Total dos desembolsos	0,87

¹ A assistência comprometida ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor atual líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência comprometida ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão; por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

² No âmbito do quadro reforçado, é efetuado um desembolso adicional correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante da assistência HIPC comprometida mas não desembolsada.

Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):

Dívida habilitada à MDRI (milhões de DSE) ^{1/}	1,43
Financiada por: Fundo MDRI	1,05
Recursos HIPC remanescentes	0,38

Alívio da dívida por tipo de facilidade (milhões de DSE)

Data da prestação	Dívida habilitada		
	GRA	PRGT	Total
Dezembro de 2007	N/A	0,38	0,38
Março de 2007	N/A	1,05	1,05

¹ A MDRI proporciona 100% de alívio da dívida aos países membros habilitados que se qualificam para tal assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do stock da dívida com o FMI no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.

Avaliações das salvaguardas:

A atualização recente da avaliação das salvaguardas constatou que existem graves restrições de capacidade que contribuiram para um fraco ambiente de salvaguardas no BCSTP. Em especial, as salvaguardas relativas à supervisão independente dos mecanismos de auditoria, relatórios financeiros e controlos carecem de reforço. Para além disso, o quadro jurídico do BCSTP precisa de ser revisto, visando ao seu alinhamento com as melhores práticas para bancos centrais. Embora os exames de auditoria externa conduzidos por uma firma de auditoria de renome continuem a servir como um mecanismo essencial de salvaguarda, será preciso dar continuidade ao desenvolvimento institucional para reforçar as capacidades e fortalecer o quadro de salvaguardas. Ademais, o aprimoramento dos controlos exige um maior envolvimento do Conselho de Auditoria, após uma revisão do seu papel e responsabilidades.

Regime cambial:

O regime cambial *de jure* e *de facto* é classificado como paridade fixa convencional ao euro. Desde janeiro de 2010, São Tomé e Príncipe indexou a dobra ao euro, à taxa de Db 24.500 por euro. A lei orgânica do BCSTP autoriza o banco a tomar decisões relativamente à política cambial. A comissão sobre a venda de divisas não pode ser superior a 2% no caso do euro e 4% no caso das outras moedas. As compras de euros devem ser efetuadas à taxa publicada pelo BCSTP e não é permitida a cobrança de comissões. A taxa oficial cruzada entre o euro e o dólar baseia-se na taxa de referência do Banco Central Europeu (BCE) no dia anterior. O BCSTP financia transações internacionais correntes à taxa de câmbio oficial somente após a verificação da documentação que comprova a boa-fé do pedido da instituição bancária. O acesso às divisas é restrito às instituições que apresentam uma posição líquida na moeda de transação não superior a 12% dos fundos próprios e uma posição líquida em divisas não superior a 25% dos fundos próprios, e que estejam em conformidade com os regulamentos do banco central sobre liquidez bancária e adequação dos fundos próprios. As instituições financeiras terão acesso às facilidades do banco central independentemente das condições acima referidas caso as divisas sejam utilizadas na importação de bens e serviços em períodos de crise ou na importação de combustíveis. Os bancos comerciais que cumprirem esses requisitos podem comprar divisas diretamente ao banco central, que pode cobrar uma comissão de até 1,5% sobre as vendas de euros e de até 0,5% sobre as compras de euros. A taxa de compra é meramente indicativa, pois o BCSTP raramente efetua compras. O atual regime cambial eliminou efetivamente a prática de taxas de câmbio múltiplas relacionada à existência de diversos mercados cambiais com diferentes taxas de câmbio para operações à vista que vigorava nos anos anteriores.

São Tomé e Príncipe continua a se valer do regime transitório previsto no Artigo XIV, mas não mantém restrições nos termos do referido artigo. Contudo, o país mantém uma medida sujeita à aprovação do FMI nos termos do Artigo VIII: uma restrição cambial decorrente dos limites à transferência dos lucros líquidos de investimentos, nos termos do Artigo 3(i) e do Artigo 10.1(b) do Código de Investimento (Lei nº 7/2008). A restrição resulta da exigência que condiciona a transferência desses lucros ao pagamento de impostos e outras obrigações devidas ao Estado, uma vez que a exigência se estende ao pagamento de impostos e outras obrigações que não têm relação com os lucros líquidos exportáveis.

Consulta ao abrigo do Artigo IV:

O Conselho de Administração concluiu as últimas consultas com São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV em 13 de dezembro de 2013.

Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), Relatórios Sobre a Observância de Normas e Códigos (ROSC) e Avaliações dos Centros Financeiros Offshore (OFC):

Nenhum.

Representante residente:

Desde outubro de 2006 o FMI não tem um representante residente em São Tomé e Príncipe.

Assistência técnica:

Data da prestação	Departamento/finalidade
Março de 2016	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Novembro de 2015	Missão do STA sobre estatísticas das contas nacionais
Novembro de 2015	Missão do FAD sobre mecanismo de ajuste automático do preço dos combustíveis
Setembro de 2015	
Julho de 2015	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Junho de 2015	Missão do FAD sobre administração fiscal
Abril de 2015	Missão do STA sobre balança de pagamentos e PII
	Missão do FAD sobre cenários de médio prazo
Março de 2015	Missão do FAD sobre administração fiscal
Março de 2015	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Novembro de 2014	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Setembro de 2014	Missão do STA sobre estatísticas das contas nacionais
Setembro de 2014	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Abril de 2014	Missão do STA sobre balança de pagamentos e PII
Abril de 2014	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Março de 2014	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Fevereiro de 2014	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Dezembro de 2013	Visita de curto prazo de um perito do FAD em contabilidade pública
Novembro de 2013	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Agosto de 2013	Missão do FAD sobre administração da receita
Agosto de 2013	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Junho de 2013	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Março de 2013	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Janeiro de 2013	Missão do MCM sobre gestão de liquidez

Data da prestação	Departamento/finalidade
Janeiro de 2013	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Novembro de 2012	Missão do FAD sobre cenário fiscal de médio prazo
Novembro de 2012	Missão do FIN sobre avaliação das salvaguardas
Novembro de 2012	Missão de seguimento do LEG sobre CBC/FT
Outubro de 2012	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Outubro de 2012	Missão de diagnóstico do FAD sobre as alfândegas
Outubro de 2012	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Setembro de 2012	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Julho de 2012	Missão de diagnóstico do LEG sobre CBC/FT
Abril de 2012	Missão do FAD sobre administração da receita
Março de 2012	Missão do FAD sobre gestão financeira pública
Março de 2012	Missão do STA sobre a balança de pagamentos
Fevereiro de 2012	Missão de diagnóstico do LEG sobre CBC/FT
Fevereiro de 2012	Missão do FAD sobre implementação do SAFE-e
Janeiro de 2012	Missão de diagnóstico do FAD sobre administração fiscal
Novembro de 2011	Missão do MCM sobre avaliação das necessidades de AT
Novembro de 2011	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Novembro de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Outubro de 2011	Missão do FAD sobre gestão financeira pública
Agosto de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Junho de 2011	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Junho de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Fevereiro de 2011	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Janeiro de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Setembro de 2010	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Agosto/setembro 2010	Missão do STA sobre estatísticas monetárias e financeiras
Dezembro de 2009	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Agosto de 2009	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Junho de 2009	Missão do FIN sobre avaliação das salvaguardas
Maio 2009	Missão do FAD sobre gestão financeira pública

RELAÇÕES COM O GRUPO BANCO MUNDIAL

Plano Executivo de Ação Conjunta (JMAP) para São Tomé e Príncipe

(Em abril de 2016)

1. As equipas do FMI e do Banco Mundial para São Tomé e Príncipe mantêm reuniões regulares para discutir os seus respetivos programas de trabalho e as reformas estruturais macrocríticas para o país. As equipas de ambas as instituições reuniram-se no contexto dos preparativos para o atual programa ECF para discutir as políticas e o financiamento durante a vigência do programa, entre 2015 e 2018, bem como as perspetivas acerca de um plano de desenvolvimento do setor financeiro (uma iniciativa do Banco Mundial).
2. O programa de trabalho do Banco Mundial é norteado por uma Estratégia de Assistência ao País (CAS) para os exercícios de 2014 a 2018, aprovada em 2014, a qual incide sobre o apoio ao crescimento e à criação de empregos através de dois temas amplos: estabilidade macroeconómica e competitividade nacional, e redução da vulnerabilidade e desenvolvimento da capacidade humana. As questões de género, parcerias e capacitação atravessam todas as áreas propostas de atuação. Um relatório de Avaliação do Desempenho e da Gestão da Dívida (DeMPA) foi concluído em outubro de 2011, e um plano de reformas para aperfeiçoar a gestão da dívida, em complemento ao DeMPA, foi concluído em março de 2012. O Banco sugeriu ao governo que formulasse um pedido oficial de uma missão de seguimento do DeMPA.
3. O programa de trabalho do FMI prevê a discussão no Conselho de Administração da segunda avaliação do acordo trienal ao abrigo da ECF, juntamente com as consultas de 2013 ao abrigo do Artigo IV; uma visita do corpo técnico em fevereiro de 2015, uma missão em abril de 2015 para negociar um novo programa apoiado pela ECF e a assistência em matéria de capacitação nas áreas de gestão financeira pública, administração da receita, estatísticas, gestão de liquidez monetária e supervisão bancária.
4. O Banco e o Fundo estão a prestar apoios complementares para ajudar São Tomé e Príncipe a fortalecer a gestão financeira pública e fazer progressos rumo à sustentabilidade da dívida. No que respeita a esta última, as equipas do FMI e do Banco Mundial elaboraram em conjunto uma atualização da análise de sustentabilidade da dívida (ASD) em 2014, e uma nova atualização foi concluída recentemente para acompanhar o pedido de um novo programa apoiado pela ECF.

Programa de trabalho para o período 2016–17			
<i>Título</i>	<i>Produtos</i>	<i>Datas provisórias das missões</i>	<i>Data prevista de conclusão</i>
A. Informação mútua sobre programas de trabalho pertinentes			
Programa de trabalho do Banco Mundial nos próximos 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de recuperação do setor energético de STP • Série programática da ODP para STP • Adaptação às Mudanças Climáticas – Financiamento Adicional • ITIE • Apoio ao setor financeiro para a supervisão bancária • Apoio Sul-Sul para a promoção do investimento 	N.D. Junho de 2016 N.D. N.D. N.D. N.D.	EF2016 EF2017 EF2017 EF2017 EF2017
Programa de trabalho do FMI nos próximos 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> • Primeira avaliação do acordo ECF e Artigo IV • Segunda avaliação do acordo ECF • Assistência técnica do FAD: <ul style="list-style-type: none"> ○ Política fiscal (IVA) ○ GFP • MCM: <ul style="list-style-type: none"> ○ Planeamento de emergências e gestão de crises ○ Supervisão bancária 	Março de 2016 Setembro de 2016 Setembro de 2015 Abril de 2016 Novembro de 2016	Junho de 2016 Novembro de 2016
B. Pedido de contributos para o programa de trabalho			
Pedido do FMI ao BM	<ul style="list-style-type: none"> • Informação sobre as operações do Banco em apoio ao orçamento e o calendário de desembolsos 	Em apoio ao programa orçamental de 2016-17	Outubro de 2016
Pedido do BM ao FMI	<ul style="list-style-type: none"> • Colaboração no fornecimento de um conjunto completo de mapas e quadros macroeconómicos 		Em curso

RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

(Em maio de 2016)

5. São Tomé e Príncipe tornou-se membro do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) em 1976. Até à data, o BAfD financiou 40 operações no país. Este total abrange 30 projetos, alguns deles de apoio institucional, e 10 estudos, para um total de compromissos líquidos de UC 134 milhões no âmbito do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAfD) (98,9%), bem como uma operação especial de apoio de UC 1 milhão no âmbito do Nigeria Trust Fund (NTF). A grande maioria dessas operações (94%) foi financiada através de empréstimos, e os restantes 6% através de donativos.

6. Em 31 de maio de 2016, a carteira do BAfD abrangia seis projetos ativos, para um total de compromissos de UC 26,2 milhões, nomeadamente: os projetos de reabilitação das infraestruturas para a segurança alimentar (PRIASA I e PRIASA II); o projeto de gestão das finanças públicas (PAGEF); o estudo do mecanismo nacional de planificação; o estudo sobre o programa de abastecimento de água e saneamento rural; o projeto de facilitação do comércio (segunda fase do SYDONIA); (Tabela 1). A carteira atual é relativamente nova, com projetos de idade média de 3 anos em comparação aos 5,4 anos registados em 2011. Tal melhoria refere-se sobretudo aos novos projetos aprovados no primeiro trimestre de 2013 e em 2015. A taxa média de desembolso da carteira é de 25,8%, inferior aos 29,3% reportados na mais recente avaliação, conduzida em 2014. Em termos de distribuição setorial, destaca-se a participação expressiva da agricultura, que responde por 71% do valor total da carteira, seguida pelos projetos plurissetoriais (26%) e de água e saneamento (3%). Não há projetos multinacionais ou do setor privado em curso.

7. O atual envolvimento do BAfD em STP é regido pelo documento de estratégia nacional (CSP) de 2012–16, aprovado em julho de 2012. O principal objetivo do CSP é preparar as autoridades para a nova era de produção de petróleo e os desafios e riscos que ela representa para o desenvolvimento socioeconómico do país. Uma avaliação intercalar da estratégia foi concluída em 2014. Durante o processo de análise, o BAfD e o governo concordaram em acrescentar um segundo pilar à estratégia, de modo a atender às necessidades do país em termos de desenvolvimento. Por conseguinte, a estratégia do BAfD incide sobre o **Pilar I** – Reforço da Governação, e o **Pilar II** – Promoção da Infraestrutura Agrícola. Ambos os pilares são coerentes com as prioridades das autoridades, bem como com as prioridades do BAfD tal como descritas na estratégia de 2013–2022 para o continente. Mais especificamente, a estratégia busca melhorar a capacidade das principais instituições da administração pública, inclusivamente no que respeita ao desenvolvimento dos recursos humanos, sistemas nacionais e quadros jurídicos e regulamentares de importância estratégica, até ao início da era do petróleo. Para além disso, ajudará a abordar as questões da segurança alimentar, criação de empregos, transformação dos produtos locais e cadeias internacionais de valor.

8. Como parte da sua estratégia e dos seus produtos do conhecimento, o BAfD pretende também desenvolver os seguintes trabalhos económicos e setoriais: i) estudo da transformação agrícola; ii) estudo do mecanismo nacional de planificação; e iii) estudo sobre o credenciamento do Centro de Investigação Agrícola e Tecnológica (CIAT). Para além disso, o BAfD concluiu também a estratégia para o setor privado de STP em 2015–2024. São Tomé e Príncipe alcançou os pontos de decisão e de conclusão da Iniciativa HIPC para os países pobres muito endividados em 2000 e 2007, respetivamente. Na sequência, o país qualificou-se para a MDRI, e o serviço da dívida no âmbito desta iniciativa foi estimado em USD 99,56 milhões. A assistência total do BAfD no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI ascendeu a USD187,92 milhões em alívio da dívida. No final de dezembro de 2008, o BAfD forneceu alívio de USD13,33 milhões no âmbito da HIPC e USD 99 milhões no âmbito da MDRI.

Tabela 1. Projetos em curso do BAfD (Milhões de UC)

Título dos projetos	Facilidade	Compromisso	Taxa de desembolso (%)
PRIASA I	Donativo FAfD	5,0	90,8
PRIASA II	Empréstimo do FAfD	14,04	0
Estudo sobre o programa de abastecimento de água e saneamento	Fundo RWSSI	0,7	45,1
PAGEF	Donativos FAfD + FSF	7	29,3
Mecanismo nacional de planificação	Empréstimo do FAfD	2	NA
Projeto de Facilitação do Comércio	Fundo Fiduciário	0,355	NA
Total		28,6	24 (média)

QUESTÕES ESTATÍSTICAS

(Em abril de 2016)

I. Avaliação da suficiência de dados para fins de supervisão

Geral: Os dados económicos são apropriados na generalidade para fins de supervisão. Ao mesmo tempo, os graves estrangulamentos em termos de recursos financeiros, humanos e tecnológicos atrasaram os avanços para o fortalecimento do sistema estatístico.

Contas nacionais: As estatísticas sobre o PIB/PNB são compiladas em base anual e fornecidas aquando das consultas do Artigo IV e das missões de avaliação dos programas. A fragilidade dos dados de base afeta a qualidade das estimativas das contas nacionais. Uma missão de assistência técnica está programada para o início do EF 2017 para continuar a ajudar a: i) mudar o ano de base da série do PIB para 2008; ii) auxiliar as autoridades a melhorar as estimativas rápidas do PIB com base em indicadores de alta frequência; iii) migrar a série do PIB para uma plataforma estatística aperfeiçoada que melhor capture a informação de inquéritos e do mercado e que inclua estimativas sobre o setor informal.

A série atual do PIB (ano base 2001) foi publicada em meados de 2011. Em comparação à série anterior, a série revista reflete com maior exatidão os desenvolvimentos económicos recentes. Ainda que a revisão da série do PIB represente uma melhoria significativa, ainda há várias deficiências. Novas melhorias dependerão dos dados do inquérito ao orçamento familiar concluído recentemente (e não do inquérito às condições de vida), utilizando preços no produtor, e de melhores estimativas da produção agrícola.

Estatísticas de preços no consumidor: A partir de janeiro de 2016, o INE começou a divulgar um novo IPC (base 100 = 2014). Com a assistência do AFRISTAT, o cabaz de produtos foi alterado e as ponderações foram atualizadas, utilizando os resultados de um inquérito ao orçamento familiar realizado em 2010. Devido às limitações financeiras, o novo IPC abrange apenas a capital do país.

Estatísticas das finanças públicas: Dados detalhados sobre as receitas e despesas são compilados e transmitidos ao AFR. As principais áreas que carecem de reforço são: i) monitorização das despesas com projetos financiados por doadores e ii) operações de financiamento. Todos os empréstimos a projetos financiados por doadores estão inscritos no orçamento, mas alguns são executados de forma independente. O governo solicitou a ajuda dos parceiros de desenvolvimento para inscrever todos os financiamentos externos no orçamento. A expectativa é que o registo das operações de financiamento e dos stocks seja aperfeiçoado em consequência do reforço da capacidade de gestão da dívida.

As contas públicas de 2010 foram finalizadas e apresentadas ao Tribunal de Contas em junho de 2013 (a primeira vez em mais de duas décadas que as contas do governo foram elaboradas e submetidas ao TC). As autoridades estão a trabalhar nas contas públicas de 2011 e 2012, mas a elaboração destas usando o módulo de contabilidade do SAFE-e está a consumir mais tempo do que inicialmente previsto, o que ressalta a necessidade de mais assistência técnica e capacitação nessa área.

A missão de estatísticas de finanças públicas (EFP) de outubro de 2004 auxiliou o Ministério das Finanças a compilar e disseminar EFP do governo geral segundo as diretrizes do *GFSM 2001 (Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2001)*. A missão preparou quadros de transição entre a classificação nacional do orçamento e as classificações segundo o *GFSM 2001*; tais quadros serão utilizados para compilar as EFP que serão reportadas ao STA e ao AFR, bem como para informar as decisões do Ministério das Finanças. A missão examinou também a classificação das receitas do petróleo nos termos da Lei de Gestão da Receita Petrolífera e fez recomendações sobre a classificação dessas transações. Uma missão de seguimento, em setembro de 2007, verificou que houve alguns progressos em relação às recomendações da missão de 2004. Em especial, em janeiro de 2007 foi aprovada uma nova lei do orçamento que promoveu melhorias significativas nas classificações nacionais do orçamento. Mais recentemente, as autoridades empreenderam uma revisão de todas as demonstrações financeiras das operações do governo entre 2010 e 2014, e espera-se que as séries das EFP estejam alinhadas até julho. Apesar desses esforços, a tentativa de acelerar os progressos estatísticos esbarra na ausência de um sistema contábilístico apropriado. Missões sucessivas do FAD visando a melhoria da contabilidade pública começaram a tratar dessa questão.

Estatísticas monetárias e financeiras: Missões do STA prestaram assistência técnica em estatísticas monetárias em dezembro de 2004, abril/maio de 2006, junho de 2007 e setembro de 2010, em resultado das quais melhorou-se a exatidão e oportunidade dos dados monetários transmitidos no formulário padrão de reporte de dados (SRF) relativamente ao banco central e às outras sociedades de depósitos (OSD). O BCSTP transmitia regularmente dados mensais ao STA sobre o banco central e as OSD, mas interrompeu a transmissão de dados desde fevereiro de 2015, a despeito das repetidas solicitações do STA para que tornasse a fazê-lo.

Os balancetes mensais do BCSTP são, na generalidade, apropriados para a compilação de estatísticas monetárias em conformidade com o *MFSM (Manual de Estatísticas Monetárias e Financeiras)*.

Um novo plano de contas para as OSD foi introduzido em janeiro de 2010. A missão de setembro de 2010 examinou este novo plano de contas para o sistema financeiro e considerou-o apropriado para a correta classificação, setorização e avaliação dos instrumentos financeiros, e compatível com a metodologia do *MFSM*. Contudo, a missão constatou graves deficiências na informação reportada por alguns bancos e incoerências na abordagem adotada pelos bancos no reporte de dados ao BCSTP. Seguindo as recomendações da missão, o BCSTP se empenhou em corrigir esses problemas. O banco central começou a recolher dados das companhias de seguros que iniciaram as suas atividades nos últimos anos. O volume de ativos das companhias de seguros ainda é pequeno demais para justificar a inclusão destas nas estatísticas monetárias.

O banco central produz um quadro trimestral de indicadores de solidez financeira (ISF). Missões de assistência técnica do MCM na área de supervisão bancária ajudaram a alargar a cobertura de tal quadro e melhorar a qualidade dos dados. A compilação dessas informações adicionais permitiria ao país começar a realizar exercícios de testes de stress no futuro próximo. O STA entrou em contato com o BCSTP para solicitar o envio regular de dados dos ISF segundo a metodologia do *FSI*

Compilation Guide para que tais dados fossem publicados na página do FMI na Internet: após um primeiro contato inicial, o BCSTP deixou de responder às solicitações do STA.

Estatísticas do setor externo: O BCSTP compila estatísticas trimestrais sobre a balança de pagamentos que são coerentes com as orientações da sexta edição do *Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional (BPM6)*, que foi adotado em 2014. Durante uma missão de AT, em junho de 2015, foram apresentados ao STA dados trimestrais da PII segundo o *BPM6* (referentes a dezembro de 2014 e março de 2015). Desde então, porém, o BCSTP não apresentou qualquer dado adicional sobre a PII. O BCSTP deve compilar e apresentar dados trimestrais da PII para os períodos subsequentes, em conformidade com os dados da balança de pagamentos. O BCSTP começou recentemente a realizar inquéritos trimestrais para recolher dados da balança de pagamentos e da PII junto ao setor privado e melhorar a abrangência das estatísticas do setor externo (ESE). Contudo, é preciso melhorar as taxas de resposta dos inquéritos dirigidos ao setor privado não financeiro e ao setor do petróleo, e esses dados deve ser cuidadosamente validados antes de serem incorporados às ESE, para garantir a exatidão dos dados divulgados. Os números relativos aos erros e omissões líquidos de 2014 ainda são muito elevados.

A missão de junho de 2015 recomendou melhorias na coordenação e na partilha de dados entre os órgãos produtores de dados, o reforço do pessoal do BCSTP dedicado à compilação e à recolha de ESE e discussões com a Autoridade de Desenvolvimento Conjunto sobre a definição de mecanismos para o recebimento de dados regulares sobre os contratos de partilha de produção. A Agência Nacional do Petróleo iniciou a transmissão regular de dados.

As autoridades deram continuidade aos esforços anteriores para fortalecer a gestão de dados da dívida, e uma nova unidade foi criada no final de 2003 no Ministério das Finanças para este fim. O sistema de registo e gestão da dívida do Secretariado da Commonwealth está a ser posto em operação.

II. Normas e Qualidade dos Dados

São Tomé e Príncipe participava do Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS) do FMI desde 20 de abril de 2004, e participa atualmente do eGDDS, a iniciativa de divulgação de dados que o sucedeu.

República Democrática de São Tomé e Príncipe: Principais indicadores necessários para a supervisão
(em 30 de abril de 2016)

	Data da última observação	Data de recebimento	Frequência dos dados ⁶	Frequência da declaração	Frequência da publicação
Taxas de câmbio	Abril 2016	Abril 2016	D	D	D
Ativos e passivos de reserva internacionais da autoridade monetária ¹	Março 2016	Abril 2016	D	D	D
Posição de Investimento Internacional	Março 2015	Junho 2015	T	T	T
Reservas/base monetária	Março 2016	Abril 2016	D	D	D
Massa monetária	Março 2016	Abril 2016	M	M	M
Balanço do banco central	Março 2016	Abril 2016	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Março 2016	Abril 2016	M	M	M
Taxas de juro ²	Março 2016	Abril 2016	M	M	M
Índice de Preços no Consumidor	Março 2016	Abril 2016	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo geral ⁴	Março 2016	Abril 2016	T	T	T
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo central	Março 2016	Abril 2016	T	T	T
Stocks da dívida contraída ou garantida pelo governo central ⁵	Março 2016	Abril 2016	T	I	T
Saldo da conta corrente externa	Março 2016	Abril 2016	A	I	A
Exportações e importações de mercadorias	Março 2016	Abril 2016	M	M	A
PIB/PNB	2013	Março 2016	A	I	A
Dívida externa bruta	Março 2016	Março 2016	T	I	A

¹ Inclui os ativos de reserva dados em garantia ou penhorados, bem como as posições derivadas líquidas.

² Taxa de referência do banco central.

³ Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

⁴ O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extraorçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.

⁵ Composição por moeda e por vencimento.

⁶ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

20 de maio de 2016

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2016 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, PRIMEIRA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO E PEDIDO DE DISPENSA PELA NÃO OBSERVÂNCIA DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO E MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO — ATUALIZAÇÃO DA ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA¹

Aprovado por

David Owen e Masato Miyazaki (FMI) e John Panzer (AID)

Elaborado por:

Corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional e da Associação Internacional de Desenvolvimento, em colaboração com as autoridades de São Tomé e Príncipe.

Risco de sobre-endividamento externo:	ALTO
Aumentado por riscos significativos decorrentes de dívida pública interna e/ou dívida externa privada?	NÃO

A atualização da análise baseada no quadro conjunto de sustentabilidade da dívida (QSD) de países de baixo rendimento do FMI-Banco Mundial mostra que São Tomé e Príncipe apresenta um alto risco de sobre-endividamento. A avaliação do alto risco de sobre-endividamento mantém-se inalterada face à análise de sustentabilidade da dívida (ASD) anterior. Esta atualização reflete USD 14 milhões de novos empréstimos planeados em 2016, dados e previsões económicos recentes, incluindo resultados do stock da dívida ligeiramente inferiores ao originalmente projetado para o final de 2015. Projeta-se que os rácios da dívida sigam aproximadamente as mesmas trajetórias da ASD anterior. Os riscos permanecem administráveis no médio prazo caso as autoridades consigam avançar com o ajustamento orçamental previsto de 1,5% do PIB ao longo de 2016–18, e se se mantiverem comprometidas a utilizar principalmente donativos e empréstimos concessionais para financiar o programa de investimento público a partir de 2016.

¹ A atualização da ASD foi elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial em colaboração com as autoridades de São Tomé e Príncipe. A análise atualiza a anterior ASD conjunta, datada de 24 de junho de 2015 (Relatório do FMI n.º 15/196, Suplemento 2). A ASD observa os princípios da nota de orientação conjunta para a aplicação do quadro de sustentabilidade da dívida de países de baixo rendimento, de 5 de novembro de 2013 (*Staff Guidance Note on the Application of the Joint Fund-Bank Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries*). A ASD utiliza a taxa de desconto unificada de 5% definida na Decisão n.º 15462 (11/10/2013). São Tomé e Príncipe é classificado como um país de desempenho fraco, com uma notação de 3,05 segundo os critérios da Avaliação Institucional e de Políticas (CPIA) do Banco Mundial. Os limiares indicativos correspondentes a esta notação são: 30% para o rácio VAL da dívida/PIB, 100% para o rácio VAL da dívida/exportações, 200% para o rácio VAL da dívida/receitas, 15% para o rácio serviço da dívida/exportações e 18% para o rácio serviço da dívida/receitas.

A. Pressupostos básicos

1. Os pressupostos macroeconómicos básicos pouco se alteraram face aos constantes na ASD anterior. No que se refere ao crescimento, inflação e défice primário, as previsões de longo prazo mantêm-se, em geral, inalteradas. O crescimento das exportações e das importações continua a registar também uma ligeira diminuição relativamente aos seus níveis de 2015 com efeitos futuros variáveis. Além disso, verifica-se uma melhoria acentuada do défice da balança corrente no longo prazo por conta dos baixos preços das matérias-primas e de um IDE ligeiramente menor.

Pressupostos macroeconómicos (médias)			
	ASD 2015 ¹	ASD 2016	
	2015-35	2015-35	2016-36
Crescimento do PIB real (%)	5,56	5,48	5,55
Inflação (média)	3,23	3,17	3,07
Défice primário interno (% do PIB)	-1,30	-1,33	-1,24
Donativos (% do PIB)	2,51	1,79	1,79
Novos empréstimos (% do PIB)	1,53	1,86	1,37
IDE (% PIB)	9,72	8,55	8,75
Crescimento das exportações em USD (%)	7,16	6,65	7,43
Crescimento das importações em USD (%)	6,00	4,90	6,01
Saldo da conta corrente, excluindo donativos (% do PIB)	-24,99	-20,18	-19,43
Saldo da conta corrente, incluindo donativos (% do PIB)	-12,66	-8,57	-8,02

¹ Relatório do FMI n.º 15/196, Suplemento 2.

2. A ASD de 2016 inicia-se com um stock da dívida externa inferior por comparação com a ASD anterior devido ao facto de, em 2015, os empréstimos e desembolsos efetivos terem sido inferiores ao projetado. O corpo técnico havia projetado um montante de USD 35 milhões em novos empréstimos em condições concessionais em 2015. Os novos empréstimos e desembolsos efetivos em 2015 ficaram abaixo das previsões em USD 5 milhões e USD 20 milhões, respetivamente. Isto resultou num VA do rácio dívida/PIB inferior em 2015, abaixo da ASD atual. Os atrasados antigos relativos à iniciativa HIPC, que foram incluídos no stock histórico da dívida externa mas excluídos dos cálculos do VA na ASD anterior pressupondo-se que viessem a ser perdoados, foram totalmente excluídos da ASD atual. A sua exclusão não influencia a trajetória da dívida.

B. ASD externa

3. À semelhança da ASD anterior, os três indicadores baseados na solvência permanecem consideravelmente acima dos seus limiares indicativos relevantes nos próximos anos (Figuras 1 e 3). No entanto, o VA dos rácios dívida externa pública e com garantia pública/exportações e dívida externa pública e com garantia pública/receitas

apresentou uma ligeira deterioração, prolongando em um ano o período de ultrapassagem do limiar face à ASD anterior. Tal deve-se principalmente a efeitos de nível de receitas e exportações inferiores em 2015 relativamente aos seus valores projetados. O VA do rácio dívida externa pública e com garantia pública/PIB segue uma trajetória, em geral, similar à da ASD anterior, ultrapassando os limiares até 2022 e permanecendo abaixo deles nos anos subsequentes. Todos os indicadores do serviço da dívida continuam abaixo dos respetivos limiares, embora apresentem uma melhoria modesta nos primeiros anos da projeção por comparação com a ASD anterior, devido a desembolsos efetivos inferiores em 2015. Os cenários históricos (Figura 1, linhas vermelhas tracejadas) de todos os indicadores da dívida apresentam uma perspetiva, em geral, mais deteriorada do que a ASD anterior devido ao menor crescimento e ao défice primário superior em 2015. Os grandes valores residuais em 2016–19, em linha com a história recente, são explicados principalmente pela entrada líquida de capital financeiro privado², pela redução da conta Nacional do Petróleo e por variações de preços.

4. Os testes de stress mostram que a vulnerabilidade mais acentuada para a sustentabilidade da dívida estende o período de ultrapassagem dos limiares em alguns anos para além daqueles observados no cenário de base (Figura 1, linhas negras sólidas).³ Os indicadores baseados nas exportações são mais sensíveis aos choques às exportações, ao passo que os restantes indicadores são mais sensíveis a um choque pontual de depreciação.

C. ASD pública

5. Não existe, basicamente, diferença entre as ASD externa e do setor público⁴.

Os indicadores da dívida continuam a subir durante todo o período de projeção nos cenários de crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas (Figura 2, linha cinza tracejada) ou de saldo primário inalterado em relação a 2016 (Figura 2, linha vermelha tracejada). Tais choques salientam a importância de prudência orçamental constante para garantir a sustentabilidade da dívida e de reformas estruturais para melhorar o ambiente de negócios e, assim, apoiar o crescimento liderado pelo setor privado. O rácio dívida pública/PIB é mais sensível a um agravamento do saldo primário, ao passo que os rácios dívida pública e serviço da dívida/receitas são mais sensíveis ao agravamento do saldo primário e à depreciação pontual de 30% da dobra.

² O stock da dívida externa do setor privado não foi incluído na ASD devido à ausência de dados fiáveis.

³ Na ASD anterior, os indicadores do stock da dívida do país estavam mais vulneráveis a choques de fluxos não relacionados com a dívida, enquanto os indicadores do serviço da dívida estavam mais vulneráveis a choques nas exportações e a choques pontuais de depreciação.

⁴ Os créditos internos do fornecedor de produtos petrolíferos (ENCO) ao governo central não foram incluídos por não ter sido concluída a avaliação formal que definirá o montante definitivo.

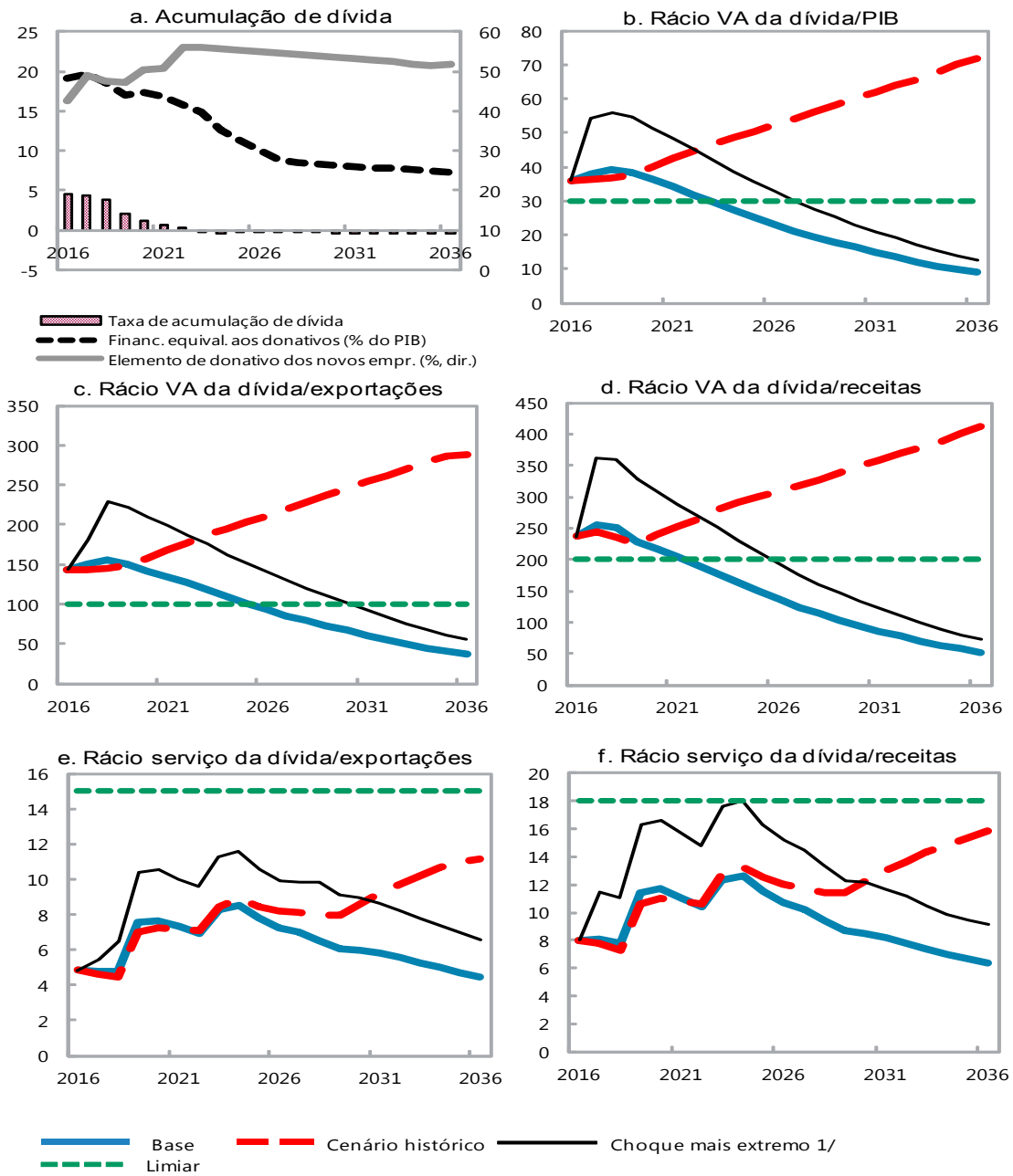
D. Conclusão

6. São Tomé e Príncipe ainda apresenta um alto risco de sobre-endividamento externo. Contudo, o país está em condições de cumprir as suas obrigações correntes e, embora as projeções indiquem que alguns indicadores da dívida externa permanecerão acima dos seus respetivos limiares, eles apresentam uma tendência claramente descendente no longo prazo. Neste contexto, para mitigar os riscos, a ASD sublinha a necessidade de as autoridades:

- Manterem um nível suficiente de reservas internacionais para reforçar a paridade cambial e fomentar a confiança em face da diminuição das perspetivas petrolíferas;
- Manterem a prudência orçamental, em particular no período que antecede as eleições presidenciais de 2016;
- Acelerarem as reformas para a melhoria do desempenho das políticas e instituições de modo a alargar o potencial de crescimento do país;
- Garantirem condições de financiamento favoráveis na forma de donativos ou empréstimos em condições concessionais; e
- Formularem e implementarem uma estratégia abrangente para reduzir os custos dos negócios e atrair investimentos privados tendentes a alargar a base exportadora.

7. Os maiores riscos à sustentabilidade da dívida externa provêm de choques cambiais e de choques para o crescimento das exportações. A sustentabilidade da dívida pode também deteriorar-se em caso de subida acentuada dos preços internacionais dos combustíveis e de outras matérias-primas, aumentando a fatura de importação e exercendo pressão sobre a balança corrente. Os riscos parecem ser administráveis no médio prazo caso as autoridades consigam avançar no planeado ajustamento orçamental nos próximos anos e criar uma margem de acumulação de reservas internacionais. O desenvolvimento de um bom sistema de gestão da dívida pública, assente numa estratégia de médio prazo para a gestão da dívida e num quadro orçamental de médio prazo, será essencial para guiar a priorização de futuros investimentos públicos e o respetivo financiamento.

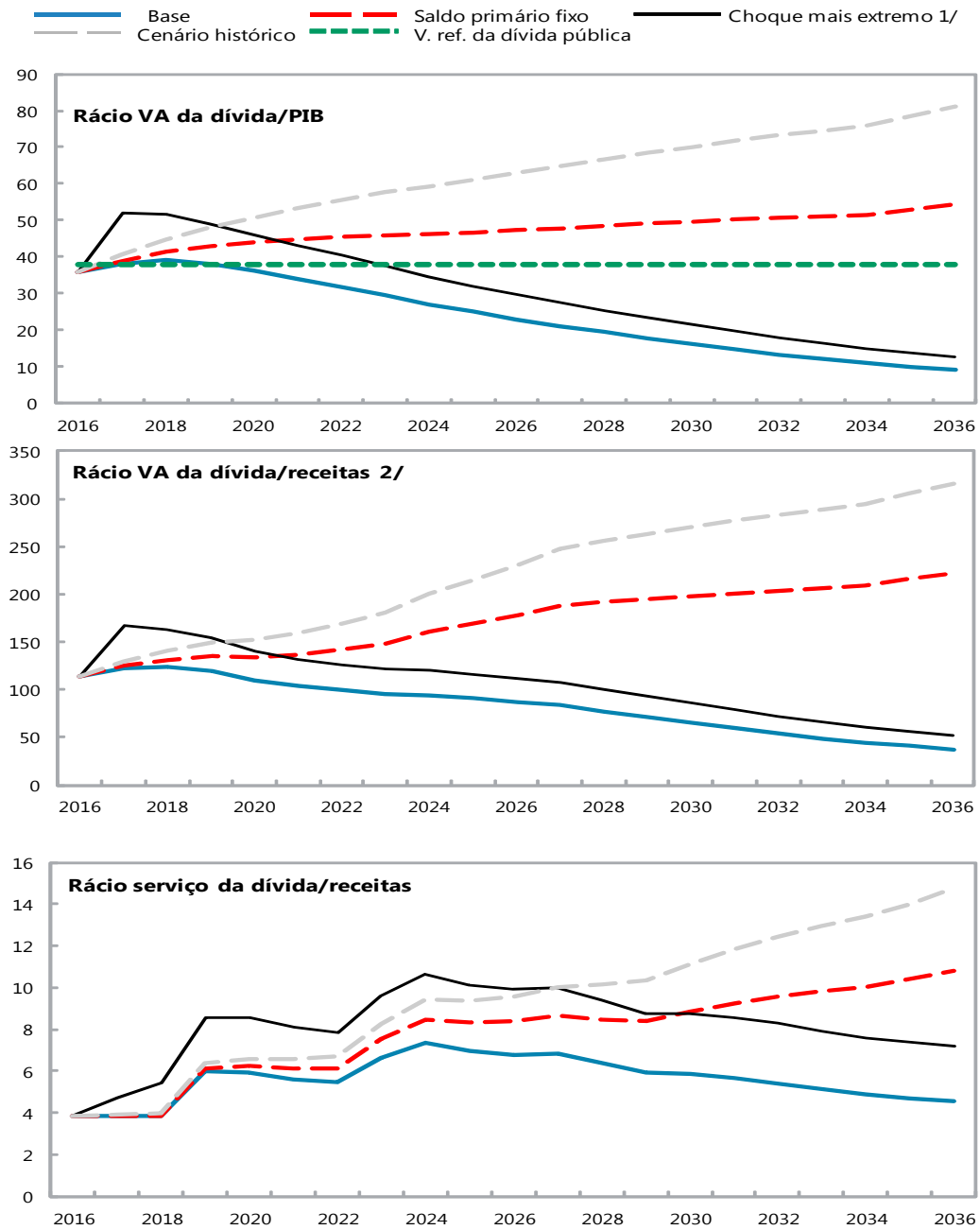
Figura 1. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública em Cenários Alternativos, 2016–36 1/



Fontes: Dados das autoridades santomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o maior rácio em ou antes de 2026. Em b. corresponde ao choque de depreciação pontual; em c. ao choque de exportações; em d. ao choque de depreciação pontual; em e. ao choque de exportações e em f. ao choque de depreciação pontual.

Figura 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Dívida Pública em Cenários Alternativos, 2016–36 1/



Fontes: Dados das autoridades santomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.
 1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o maior rácio em ou antes de 2026.
 2/ A definição das receitas inclui os donativos.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário de Base, 2012–36 1/
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo					Média histórica ^{6/}	Desvio padrão ^{6/}	Projeções					Média 2016-2021	2026	2036	Média 2022-2036
	2012	2013	2014	2015	2016			2017	2018	2019	2020	2021				
Dívida externa (nominal) 1/	47,3	44,2	50,0	59,0			58,5	61,8	63,0	60,8	57,1	53,3				
<i>d/q: pública e com garantia pública (PGP)</i>	47,3	44,2	50,0	59,0			58,5	61,8	63,0	60,8	57,1	53,3				
Variação da dívida externa	4,1	-3,1	5,8	9,0			-0,5	3,3	1,2	-2,2	-3,7	-3,7				
Fluxos líquidos geradores de dívida identificados	11,9	5,0	11,8	13,6			8,4	7,1	5,4	1,7	-3,3	-4,3				
Déficit da conta corrente, excl. juros	20,9	12,9	21,3	16,4	23,2	6,1	11,6	12,1	11,9	9,9	8,6	7,6				6,5
Déficit da balança de bens e serviços	-65,2	-76,7	-94,1	-84,9			-85,9	-86,5	-86,0	-83,0	-82,9	-81,5				
Exportações	12,7	17,8	26,2	25,3			25,1	25,3	25,3	25,3	25,4	25,3				
Importações	-52,5	-58,9	-67,9	-59,6			-60,7	-61,1	-60,7	-57,7	-57,5	-56,2				
Transferências correntes líquidas (negativo = ingresso)	-20,3	-27,0	-18,1	-17,6	-19,5	3,6	-23,1	-22,8	-22,5	-21,6	-22,6	-22,4				-15,5
<i>d/q: oficiais</i>	-18,4	-18,4	-10,6	-11,4			-17,3	-17,0	-16,7	-15,8	-16,8	-16,6				
Outros fluxos de transações correntes (negativo = ing. líq.)	106,4	116,6	133,5	118,9			120,5	121,3	120,4	114,4	114,0	111,4				
IDE líquido (negativo = ingresso)	-8,3	-1,5	-5,6	-6,3	-15,0	12,0	-1,2	-2,7	-4,0	-5,6	-9,2	-9,4				
Dinâmica endógena da dívida 2/	-0,6	-6,4	-4,0	3,5			-2,1	-2,4	-2,5	-2,5	-2,6	-2,5				
Contributo da taxa de juro nominal	0,4	0,4	0,6	0,3			0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6				
Contributo do crescimento do PIB real	-1,9	-1,6	-1,8	-2,1			-2,7	-3,0	-3,2	-3,2	-3,3	-3,2				
Contributo das variações cambiais e de preços	0,9	-5,1	-2,8	5,2						
Resíduo (3-4) 3/	-7,8	-8,1	-5,9	-4,7			-8,8	-3,8	-4,2	-3,9	-0,4	0,5				
<i>d/q: financiamento excepcional</i>	0,0	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				
VA da dívida externa 4/	35,7			36,0	38,1	39,2	38,2	36,1	34,1				
Em percentagem das exportações	141,4			143,4	150,4	155,1	150,9	142,1	134,8				
VA da dívida externa PGP	35,7			36,0	38,1	39,2	38,2	36,1	34,1				
Em percentagem das exportações	141,4			143,4	150,4	155,1	150,9	142,1	134,8				
Em percentagem da receita pública	257,4			236,8	254,3	251,5	229,1	216,6	203,6				
Rácio serviço da dívida/exportações (em percentagem)	7,3	5,1	3,2	3,2			4,9	4,8	4,8	7,5	7,7	7,3				
Rácio serviço da dívida PGP/exportações (em percentagem)	7,3	5,1	3,2	3,2			4,9	4,8	4,8	7,5	7,7	7,3				
Rácio serviço da dívida PGP/receitas (em percentagem)	6,2	4,9	5,7	5,8			8,0	8,1	7,7	11,5	11,7	11,0				
Total da necessidade bruta de financiamento (mil milhões de USD)	0,0	0,0	0,1	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				
Déficit da conta corrente excl. juros que estabiliza o rácio da dívida	16,8	16,0	15,5	7,5			12,1	8,8	10,7	12,1	12,3	11,4				
Principais pressupostos macroeconómicos																
Crescimento do PIB real (em percentagem)	4,5	4,0	4,5	4,0	4,8	2,3	5,0	5,5	5,5	5,5	6,0	6,0	5,6	5,5	5,5	5,5
Deflador do PIB em USD (variação percentual)	-2,0	12,2	6,8	-9,5	4,7	9,4	4,5	0,8	1,1	2,6	3,0	2,1	2,4	1,9	-0,2	1,7
Taxa de juro efetiva (em percentagem) 5/	0,9	0,9	1,5	0,6	0,9	0,3	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,0	1,2	1,1
Crescimento das export. de bens e serviços (em termos de USD, %)	12,5	63,1	64,3	-9,2	20,2	27,0	9,2	7,2	6,5	8,2	9,6	7,8	8,1	7,1	7,2	7,2
Crescimento das import. de bens e serviços (em termos de USD, %)	-7,3	30,8	28,6	-17,4	14,3	22,0	11,8	7,0	5,8	2,9	8,8	5,7	7,0	5,0	5,8	5,6
Elemento concessional do novo endivid. do setor público (%)	42,7	48,9	47,7	47,3	50,3	51,0	48,0	55,0	51,8	53,9
Receita pública (excl. donativos, percentagem do PIB)	15,0	18,3	14,9	13,9	15,2	15,0	15,6	16,7	16,7	16,7	16,9	16,9	17,4	17,1
Fluxos da ajuda financeira (em mil milhões de USD) 7/	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
<i>d/q: Donativos</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
<i>d/q: Empréstimos concessionais</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento equivalente aos donativos (% do PIB) 8/	19,1	19,6	18,7	17,0	17,4	16,9	10,1	7,4	...	9,7
Financiamento equivalente aos donativos (% do financ. externo) 8/	83,9	84,5	86,2	89,1	93,5	95,5	96,2	96,6	...	96,4
Por memória:																
PIB nominal (mil milhões de USD)	0,3	0,3	0,3	0,3			0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5				
Crescimento do PIB nominal em USD	2,4	16,6	11,6	-5,9			9,8	6,3	6,7	8,3	9,2	8,2	8,1	7,5	5,3	7,3
VA da dívida externa PGP (em mil milhões de USD)	0,1			0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2				
(VAt-VAt-1)/PIBt-1 (em percentagem)			4,5	4,4	3,8	2,1	1,1	0,7	2,8	-0,3	-0,4	-0,3
Remessas brutas de trabalhadores (em mil milhões de USD)	0,0	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				
VA da dívida externa PGP (% do PIB + remessas)	33,6			34,1	36,0	37,1	36,1	34,2	32,2				
VA da dívida externa PGP (% das exportações + remessas)	113,7			116,5	122,5	126,3	123,0	116,1	109,9				
Serviço da dívida externa PGP (% das exportações + remessas)	2,6			3,9	3,9	3,9	6,2	6,3	5,9				

Fontes: Dados das autoridades santomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

1/ Inclui a dívida externa pública, com garantia pública e do setor privado.

2/ Derivado como $[r - g - p(1+g)] / (1+g+p+gp)$ multiplicado pelo rácio da dívida no período anterior, sendo r = a taxa de juro nominal; g = a taxa de crescimento do PIB real e p = a taxa de crescimento do deflador do PIB em USD.

3/ Inclui o financiamento excepcional (ou seja, variação dos atrasados e alívio da dívida), variação dos ativos externos brutos e ajustes por reavaliação. Nas projeções, inclui também o contributo das variações cambial e de preços.

4/ Presume que o VA da dívida do setor privado seja equivalente ao seu valor facial.

5/ Pagamentos de juros no ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

6/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores, dependendo da disponibilidade de dados.

7/ Definidos como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida.

8/ O financiamento equivalente aos donativos inclui os donativos concedidos ao governo por via direta e através de novos empréstimos (diferença entre o valor facial e o VA da nova dívida).

Tabela 2a. São Tomé e Príncipe: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2016–36 1/
(Porcentagem)

	Projeções							2036
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2026	
Rácio VA da dívida/PIB								
Base	36	38	39	38	36	34	23	9
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2016-2036 1/	36	36	37	37	40	42	52	72
A2. Novos empr. do setor público em condições menos favoráveis em 2016-2036 2/	36	40	42	42	41	39	28	15
B. Testes-limite								
B1. Cresc. do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	36	39	42	41	38	36	24	9
B2. Cresc. do valor das exp. à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018 3/	36	40	44	43	40	38	26	10
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	36	40	44	43	40	38	26	10
B4. Fluxos liq. não ger. de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018 4/	36	41	46	45	43	40	28	11
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	36	39	42	41	38	36	25	10
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2017 5/	36	54	56	55	51	48	33	13
Rácio VA da dívida/exportações								
Base	143	150	155	151	142	135	93	37
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2016-2036 1/	143	144	146	148	157	167	211	289
A2. Novos empr. do setor público em condições menos favoráveis em 2016-2036 2/	143	157	167	167	160	153	115	60
B. Testes-limite								
B1. Cresc. do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	143	150	155	151	142	134	93	36
B2. Cresc. do valor das exp. à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018 3/	143	181	229	223	209	198	140	55
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	143	150	155	151	142	134	93	36
B4. Fluxos liq. não ger. de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018 4/	143	164	183	178	168	159	114	45
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	143	150	158	154	144	136	94	37
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2017 5/	143	150	155	151	142	134	93	36
Rácio VA da dívida/receitas								
Base	237	254	252	229	217	204	136	52
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2016-2036 1/	237	243	236	225	239	252	310	412
A2. Novos empr. do setor público em condições menos favoráveis em 2016-2036 2/	237	266	272	254	244	231	169	85
B. Testes-limite								
B1. Cresc. do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	237	262	267	244	229	215	144	54
B2. Cresc. do valor das exp. à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018 3/	237	266	282	257	242	227	157	60
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	237	269	282	258	242	227	152	58
B4. Fluxos liq. não ger. de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018 4/	237	276	297	271	255	240	167	64
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	237	259	269	245	231	216	145	55
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2017 5/	237	362	359	327	308	289	193	73

Fontes: Dados das autoridades santomenses e estimativas do corpo técnico do FML.

1/ As variáveis incluem o cresc. do PIB real, o cresc. do deflator do PIB (em USD), a conta corrente excl. juros como % do PIB e os fluxos não geradores de dívida.

2/ Presume que a taxa de juro sobre novos empr. seja 2 p.p. superior à do cenário de base, mas que os prazos de carência e vencimento sejam os mesmos do c. de base.

3/ Presume que os valores das exportações permaneçam permanentemente no nível mais baixo, mas que a conta corrente como parcela do PIB retorne ao seu nível de base após o choque (presume implicitamente um ajuste compensatório no nível das importações).

4/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

5/ Define-se a depreciação como o declínio percentual da taxa de câmbio dólar/moeda nacional, de modo que ela nunca ultrapassa os 100%.

6/ Aplica-se a todos os cenários de stress, exceto A2 (financ. menos favorável), no qual as condições de todos os novos empr. são aquelas especificadas na nota 2.

Tabela 2b. São Tomé e Príncipe: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2016–36 (conclusão) 1/
(Porcentagem)

	Projeções							2036
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2026	
Rácio serviço da dívida/exportações								
Base	5	5	5	8	8	7	7	4
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2016-2036 1/	5	5	4	7	7	7	8	11
A2. Novos empr. do setor público em condições menos favoráveis em 2016-2036 2/	5	5	5	8	8	8	8	5
B. Testes-limite								
B1. Cresc. do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	5	5	5	8	8	7	7	4
B2. Cresc. do valor das exp. à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018 3/	5	5	6	10	11	10	10	7
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	5	5	5	8	8	7	7	4
B4. Fluxos líq. não ger. de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018 4/	5	5	5	8	8	8	8	5
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	5	5	5	8	8	7	7	5
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2017 5/	5	5	5	8	8	7	7	4
Rácio serviço da dívida/receitas								
Base	8	8	8	11	12	11	11	6
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2016-2036 1/	8	8	7	11	11	11	12	16
A2. Novos empr. do setor público em condições menos favoráveis em 2016-2036 2/	8	8	8	12	13	12	12	7
B. Testes-limite								
B1. Cresc. do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	8	8	8	12	12	12	11	7
B2. Cresc. do valor das exp. à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018 3/	8	8	8	12	12	12	11	7
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	8	9	9	13	13	12	12	7
B4. Fluxos líq. não ger. de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018 4/	8	8	8	12	12	12	11	8
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	8	8	8	12	12	12	11	7
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2017 5/	8	11	11	16	17	16	15	9
<i>Por memória:</i>								
Elemento concessional presumido sobre o financ. residual (ou seja, o fin. necessário acima do cenário de base) 6/	49	49	49	49	49	49	49	49
Fontes: Dados das autoridades santomenses e estimativas do corpo técnico do FML								
1/ As variáveis incluem o cresc. do PIB real, o cresc. do deflator do PIB (em USD), a conta corrente excl. juros como % do PIB e os fluxos não geradores de dívida.								
2/ Presume que a taxa de juro sobre novos empr. seja 2 p.p. superior à do cenário de base, mas que os prazos de carência e vencimento sejam os mesmos do c. de base.								
3/ Presume que os valores das exportações permaneçam permanentemente no nível mais baixo, mas que a conta corrente como parcela do PIB retorne ao seu nível de base após o choque (presume implicitamente um ajuste compensatório no nível das importações).								
4/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.								
5/ Define-se a depreciação como o declínio percentual da taxa de câmbio dólar/moeda nacional, de modo que ela nunca ultrapassa os 100%.								
6/ Aplica-se a todos os cenários de stress, exceto A2 (financ. menos favorável), no qual as condições de todos os novos empr. são aquelas especificadas na nota 2.								

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Quadro de Sustentabilidade da Dívida do Setor Público, Cenário de Base, 2013–36
(Percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo			Média 5/	Desvio padrão	5/	Estimado					Projeções			
	2013	2014	2015				2016	2017	2018	2019	2020	2021	Média 2016-21	2026	2036
Dívida do setor público 1/	44,2	50,0	59,0				58,5	61,8	63,0	60,8	57,1	53,3		34,7	14,2
<i>d/q: expressa em moeda estrangeira</i>	44,2	50,0	59,0				58,5	61,8	63,0	60,8	57,1	53,3		34,7	14,2
Variação da dívida do setor público	-3,1	5,8	9,0				-0,5	3,3	1,2	-2,2	-3,7	-3,7		-3,2	-1,2
Fluxos geradores de dívida identificados	-6,8	6,9	8,3				1,3	2,8	0,7	-2,8	-3,8	-3,0		-2,0	-0,1
Déficit primário	0,0	5,5	8,6	9,9	5,5		6,9	5,4	3,9	1,5	0,4	0,6	3,1	0,3	0,5
Receita e donativos	31,2	25,2	25,3				31,6	31,2	31,6	31,8	32,9	32,8		26,5	24,5
<i>d/q: donativos</i>	12,9	10,3	11,4				16,4	16,2	16,0	15,1	16,2	16,0		9,6	7,1
Despesas primárias (excl. juros)	31,2	30,8	33,9				38,5	36,6	35,5	33,3	33,2	33,3		26,8	25,0
Dinâmica automática da dívida	-6,9	1,3	-0,3				-5,6	-2,6	-3,3	-4,2	-4,2	-3,5		-2,3	-0,6
Contributo do diferencial taxa de juro/crescimento	-2,1	-1,9	-2,1				-2,9	-3,4	-3,8	-3,9	-4,0	-3,7		-2,4	-0,9
<i>d/q: contributo da taxa de juro real média</i>	-0,3	0,0	-0,2				-0,1	-0,3	-0,5	-0,6	-0,5	-0,5		-0,4	-0,1
<i>d/q: contributo do crescimento do PIB real</i>	-1,8	-1,9	-1,9				-2,8	-3,1	-3,2	-3,3	-3,4	-3,2		-2,0	-0,8
Contributo da depreciação da taxa de câmbio real	-4,7	3,3	1,8				-2,7	0,8	0,5	-0,4	-0,2	0,2	
Outros fluxos geradores de dívida identificados	0,0	0,0	0,0				0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0
Receita de privatizações (negativa)	0,0	0,0	0,0				0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0
Reconhecimento de passivos contingentes ou implícitos	0,0	0,0	0,0				0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0
Alívio da dívida (HIPIC e outros)	0,0	0,0	0,0				0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0
Outros (especificar, ex. recapitalização bancária)	0,0	0,0	0,0				0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0
Resíduo, incl. variação dos ativos	3,8	-1,1	0,6				-1,7	0,5	0,6	0,5	0,1	-0,8		-1,2	-1,1
Outros indicadores de sustentabilidade															
VA da dívida do setor público	35,7				36,0	38,1	39,2	38,2	36,1	34,1		23,1	9,1
<i>d/q: expressa em moeda estrangeira</i>	35,7				36,0	38,1	39,2	38,2	36,1	34,1		23,1	9,1
<i>d/q: externa</i>	35,7				36,0	38,1	39,2	38,2	36,1	34,1		23,1	9,1
VA dos passivos contingentes (não incl. na div. do setor público)
Necessidade bruta de financiamento 2/	0,9	6,4	9,4				8,1	6,6	5,1	3,4	2,3	2,4		2,1	1,6
Rácio VA da dívida do setor público/receitas e donativos (em %)	141,1				114,0	122,2	124,3	120,0	109,8	104,0		86,9	37,1
Rácio VA da dívida do setor público/receitas (em %)	257,4				236,8	254,3	251,5	229,1	216,6	203,6		136,5	52,2
<i>d/q: externa 3/</i>	257,4				236,8	254,3	251,5	229,1	216,6	203,6		136,5	52,2
Rácio serviço da dívida/receitas e donativos (em %) 4/	2,9	3,4	3,2				3,9	3,9	3,8	6,0	5,9	5,6		6,8	4,5
Rácio serviço da dívida/receitas (em %) 4/	4,9	5,7	5,8				8,0	8,1	7,7	11,5	11,7	11,0		10,7	6,4
Déficit primário que estabiliza o rácio dívida/PIB	3,1	-0,3	-0,4				7,3	2,1	2,7	3,7	4,1	4,3		3,5	1,7
Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais															
Crescimento do PIB real (em %)	4,0	4,5	4,0	4,8	2,3		5,0	5,5	5,5	5,5	6,0	6,0	5,6	5,5	5,5
Taxa de juro nominal média sobre a dívida em ME (em %)	0,9	1,5	0,6	0,9	0,3		1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,0	1,2
Taxa de juro real média sobre a dívida em MN (em %)
Depreciação da taxa de câmbio real (em %, + indica depreciação)	-10,4	7,8	3,8	-3,3	7,3	
Taxa de inflação (deflator do PIB, em %)	8,5	6,9	8,3	12,6	7,4		6,3	0,1	1,1	2,2	2,4	2,6	2,5	2,8	2,8
Cresc. da desp. prim. real (deflacionado pelo deflator do PIB, em %)	-27,3	3,1	14,6	-0,9	10,3		19,2	0,2	2,4	-1,1	5,9	6,3	5,5	1,3	5,5
Elemento concessional do novo endividamento externo (em %)		42,7	48,9	47,7	47,3	50,3	51,0	48,0	55,0	51,8

Fontes: Dados das autoridades santomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

1/ A análise abrange a dívida bruta do governo central.

2/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o déficit primário mais o serviço da dívida mais o stock da dívida de curto prazo no final do período anterior.

3/ Receitas excluindo os donativos.

4/ O serviço da dívida é definido como a soma dos juros e amortizações da dívida de médio e longo prazo.

5/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores dependendo da disponibilidade de dados.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública, 2016–2036

	Projeções							
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2026	2036
Rácio VA da dívida/PIB								
Base	36	38	39	38	36	34	23	9
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	36	41	45	48	51	53	63	81
A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2016	36	39	41	43	44	45	47	54
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	36	38	40	39	37	35	26	18
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	36	39	42	42	40	38	28	17
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	36	43	50	48	46	43	31	14
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio-padrão	36	42	48	47	45	43	32	17
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2017	36	52	52	49	46	43	30	13
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2017	36	43	44	43	40	38	27	11
Rácio VA da dívida/receitas 2/								
Base	114	122	124	120	110	104	87	37
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	114	130	141	150	152	159	230	317
A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2016	114	125	131	135	133	136	178	222
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	114	123	125	122	112	107	97	70
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	114	125	130	127	118	113	105	68
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	114	138	158	152	139	132	116	56
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio-padrão	114	135	151	146	135	129	118	69
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2017	114	167	163	154	140	132	112	52
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2017	114	138	139	134	123	117	100	46
Rácio serviço da dívida/receitas 2/								
Base	4	4	4	6	6	6	7	5
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	4	4	4	6	7	7	10	15
A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2016	4	4	4	6	6	6	8	11
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	4	4	4	6	6	6	7	6
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	4	4	4	6	6	6	7	6
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	4	4	4	7	7	6	7	6
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio-padrão	4	4	4	7	7	6	7	6
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2017	4	5	5	9	9	8	10	7
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2017	4	4	4	6	6	6	7	5

Fontes: Dados das autoridades santomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

1/ Presume que o crescimento do PIB real seja o do cenário de base menos um desvio-padrão, dividido pela raiz quadrada da duração do período de projeção.

2/ A definição das receitas inclui os donativos.

**Declaração do Sr. Yambaye, Administrador, e Sr. Lopes Varela, Assessor do
Administrador, sobre a República Democrática de São Tomé e Príncipe**

10 de junho de 2016

Em nome das autoridades santomenses, gostaríamos de expressar nossa gratidão ao Conselho, Direção e corpo técnico do FMI pelo apoio contínuo e o valioso aconselhamento concedidos a São Tomé e Príncipe. As autoridades são gratas ao corpo técnico pelas discussões construtivas que transcorreram em São Tomé em março de 2016, durante as consultas de 2016 ao abrigo do Artigo IV e a primeira avaliação do programa económico de São Tomé e Príncipe apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado (ECF).

As autoridades desenvolveram grandes esforços para alcançar a estabilidade macroeconómica, o crescimento económico sustentável e a redução da pobreza no âmbito da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP II), com progressos na estabilização do crescimento económico e redução da inflação. Não obstante, a economia continua a enfrentar desafios consideráveis em vista da dívida pública em ascensão e da fraca competitividade. As autoridades concordam, na generalidade, com as recomendações em matéria de políticas do relatório do corpo técnico como suporte para a melhor implementação da ENRP II.

No que respeita ao desempenho no âmbito do acordo ECF, todos os critérios de desempenho (CD) para o final de dezembro de 2015 foram cumpridos, com uma única exceção. O CD relativo ao défice primário interno deixou de ser cumprido por uma pequena margem de cerca de 0,3% do PIB devido, sobretudo, à receita fiscal insuficiente e à ausência de cortes correspondentes nos gastos. Relativamente às reformas estruturais, as autoridades registaram excelentes progressos na implementação de todos os indicadores de referência até ao final de dezembro, incluindo a nova lei da banca e outras duas medidas relacionadas a melhorias nas estatísticas das contas nacionais e dos preços no consumidor. O desempenho é satisfatório na generalidade e o programa está no bom caminho.

EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE E DESEMPENHO AO ABRIGO DO ACORDO ECF

Embora altamente vulnerável a choques externos, a economia de São Tomé e Príncipe está a crescer a um ritmo mais rápido que o de outros pequenos estados insulares, com um crescimento médio do PIB superior aos 4% ao ano desde 2012. Contudo, como observado pelos especialistas, este desempenho macroeconómico não tem sido forte e diversificado o suficiente para melhorar as perspetivas económicas e reduzir a pobreza de forma significativa. Estima-se que o crescimento do PIB real tenha ficado aquém da meta orçamental de 5% em 2015, por uma margem de quase um ponto percentual, devido, sobretudo, ao atraso na aprovação do orçamento de 2015 – que retardou o ritmo de execução dos projetos de investimento público – e a baixa pluviosidade, que resultou num declínio da produção agrícola (cacau). Coadjuvada pela fraca procura e pela queda dos preços

internacionais do petróleo e outras matérias-primas, a inflação caiu para o nível mais baixo registado em duas décadas, de 28% para menos de 5% em dezembro de 2015.

No plano orçamental, os esforços das autoridades foram afetados pelo desempenho abaixo do esperado da receita fiscal e do apoio dos doadores. Em resultado, o défice primário interno foi de 3,0% do PIB, acima da meta do programa de 2,7% do PIB. O menor nível de cobrança de atrasados é uma das principais causas da insuficiência de receitas fiscais, embora um volume maior de atrasados tenha sido cobrado em 2015 (24 pontos percentuais) em comparação a 2014. Estão a ser redobrados os esforços para melhorar a cobrança de atrasados.

As autoridades começaram também a implementar um plano pormenorizado de regularização do stock de atrasados, incluindo aqueles devidos à Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO) e à Empresa de Água e Eletricidade de São Tomé e Príncipe (EMAE). De referir, nesse sentido, que o governo regularizou todos os atrasados com a EMAE em 2015, equivalentes a 1,2% do PIB (0,5% do PIB acima do valor orçamentado). A EMAE, por seu turno, pagou o equivalente a 2,6% do PIB sobre os seus atrasados com a ENCO, e o governo começará a regularizar os seus atrasados com a ENCO este ano; planos para o efeito já foram incluídos no orçamento de 2016. Além disso, a introdução do mecanismo de ajuste automático de preços dos combustíveis ajudará a impedir a acumulação de novos atrasados.

Em linha com a atividade económica mais fraca e a contração das importações de petróleo e outras matérias-primas, o défice da balança corrente externa recuou para 17% do PIB em 2015, o que compensa a queda das exportações de cacau em vista da produção reduzida. As reservas internacionais brutas mantiveram-se num nível confortável de cobertura de 4,4 meses de importações no final de 2015.

A política monetária sofreu as consequências do excesso de liquidez, baixa rentabilidade e alto nível de empréstimos malparados na economia. O rácio de adequação de capital do sistema bancário no seu conjunto caiu de 20,3% em dezembro de 2014 para 15,5% no final de 2015, enquanto o rácio capital/ativos ponderados pelo risco subiu de 22,6% para 24,1%, na sequência da recente injeção de capital por vários bancos. Os empréstimos malparados alcançaram uma alta histórica de cerca de 30% em 2015, após a reclassificação de descobertos vencidos nos livros do Banco Equador como incobráveis e a baixa duma parcela importante dos empréstimos do maior banco como perdas.

POLÍTICA PARA 2016 E O MÉDIO PRAZO

A perspetivas para São Tomé e Príncipe é favorável no curto prazo mas subsistem desafios. O PIB real deverá crescer 5% em 2016, apoiado pela execução acrescida e atempada de investimentos públicos, a recuperação na produção de cacau e o aumento do investimento direto estrangeiro (IDE) no setor do turismo. Espera-se que a inflação mantenha-se próxima dos 4%, graças à descida dos preços internacionais dos alimentos e dos produtos petrolíferos.

No médio prazo, a expectativa é de que o PIB real siga crescendo ao ritmo de 5%; a inflação continue a declinar, para 3%, e o déficit da conta corrente volte a registrar uma contração.

No plano orçamental, as autoridades continuam empenhadas em reduzir o déficit primário para cerca de 1–1,5% do PIB até 2018 e garantir que a dívida se mantenha numa trajetória descendente. Ao mesmo tempo, tomarão medidas para criar o espaço orçamental para a realização das despesas de infraestruturas com financiamento interno necessárias para complementar os apoios dos doadores. Para cumprir tais objetivos, as autoridades irão reforçar a cobrança de receitas, através de uma combinação de políticas tributárias (nomeadamente a introdução do IVA) e medidas de administração aduaneira e tributária, aliadas a melhorias na qualidade dos gastos.

Estão a ser introduzidas diversas medidas para o efeito, nomeadamente através de fiscalizações mais amplas e regulares, melhorias na capacidade e incentivos à unidade de grandes contribuintes, aumento do número de produtos sujeitos à incidência do valor aduaneiro mínimo e introdução de algumas mudanças legislativas. Para além disso, as autoridades submeterão à Assembleia Nacional um novo projeto de lei do IVA, um passo importante para a introdução desse imposto.

Do lado das despesas, o foco das autoridades incide sobre o fortalecimento da gestão das finanças públicas e da transparência. Estão comprometidas com a execução firme das medidas básicas, com destaque para a implementação do sistema eletrónico de administração financeira do Estado (SAFE-e), que passará da atual fase de projeto piloto para a cobertura de todos os ministérios e outras instituições governamentais visando à supervisão das finanças públicas; aprimoramento do SAFE-e com novas funcionalidades, como reconciliação das contas bancárias do Tesouro, acompanhamento das receitas, gestão de ativos fixos e registo de contratos do governo para facilitar a preparação de contas mais abrangentes da administração pública. Para além disso, as autoridades pretendem adotar quadros fiscais e de despesas a médio prazo a partir de 2017. No que respeita aos gastos extraorçamentais no período que antecede as eleições presidenciais, as autoridades estão plenamente empenhadas em não ultrapassar o montante orçamentado.

Cientes da necessidade de preservar a sustentabilidade da dívida, as autoridades santomenses comprometeram-se a aplicar a lei-quadro da dívida e reforçar a capacidade de gestão da dívida. Para o efeito, tomarão, uma série de medidas, tais como: i) preparação de uma estratégia nacional de dívida, tal como previsto na lei-quadro, que fixará um limite sobre a dívida global do setor público não financeiro, bem como políticas de endividamento que fixem limites máximos anuais para cada entidade pública; ii) atualização da estratégia de médio prazo de gestão da dívida; iii) solicitação de assistência técnica para preparar um manual de processos de gestão da dívida e realizar uma nova avaliação do desempenho dessa gestão (DeMPA) até ao final de 2016. Em relação ao endividamento externo, as autoridades

continuarão a aplicar políticas compatíveis com a sustentabilidade da dívida, dando prioridade ao financiamento concessional dos projetos de infraestruturas e gastos sociais.

Política monetária

As autoridades monetárias estão a concentrar os seus esforços na eliminação do excesso de liquidez na economia e, para tanto, o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) introduziu um mercado interbancário e bilhetes do Tesouro. O BCSTP está também a trabalhar no desenvolvimento de um mercado de obrigações do Tesouro, de modo a criar as condições para a gestão de liquidez a mais longo prazo, e de um mercado secundário.

O BCSTP prosseguiu nos seus esforços para desenvolver um quadro de gestão da liquidez monetária, ao implementar uma nova metodologia de pagamento para os bancos comerciais em 2015 para que as ordens de pagamento emitidas pelo Tesouro aos bancos comerciais num determinado período possam ser pagas no período subsequente e, assim, o BCSTP possa incluí-las na previsão de liquidez, o que reduziria consideravelmente os erros de previsão de liquidez.

Ligações macrofinanceiras e estabilidade do setor financeiro

As autoridades estão cientes da necessidade de fazer face às debilidades no setor financeiro, para reforçar a estabilidade fiscal e financeira e apoiar o crescimento. Nesse sentido, o BCSTP está a envidar esforços para fortalecer as suas capacidades em matéria de regulamentação e supervisão bancária. Três dos sete bancos elevaram o seu capital no último trimestre de 2015 para satisfazer os rácios mínimos. O BCSTP está numa fase incipiente de construção dos quadros de gestão de crises e resolução bancária para abordar os riscos no sistema financeiro. A nova lei de resolução bancária estabelece o quadro jurídico para uma resolução rápida e ordenada de bancos, incluindo o Banco Equador. Está a ser criado um banco de transição, com os ativos e passivos de qualidade do Banco Equador, e estão a ser tomadas medidas para identificar possíveis compradores e concluir o processo no prazo de um ano após a criação do banco de transição.

A fim de inverter a tendência dos EMP e do crédito ao setor privado, o BCSTP está a implementar as medidas necessárias para solucionar o grande stock de EMP, nomeadamente através de uma avaliação, provisionamento e recapitalização de bancos específicos, se necessário; realização de análises pormenorizadas da qualidade dos ativos de todos os bancos para reduzir as incertezas em torno dos ativos bancários e, se preciso, da exigência de recapitalização dos bancos afetados.

As autoridades tomarão também medidas adicionais abordar outras debilidades no setor financeiro, nomeadamente, ao melhorar a cobertura e a eficácia da central de risco de crédito; simplificar os processos para assegurar a execução de garantias, e dar formação às PME em contabilidade básica, gestão financeira e preparação de projetos financiáveis pelos bancos.

Melhorar a competitividade e preparar o terreno para o crescimento sustentável e inclusivo

As autoridades reconhecem a necessidade de promover o crescimento liderado pelo setor privado para criar as condições para um crescimento maior e sustentável. Em consonância com esse objetivo, as autoridades santomenses enumeraram na sua Agenda de Transformação 2030 as prioridades para o crescimento no médio a longo prazo, a coesão social e a credibilidade externa, incluindo a diversificação da economia, o alargamento da base de produção e a modernização da infraestrutura económica e social. Para além disso, as autoridades estão buscando criar condições de apoio aos setores tradicionais, como a agricultura, as pescas e o turismo, para impulsionar a criação de emprego e reduzir a pobreza.

A fim de maximizar o grande potencial do turismo, as autoridades estão a concentrar os seus esforços de reformas estruturais a médio prazo nas atividades de turismo de elevado rendimento, na diversificação mais alargada dos mercados de origem e em ligações aéreas mais abertas e competitivas. Darão também seguimento aos seus esforços para diversificar os mercados de origem do turismo e tomar medidas para apoiar uma política de transporte aéreo aberta e competitiva, incluindo a autorização de ligações diretas à sub-região. Ademais, estão previstas iniciativas de política em 2016 para introduzir reformas orientadas para melhorar a classificação nos indicadores do inquérito *Doing Business* do Banco Mundial e envidar incentivar a diversificação da produção e das exportações.

CONCLUSÃO

As autoridades santomenses continuam empenhadas em manter a prudência orçamental e realizar as reformas essenciais para reduzir a dívida pública, aumentar a competitividade do país e melhorar o ambiente de negócios. Prosseguirão também nos seus esforços para aperfeiçoar a gestão da liquidez e a supervisão bancária a fim de manter a estabilidade financeira. Nesse contexto, esperam contar com o apoio do FMI e de outros parceiros para ajudar a consolidar os seus esforços para alcançar o crescimento sustentado e a redução da pobreza. Por conseguinte, solicitamos que os Administradores acolham favoravelmente o pedido das autoridades santomenses de conclusão da primeira avaliação, dispensa do cumprimento de critério de desempenho e modificação de critérios de desempenho.